

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EUGENIA DA DISCIPLINA - O DISCURSO MÉDICO-PEDAGÓGICO NOS
ANOS 20.

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por

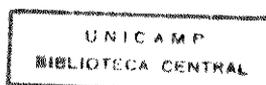
VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

e aprovada pela Comissão Julgadora

em 14/10/92

Data: 14 de outubro de 1992

Assinatura: 



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

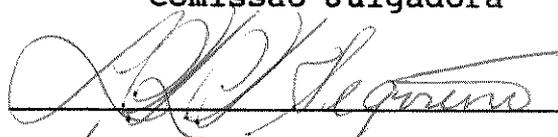
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EUGENIA DA DISCIPLINA - O DISCURSO MÉDICO-PEDAGÓGICO NOS
ANOS 20.

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Ciências Sociais aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU., 1953

Comissão Julgadora

 _____

Vanilda Pereira Paiva.

 _____

À César Paiva

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas tiveram participação destacada na realização deste trabalho. Mencioná-las aqui é, neste momento, a forma que encontro para exprimir meus carinhosos agradecimentos. Agradecimentos estes, muito aquém da dívida afetiva que guardo em relação a todas elas.

Ao César, a quem atribuo os alicerces deste projeto de dissertação, principalmente no que diz respeito à escolha do objeto e ao período focado. Não intentar algum gesto de agradecimento, por não mais fazê-lo diretamente, seria como deixar preponderar a impossibilidade. Além de dever-lhe muito de tudo aquilo que aprendi no transcorrer deste mestrado, sou-lhe extremamente grata por ter-me feito compreender a importância dos estudos que visam elucidar a construção de sujeitos disciplinares, no Brasil, nos inícios do século XX. Acometida pela síndrome da geração que ingressou na Universidade sitiada pelos decretos 228 e 477, não vislumbrava a magnitude de tais estudos, valorizando somente os que tratassem da resistência das classes subalternas às políticas governamentais do pós-64. Largo período da orientação de César utilizamos na discussão do tema da dominação x resistência.

Resistência que extrapolada ao nível individual, mais adiante, eu o veria exercitar com altivez e dignidade.

Ao Sérgio, agradeço a posterior orientação segura e respeitosa a um projeto já em fase de pesquisa ao qual encampou, contribuindo sobremaneira na sua delimitação e desenvolvimento. Conferindo-me confiança e liberdade possibilitou-me prosseguir e concluir este percurso.

Na fase de pesquisa, inúmeras bibliotecárias (os) acudiram-me. Não poderia deixar de salientar a participação de Pedro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, prestativo e interessado, indicou-me preciosas fontes.

Maria Alice, realizando tese de doutorado à época, foi incansável colaboradora indicando teses de eugenia e locais de pesquisa. Dispôs ainda, de seu escasso tempo, auxiliando-me nas referências bibliográficas.

Arlete, bibliotecária da FE, esclareceu-me sobre as dúvidas referentes à bibliografia e Regina realizou a correção do texto.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação da Faculdade de Educação, um agradecimento especial, que em minha orfandade intelectual, desdobraram-se em gestos de solidariedade e afeto.

Liliana assumiu minha co-orientação pelo DECISAE, brindando-me com ricas discussões e referências. Reginaldo indicou-me bibliografia, emprestou-me livros, além de se revelar um interessado interlocutor. Ana Lúcia desdobrou-se em atenções permitindo-me localizar fontes de difícil acesso. Ivany, Lúcia e Patrícia foram de uma inestimável solidariedade.

Elisa e Zeila analisaram com criteriosa seriedade os capítulos apresentados em exame de qualificação. Vanilda, além da cuidadosa análise do texto apresentado, permitiu-me vislumbrar César, neste ritual de iniciação. Ana Lúcia, Sandra, Samira, Beth, Ivan, Rosa Fátima, Rosa Lídia, Francinete, Marga e Antonio, cada um a sua maneira e em diferentes momentos - da realização dos créditos à elaboração da dissertação - tiveram importante participação nesta trajetória.

Aos meus colegas-amigos, inicialmente, os da Escola de Saúde Pública, em especial Soraya (amiga - sempre, interlocutora intelectual desde o ante-projeto para seleção ao mestrado) e Tereza (amiga - administradora dos meus assuntos institucionais, durante o período que estive afastada) e, posteriormente àqueles do Programa de Saúde do Trabalhador, cabendo destacar Telma, Cida e Felipe. Cidita fez inúmeras correções no texto e Felipe pôs-se a campo na USP na tentativa de encontrar sumários de Congressos de

Higiene que se extraviaram nos vários xerox pelos quais passaram. Devo-lhe ainda a localização e aquisição do catálogo do "centenário de criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo".

Gê, no Rio, também realizou a tarefa de "recuperar" trabalhos que consultados durante o processo de pesquisa, depois tornaram-se imprescindíveis para a redação do texto.

Neca, ao me proporcionar uma agradável "estada" em Salvador (para recuperação daqueles "inevitáveis stress" oriundos da dissertação) realizou várias traduções de textos imprescindíveis.

Walter, pelo valioso auxílio na tradução do resumo.

Wilson auxiliou-me na conferência dos originais digitados em trabalho extenuante.

A "miga" Fátima digitou, refez a conferência auxiliou na organização e imprimiu esta dissertação. Tarefas que lhe custaram fins -de- semana e jornadas noturnas. Ela é "paraninfa" deste trabalho. Contou em inúmeras situações com o auxílio da Káthia, Rodrigo e Marcelo, a quem devo a utilização de equipamento e material da MS Imagem.

A todos estes amigos, devo muito mais do que muito obrigado.

Cabe ainda agradecer à minha família, sempre acionada em "situações de emergência", pelo apoio efetivo.

Ao povo brasileiro sou grata pela bolsa, paga através do CNPq, sem a qual meu mestrado teria sido inviabilizado.

RESUMO

Esta dissertação examina o discurso médico-pedagógico acerca da eugenia, no decorrer dos anos 20, na cidade de São Paulo, no contexto da constituição da ordem social competitiva no país.

Para isto, a pesquisa explorou as falas dos médicos higienistas, aqueles que detinham a "propriedade do discurso eugênico" - que podiam utilizá-lo socialmente como verdade - naqueles aspectos que revelavam tentativas de construir sujeitos eugenizados, aptos a ingressarem na nova ordem.

Utilizando o referencial discutido por Michel Foucault, principalmente nas questões que diziam respeito ao bio-poder, pretendeu lidar com a eugenia como técnica de saber e poder.

O estudo identificou diversas estratégias eugênicas, nas quais se viram submetidos escolares e trabalhadores, apontando as práticas sexuais, travestidas em normatividade moral, como eixo articulador de saberes como os da medicina, educação e higiene mental.

Saberes que - se foram integrados com o propósito de conformar o brasileiro civilizado, aquele que redimiria o país - sob o poder das técnicas eugênicas, não lograram senão, constituir sujeitos disciplinados.

ABSTRACT

This dissertation was concerned with the reconstruct of the medical-pedagogical discourse on eugenic in the city of São Paulo, Brazil, within the twenties, the period when was build up a competitive social order in the country.

The research examines the "speeches" of hygienist - eugenicist physicians, fowsing on aspects with unveil

attempts of producing "good offsprings" fitted for the new social order.

Based on Michael Foucault's approach, and in particular on the notion of "bio-power", the research was an attempt to deal with the idea of eugenic taken as a technic for the control of power in society.

The study identified several strategies to submit students and urban workers pointing out sexual practices as the core of articulation of various fields of knowledge: medicine, education and mental hygiene. These formulation articulated with the purpose to "create" the "civilized" brazilian citizen that who would lead the country to get rid of the under-development, under the control of the eugenicists have not reached its goal, but produced only disciplined subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE I EUGENIA E PODER

| | |
|---|----|
| I. O poder político de gerir a vida..... | 1 |
| 1. Da origem jurídica à ordem biológica..... | 5 |
| 2. Eugenia: o controle social da população..... | 9 |
| II. A depuração da raça no discurso médico-eugênico..... | 27 |
| 1. Galton e a ciência eugênica..... | 28 |
| 2. Das articulações internacionais à Sociedade Eugênica de São Paulo..... | 31 |
| 3. As divergências eugênicas..... | 43 |
| 4. Os controles reguladores sobre os processos biológicos - o corpo - espécie..... | 59 |
| 4.1. O controle sobre a sexualidade da população..... | 59 |
| 4.2. A regulamentação da imigração..... | 72 |

PARTE II A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS MORAIS

| | |
|---|-----|
| III. A escola e o disciplinamento dos corpos dóceis.... | 84 |
| 1. A escola-centro irradiador de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares..... | 86 |
| 2. Normalistas e educadores sanitários: um projeto médico-pedagógico de higienização social..... | 97 |
| 3. A constituição eugênica do trabalhador brasileiro: o homem-máquina..... | 108 |

| | |
|---|------------|
| 4. A educação sexual das crianças - a utilização do dispositivo disciplinar por excelência..... | 115 |
| 4.1.Estratégias médico-pedagógicas..... | 117 |
| 4.2.Vigiando a infância..... | 121 |
| IV. À guisa de conclusão..... | 126 |
| Referências bibliográficas..... | 130 |
| 1. Fontes primárias..... | 130 |
| 2. Fontes secundárias..... | 133 |
| Bibliografia consultada..... | 138 |
| 1. Fontes primárias..... | 138 |
| 2. Fontes secundárias..... | 140 |
| Anexos..... | A |

INTRODUÇÃO

"O amor à servidão não pode ser instituído senão como fruto de uma profunda revolução pessoal nas mentes e nos corpos humanos. Para efetuar essa revolução precisamos, entre outras coisas, das descobertas e invenções enumeradas a seguir.

Primeiro, uma técnica de sugestão consideravelmente aperfeiçoada pelo condicionamento infantil e, mais tarde, com o auxílio de drogas como a escopolamina.

Segundo, uma ciência completamente desenvolvida das diferenças humanas, que permita aos administradores encaminhar qualquer indivíduo ao seu devido lugar na hierarquia social e econômica. (As pessoas mal adaptadas à sua posição tendem a alimentar pensamentos perigosos sobre o sistema social e a contagiar os outros com seus descontentamentos).

Terceiro (uma vez que a realidade, por mais utópica que seja, é algo de que as pessoas precisam tirar férias com bastante frequência), um substituto para o álcool e os outros narcóticos, que seja ao mesmo tempo menos nocivo e mais produtor de prazer que o gim ou a heroína.

E quarto (mas este seria um projeto a longo prazo, que demandaria gerações de controle totalitário para ser levado a bom termo), um sistema infalível de eugenia, destinado a padronizar o produto humano, facilitando assim a tarefa dos administradores". (Aldous Huxley)

Superioridade racial! Esta parece ter sido a aposta daqueles que imaginaram que a implantação e consolidação da ordem social competitiva⁽¹⁾ entre nós, se daria à revelia de amplas parcelas da população.

Se o progresso vinha acompanhado de exclusão dos não aptos a ingressarem no processo civilizatório, como mantê-lo?

Como administrar uma população que, percebendo-se marginalizada das "benesses" deste progresso, embora dotada legalmente dos atributos da cidadania, reagiria?

Várias forças sociais foram mobilizadas para realizar a "tarefa preventiva de evitar pensamentos perigosos sobre o sistema social e contagiar os outros com seus descontentamentos".

(1) Florestan Fernandes designa ordem social competitiva como típica da sociedade que absorve o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca. Organizando "institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação" do capitalismo, o "adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Ver: A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Uma vasta rede institucional de controle da população foi sendo construída. Instituições médicas, filantrópicas, policiais, familiares e escolares deram-se as mãos para instaurar a ordem civilizatória brasileira.

Intelectuais de diferentes áreas como médicos, "sociólogos", filantropos e juristas somaram-se neste esforço.

Os problemas que se colocavam à construção do "admirável mundo novo dos paulistanos", nas primeiras décadas do século, pareciam infundáveis. A diversidade de "tipos humanos" que circulava na cidade, por si só, já indicava as dificuldades que se colocariam a uma ordem social excludente.

O espaço urbano era ocupado por pessoas de todas as raças, nacionalidades, culturas e de diferente poder econômico. Cruzavam nas "recém-inauguradas avenidas", burgueses, proletários, mendigos, prostitutas, retirantes, enfim, "toda sorte de gentes", como relatavam os eugenistas.

As desigualdades sociais escancaravam-se. Nos anos vinte os indicadores de saúde, que refletiam as condições sanitárias da população, despencavam. Tuberculose e febre tifóide matavam "como água" na "Paulicéia Desvairada". A riqueza e a miséria confrontavam-se cotidianamente.

Tornava-se premente, portanto, elaborar estratégias no sentido de "administrar" essas populações que afluíam à cidade em busca das melhores condições de vida, que o progresso possibilitava. Era preciso inserí-las naquele movimento, para que também se tornasse "locomotivas" da nação. Buscavam meios para "administrar" esta diversidade viabilizando e justificando o controle social sobre os excluídos. Uma importante estratégia para "organizar a diferença" seria "homogeneizar" essas populações, norma embutida no discurso eugênico.

Logo a eugenia parecia poder "contribuir" neste intento. Principalmente no que dizia respeito ao enfrentamento dessa "diversidade", já que se tratava de

construir a ordem civilizatória calcada no progresso e na superioridade moral dos indivíduos. Constituir essas populações enquanto sujeitos higiênicos, eugenizados, passíveis de intervenção de um poder que penetra todas as esferas da existência - da família ao trabalho, dos comportamentos sexuais aos políticos - tornara-se o grande desafio. Um desafio que implicava construir a aceitação da ordem e da disciplina.

Assim, esta pesquisa buscou, principalmente, recuperar a (re)construção da aceitação da disciplina, na sociedade paulistana dos anos 20, destacando o papel que a eugenia desempenhou neste contexto.

O que se coloca em cena, na presente dissertação, não são as políticas do Estado, mas as vozes da sociedade civil, a fala dos médicos, e, portanto dos principais observadores e interventores do corpo biológico.

O intento: colocar na "berlinda", aquelas formas de controle social, propostas por este segmento da intelectualidade que se dizia, o mais indicado para cuidar, também, do organismo social. "De fato, habituado à pesquisa, à cabeceira do enfermo, à relação das causas para os efeitos; forçado a contar, no desenvolvimento dos fatos clínicos, com essas maravilhas da reação propícia, cauteloso por função para cuidar com êxito, do organismo social, conjunto que não lhe oferecerá maiores surpresas nem cuidados, do que o doente, cuja vida defende. Manipulador cotidiano dos fatos da biologia, ele sabe até onde ir a inflexibilidade de leis, por homens feitas por homens ser aplicadas. Conhecedor das diferenças individuais... sabe o médico o que deve haver de maleável nos métodos de governo dos homens" (Medeiros, In: Labra, 1985: 275).

Os meios: o bio-poder⁽²⁾ que suas estratégias corporificavam. Poder exercido sobre o corpo - sobre suas

(2) Foucault discute bio-poder como o poder que se exerce positivamente sobre a vida, seja gerindo-a, majorando-a, multiplicando-a ou regulando-a em conjunto. Entende que esse poder desenvolveu-se a partir do século XVII, centrando-se principalmente no corpo como máquina, e mais adiante, no corpo-especie. Ver: História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985a, cap.V.

forças até a mais completa exaustão. Sobre suas potencialidades, ampliando aptidões, de modo a obter o máximo de utilidade, com o máximo de docilidade. Poder que se exercia sobre a esfera do corpo-espécie, sobre o corpo biológico, onde ocorrem todos os processos do ser vivo.

Utilizando-se da eugenia como técnica de poder, como instrumento científico por excelência, os eugenistas incorporavam "ao conceber a vida", controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição das famílias, os modos de viver e trabalhar, as formas de educar os filhos, a sexualidade normal e as condutas desviantes, os imigrantes que o país suportaria, enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar do progresso social.

Para adentrar a teia dos discursos médicos foram recuperadas suas falas nos Congressos de Higiene e Eugenia, Congresso de Proteção à Infância e Conferência Nacional de Educação, realizados nos anos 20. Foram pesquisadas também, as teses - inaugurais e de doutoramento - sobre higiene e eugenia defendidas nas Faculdades de Medicina de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Foram resgatados ainda os livros publicados por esses médicos na década, fossem eles manuais de higiene utilizados nas escolas normais ou escolas primárias, fossem aqueles, cujo objetivo era detalhar a campanha eugênica no país.

À este material, procedeu-se ao exame do discurso médico-eugênico buscando inseri-lo no contexto das idéias correntes na época.

Durante os anos 20 - período sobre o qual este estudo se detém - foram elaboradas as estratégias através das quais na década seguinte as práticas eugênicas se tornariam política de Estado. Tais estratégias permitem que se reflita sobre a elaboração de normas que, formuladas ao nível da sociedade civil servem ao domínio e controle desta mesma sociedade.

O corpo tomado como objeto de poder e as técnicas de gerência política nele inscritas são objeto de discussão dos dois primeiros capítulos que compõem a primeira parte desta dissertação, denominada Eugenia e Poder.

No primeiro capítulo, tratou-se de elucidar as novas formas de intervenção social propostas pela eugenia, marcando o deslocamento efetuado - da ordem jurídica à ordem biológica. Procedeu-se então sua inserção no contexto das idéias que se articulavam sobre a problemática das raças e das relações raciais.

Já no segundo capítulo, discutiu-se a depuração da raça no discurso médico-eugênico, destacando as origens da eugenia, suas articulações internacionais, bem como a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo. Foram referidas entidades como a Liga Brasileira de Higiene Mental, ou mesmo a Liga Paulista de Higiene Mental, na medida em que elas pautavam sua atuação pelo desenvolvimento de políticas de cunho eugênico.

Ressalta-se ainda, as divergências percebidas no movimento eugênico no Brasil, bem como aqueles controles reguladores que se inscreveram sobre o corpo-espécie - a sexualidade da população - e sobre os fenômenos populacionais - a imigração.

A segunda parte, A Constituição dos Sujeitos Eugênicos, examina os disciplinamentos impostos pela escola, tanto no que diz respeito ao processo educativo regular, quanto ao produtivo, apontando para as articulações institucionais que se fizeram, na tentativa de eugenizar a criança e o trabalhador brasileiro.

Assim, no terceiro capítulo, denominado "A escola e o disciplinamento dos corpos dóceis", refletiu-se sobre os adestramentos escolares, chamando atenção para o projeto médico-pedagógico de higienização do social. Apontando para a constituição eugênica do trabalhador brasileiro como homem-máquina, logrou-se atingir o dispositivo disciplinar por excelência - a educação sexual das crianças.

Neste fim de século identifica-se a (re)exacerbação do racismo de forma contundente e generalizada.

Desperta atenção, sobretudo, os "racismos" manifestos em países como Inglaterra, Alemanha, ou mesmo França, nos quais percebe-se características do movimento eugênico, dos inícios do século XX, indicando a atualidade e a importância do resgate do tema, eugenia.

Claro que não se deve descuidar de pensá-la - em se tratando dos movimentos eugênicos atuais - a partir dos avanços da engenharia genética, e, das perspectivas de "controle" sobre o corpo-espécie que esta ciência aporta. Entretanto, depreende-se como fundamental, refletir sobre as possibilidades do controle sobre a sociedade que estes movimentos podem (re)instaurar.

PARTE I

EUGENIA E PODER

"Muito cedo chegou o americano á conclusão de que os males do mundo vinham de tres pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade - o vadio, o doente e o pobre.

Em vez de combater esses pesos mortos, por meio do castigo, do remédio, e da esmola, como se faz hoje, adotou solução muito mais inteligente: suprimi-los. A eugenia do segundo e a eficiência do ultimo. Aliviada a carga inutil que tanto a embaraçava e afeava, pôde a America aproximar-se de um tipo de associação já existente na natureza, a colmeia - mas a colmeia da abelha que raciocina".

(Monteiro Lobato)

CAPÍTULO I

O PODER POLÍTICO DE GERIR A VIDA

A São Paulo dos anos 20, com seus 600 mil habitantes, deveria ter a aparência de uma metrópole moderna, civilizada, espelho da riqueza acumulada pela aristocracia cafeeira. Para tal, haviam sido abertas avenidas, construídos palacetes, alterados os costumes agrários, de modo que a cidade refletisse, aquele ar sóbrio que só as ricas capitais européias eram capazes de ostentar. Ademais, a cidade moderna capitalista precisava apresentar-se plena de racionalidade, normalidade e disciplina.

Esse processo de "modernização urbana" era pensado no bojo de um movimento mais amplo que pressupunha a instauração de várias ordens.

Fim aos cortiços! Aqueles lugares, "insalubres, pestilentos, degradatórios" não podiam permanecer no centro da cidade. Os dois terços da população pobre que nele habitavam deveriam deslocar-se para outros locais, de tal modo que a pobreza urbana se mantivesse afastada e, se possível, oculta. As vilas operárias foram apresentadas como antídoto a um tipo de moradia que, na ótica das elites paulistanas, tornara-se eminentemente perigosa, fosse pela proximidade física aos locais considerados nobres, ou pelo foco de resistência a tudo aquilo que a cidade disciplinar visava conformar.

Se a higiene já havia possibilitado a intervenção direta sobre os cortiços desde o fim do século XIX, através da polícia sanitária, em 1919, ainda se constatava este intervencionismo. Nos relatórios expedidos pelas delegacias de saúde à Diretoria Geral de Saúde Pública, encontravam-se os itens: habitações cadastradas; pessoas recenseadas; intimações expedidas; fossas construídas (liquefactoras e filtrantes) e poços (fechados e munidos de bombas e aterrados)⁽¹⁾. Esta cruzada da higiene permitia um conhecimento profundo das populações urbanas delineando estratégias de controle que visavam primeiramente à elaboração de um determinado saber sobre elas, para então investir-se como técnicas de poder, sobre os tipos humanos e seus ambientes.

O espaço dos cortiços como lugares de "fácil contágio, perigosos, sujos, devassos e indisciplinados" e a identificação das vilas operárias como o lugar da ordem, da civilização e da higiene, marcaram a passagem para novas formas disciplinares que se iniciavam no próprio padrão de habitabilidade, estendendo-se para a fábrica, para o lazer, enfim, para o cotidiano da classe trabalhadora na tentativa de conformá-los como seres produtivos e submissos.⁽²⁾ A delimitação dos espaços e das ocupações norteariam uma nova ordem urbana, cuja tônica principal foi dada pelo gerenciamento da população, tarefa que a higiene tomou para si, investindo-se do poder de gerir também a esfera do privado, o espaço da vida íntima dos trabalhadores. O esquadramento da população efetivada pelo olhar médico passou a demarcar também os espaços de circulação dos diferentes grupos sociais na Paulicéia (Rago, 1987).

(1) Os relatórios eram bastante minuciosos, descrevendo prédios, localizando-os por logradouros, esclarecendo também a respeito das intimações para melhoramentos. Sob a denominação de "visitas e vigilância médica", observavam pessoas; praticavam vacinações e revacinações; requisitavam desinfecções para os prédios; interditavam prédios; examinavam receiptuários remetidos pelas farmácias; recebiam comunicações de casas para alugar; permitiam a ocupação de prédios; verificavam cumprimento de intimações; lavravam auto de multa e concediam o atestado de habitabilidade.

(2) Margareth Rago descreve a "Desodorização do Espaço Urbano" e as estratégias disciplinares usadas nas vilas operárias em São Paulo, nos anos 30, Ver "Do cabaré ao lar". A utopia da cidade disciplinar, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

Mas não só a higiene se ocuparia do meio ambiente, a eugenia também o faria e de forma mais insidiosa. Francisco Figueira de Mello, ao se referir às habitações higiênicas, assim se pronunciava: "A habitação higiênica que se possa oferecer ao nosso povo, ao nosso operário é o preparo inicial do importante problema eugênico. A melhoria da habitação operária, à grande massa da população é de tão grande importância que, quase se pode dizer, acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades, que tem por origem vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados seguramente, na convivência e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito" (In: Rago, 1987: 169).

A eugenia vinha assim qualificar a higiene como impositora de normas para regular a vida social das populações urbanas, ampliando consideravelmente aquele campo de atuação. Isto porque a eugenia se utilizaria de todos os dispositivos já experimentados pela higiene, desde a ordenação do meio ambiente até os padrões de habitação das diferentes classes sociais, atingindo finalmente o que ainda restaria disciplinar: a espécie.

A higiene no Brasil, a partir de inícios do século XIX, inserira-se no governo político dos indivíduos como um novo agente coercitivo, na medida em que incorporava a cidade e a população à esfera do saber médico.⁽³⁾

Desde o poder colonial, a administração portuguesa tomara para si a restauração da saúde dos habitantes, buscando conhecer as causas das doenças que assolavam o Rio de Janeiro para então intervir na cidade.

Os negros e os leprosos foram então identificados como portadores de perigos em potencial e providenciado o seu afastamento das principais vias públicas. Ademais, os negros costumeiramente desembarcavam nus dos navios, constituindo um "atentado à moralidade pública". Tratava-se, portanto, de evitar

(3) O projeto de medicalização da sociedade e a intervenção médica que o possibilitou encontram-se estudados por Roberto Machado et alii, In: Da(n)ação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

o contato entre população e escravos, mesmo aqueles sadios. "Duas distinções - escravo/população, saúde/doença - orientam uma medida concreta contra as perigosas consequências de um aglomerado confuso e possibilitam a inclusão ordenada e saudável do escravo na sociedade e no trabalho, muitos deles indo diretamente do seu isolamento para as minas e a agricultura. É assim que se restaura a qualidade natural do elemento corrompido, seja ele físico ou moral, por uma ação que, para transformar, localiza e distingue" (Machado et alii, 1978: 143).

Mas a higienização efetiva das populações só foi possível a partir da vinda da família real para o Brasil, quando então a medicina, com seus "métodos objetivos e técnicas" interveio em matas, rios, pântanos, esgotos, águas, ar, cemitério, quartéis, fábricas, escolas, prostíbulos, dentre outros, demonstrando os coincidentes interesses do Estado e da medicina acerca da saúde da população. Somente uma intervenção higiênica permitiria que as exigências sanitárias, provocadas por tamanho aumento da população (cerca de um terço) fossem contornadas. A salubridade urbana selou o compromisso entre Estado e medicina, no qual esta tinha suas ações técnicas reconhecidas politicamente e aquele medicalizava ações de cunho político (Costa, 1989: 29-30).

O Estado passaria a ter, na higiene pública, a partir daí, importante tática de gerenciamento da população - o poder político de gerir a vida.

Tratar-se-á, neste primeiro capítulo, de pensar a eugenia como nova forma de intervenção da higiene que, se apoiando na ordem biológica, buscava redimensionar a problemática das raças e das suas relações em uma realidade social na qual não cabia mais negar os ideais republicanos de igualdade e soberania à maioria da população negra e mestiça do país.

1. Da ordem jurídica à ordem biológica.

O Prof. Hélio Gomes - catedrático da Faculdade Nacional de Direito e Livre Docente das Faculdades Nacionais de Medicina e Odontologia - no livro *Noções de Higiene* (para o curso complementar e o concurso da habilitação às Faculdades de Direito), ao discutir os danos causados pelas doenças refere-se à(o):

- "a) **Multiplicação da doença. Dano higienico.**
- b) **Redução da capacidade de trabalho do doente. Dano economico.**
- c) **Aumento das despesas com a profilaxia e o tratamento. Dano financeiro.**
- d) **Morti-natalidade e aumento da letalidade. Dano demografico.**
- e) **Diminuição da resistencia biologica do doente. Dano eugenico.**
- f) **Atrofia de alguns sentimentos sociais pela doença. Dano social.**
- g) **Tristesa, contrariedade, pessimismo, falta de fé - consequências da doença. Dano moral.**

Cada mal se entrósa com os demais, formando um todo: Dano para o homem, isto é, **Dano Geral para a Sociedade**. É, portanto justo que todos os esforços se empreguem no combate a males tão nefastos" (1940: 219-20).⁽⁴⁾

Nas "noções de higiene" de Hélio Gomes, são estabelecidas várias das interrelações entre Direito e Higiene nos tempos modernos, discutida a importância da saúde em seu sentido social e estabelecida sua abrangência. "Faz-se hoje seu ensino por toda a parte: nas escolas primárias, nas secundárias, nas profissionais, nas fábricas, nos quarteis, nos navios, nas escolas normais e nos Institutos de Educação. Quasi todas as Faculdades da Universidade do Brasil ensinam a Higiene: a de Medicina, a de Odontologia, a de Farmacia, a de Engenharia; a de

(4) Utilização de negrito no original.

Música e as que não a ensinam, pressupõem o seu conhecimento ou o exigem no concurso de habilitação, como o Direito" (1940: 5).

A noção de dano é um dos tantos princípios que o Direito forneceu à higiene no que se refere a sua fundamentação e atuação. "Foi o Direito que mostrou e provou, até com decisões de Tribunais, que a notificação compulsória, a internação obrigatória, a vacinação, a visita domiciliar, a fiscalização dos generos alimentícios, a lei de combate aos entorpecentes, etc., etc., não são atentados à liberdade individual, são antes demonstração de apreço aos direitos individuais, que, entre os quais sobreexcede o direito à saúde" (1940: 6).

A noção de "direito à saúde" pensada a partir dos danos que a doença causa a um sujeito que sofre a doença, portanto, que adocece em função de um outro sujeito já adoecido, possibilita, numa perspectiva jurídica, que as instituições sanitárias intervenham para isolar a vida daqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros, "sustentamos aqui é que doente, embora merecedor de amparo, depois das descobertas científicas, desde Pasteur, deixou de sêr res sacra miser, tornando-se entidade perigosa, digna, sem dúvida, de tratamento humanitário, repetamos, mas devendo collocar-se ou sêr collocado nas condições de prejudicar o menos possível à comunidade e aos seus semelhantes" (Fontenelle, 1934: 104). As classes perigosas, segundo Chevalier, na São Paulo do início do século, eram pessoas com ocupação mal definida, temporária ou desocupadas (Adorno, 1990).

A polícia médica instaurada no Brasil com a vinda de D. João VI apresentava características jurídico-burocráticas com função negativa que, segundo Machado et alii, restringia os direitos, impedia os excessos, fiscalizava e punia, enfim, legalizava, diferentemente da medicina social que se inscrevia

como ação positiva, transformadora e recuperadora com objetivos normalizadores (1978: 179-80).⁽⁵⁾

Da Fisicatura e Provedoria de Saúde às Câmaras Municipais e Juntas de Higiene Pública, a higiene não perdeu seu caráter policialesco mas as relações direito e higiene certamente se modificaram. Os procedimentos eminentemente repressores, tradicionalmente punitivos cederam lugar a práticas higiênicas e públicas, de cunho claramente ordenatório, que passaram a ser inscritas sob a perspectiva de administrar a população através da tutela higiênica, sob os auspícios da medicina política.⁽⁶⁾ Foi por meio do Estado, utilizando-se de seus organismos administrativos, que as práticas higiênicas se difundiram, transpondo o campo das legalidades formais para infiltrar-se no tecido social, através de argumentos biológicos.

A intervenção da higiene sob forma de medicalização da sociedade ficava patente na fala de José de Goés Siqueira: "com efeito, quem ignora que diante do espantoso desenvolvimento das ciências, das artes e da indústria, a higiene em tudo intervém, estudando as instituições, explorando todas as regiões sociais, em cujos recessos penetra, de modo que, inteirando-se dos costumes, das práticas e paixões dominantes, julgue e aquilate as modificações, as influências físicas e morais, que a civilização em sua acelerada e progressiva marcha acarreta e introduz?" (In: Machado et alii, 1978: 235).

A lei cedia espaço para que a higiene se constituísse como dispositivo de um poder que se ordenava através da norma, no

(5) A polícia médica atuava baseada no antigo direito de polícia que "é o direito que protege o público de perigos, mantendo a ordem pública. Era, até há pouco tempo, um ramo do Direito Público, colado em cima do Direito Privado. Atualmente, surge cada vez mais a tendência de substituir ou complementar a eliminação de perigos através da constituição positiva da vida social. Assim, por exemplo, o Direito Urbano tinha a tarefa de proteger ante perigos sanitários, ante a possibilidade de incêndios, ante a periculosidade do trânsito; a proteção da natureza e do meio ambiente tem por função impedir que se desfigurem as paisagens locais e naturais. Hoje, o planejamento local, regional e nacional não querem mais combater apenas o negativo, mas configurar algo positivo, ou seja, a utilização do espaço pelo homem para habitação e produção" (HUBER, In: HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública, Rio de Janeiro, 1984: 328).

(6) Machado et alii documentam pormenorizadamente as transformações sofridas pela higiene pública no século XIX no Brasil, op. cit. p. 247-82,

sentido Foucaultiano de regulação que não se impõe repressivamente mas através de práticas de ação que a tudo normatizam.

No Brasil, as campanhas de saúde pública no início do século, foram exemplares para esclarecer o quanto a população ainda resistia às medidas saneadoras respaldadas nos seus direitos civis, apesar de todas as "normatizações científicas" que cercavam determinados procedimentos sanitários⁽⁷⁾, mesmo superadas aquelas práticas desenvolvidas pela polícia médica.

A fala de Gomes, entretanto, é bastante elucidativa para mostrar a participação de forma positiva da higiene na política de gestão populacional nas primeiras décadas do século XX. "No Brasil, mais talvez do que em qualquer outra parte, a Higiene tem importância excepcional. Nação possuidora de território imenso, com diminuta população, o Brasil necessita urgentemente de multiplicar o numero de seus habitantes. É perigoso fazê-lo pela importação imoderada do braço estrangeiro, só a Higiene oferece a solução normal e patriótica para o caso: prolongar entre nós a vida humana, aumentar a natalidade e reduzir a mortalidade infantil, levando em conta que "a criança é o melhor imigrante" (Gomes, 1940: 11).

A higiene, como bio-poder manifestado nesta passagem, intervindo sobre a população para incrementá-la, apareceria como prolongamento daquela mesma relação normalizadora estabelecida profundamente entre a sociedade e a medicina ainda no decorrer do século XIX. Claro que, no contexto do início do século XX, outras tarefas se apresentavam à higiene em geral, e à eugenia em particular, como dispositivos que orientam a transformação da sociedade.

(7) A revolta da vacina em 1904 no Rio de Janeiro seria um desses movimentos de resistência. (Ver CARVALHO, J.M., Os bestializados. SP, Companhia das Letras, 1987). Em São Paulo, desde o final do século XIX, ressoavam vozes discordantes em relação à Legislação da higiene e a interferência do governo nos direitos individuais. Ver BLOUNT, J.A. A administração da saúde pública no estado de São Paulo: o serviço sanitário, 1882-1918. Revista de Administração de Empresas da FGVH, Rio de Janeiro, v.12 n.4, 1972.

O processo de industrialização brasileira demandava, por parte do Estado, um controle demográfico e político mais efetivo sobre a população, não cabendo, entretanto, comprometer a liberdade dos cidadãos.

Por um lado, se tal controle não podia ser considerado inovador, posto que, durante o império e as primeiras décadas republicanas, a higiene conformara a família burguesa tornando-a disciplinada e urbanamente higienizada (Costa, 1989), por outro, o poder sobre a vida da espécie, das raças constituintes da população ainda não fora objeto da política higiênica no país - tarefa que cabia à eugenia desenvolver. O dano eugénico descrito por Gomes como diminuição da resistência biológica do doente seria superado pelas práticas de aperfeiçoamento da raça dos brasileiros, como mais uma forma de gerenciamento disciplinatório da população.

2. Eugenia: O controle social da população.

A questão biológica que trata do poder sobre a vida da espécie, da raça e dos fenômenos que abarcam as populações desenvolveu-se, a partir do século XVII, segundo Foucault, de duas maneiras: 1ª) sobre o corpo pensado como máquina - utilização máxima de seu potencial físico por mecanismos de adestramento que impõem a exaustão com docilidade fundada nas disciplinas (anátomo-políticas do corpo humano); 2ª) sobre o corpo-espécie que são aqueles controles reguladores sobre os processos biológicos: a natalidade, a longevidade, a mortalidade, a expectativa de vida. "A instalação - durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do

corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo" (Foucault, 1985a: 131).

A eugenia apresenta-se como dispositivo desta tecnologia de duas faces que disciplina a máquina e depura a raça.

No Brasil, em fins do século XIX, a preocupação com a constituição do Estado Nacional e com a cultura do país colocava a questão do "caráter nacional" (Leite, 1983; Ortiz, 1985).

A civilização brasileira constituir-se-ia através do homem brasileiro. Esse tipo diversificado que ora é branco, negro ou índio e que por si só, e de antemão já se apresentava inferiorizado. As teorias raciais em voga na Europa na segunda metade do século XIX comprovavam essa constatação e os trabalhos de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Silvio Romero mostravam-se consoantes com os pressupostos racistas europeus (Skidmore, 1989). O mestiço, enquanto resultado do cruzamento de raças díspares, longe de ser a solução, apresentava-se como mais um problema na medida em que era depositário de "defeitos" e "taras" decorrentes de herança biológica (Ortiz, 1985).

Além do mais, o negro, após a abolição, assumira a condição de cidadão, portanto, a nação era depositária de iguais, se pensados constitucionalmente.

Entretanto, as teorias raciais em discussão no Brasil, vinham relativizar as igualdades políticas e sociais através de argumentos ditos científicos, e acirrar um debate que talvez pudesse apontar para uma questão de fundo: por que a igualdade não se dava?

O racismo, tão em voga internacionalmente em fins do século XIX, tinha sua razão de ser, como salienta Leite, na medida em que, apresentando-se como justificativa para o domínio branco europeu sobre o restante das nações, eximia-o de qualquer conflito com ideais democráticos e liberais, já que a superioridade branca era de caráter biológico e fora

cientificamente constatada. Ademais, Darwin demonstrara claramente a sobrevivência dos mais capazes (1983: 19).

No Brasil, essas teorias constituíam-se num achado precioso, em se tratando de uma população tão heterogênea. Primeiro, porque a abolição da escravatura afirmava a igualdade negra, o que a antropologia biológica podia contestar. Paul Broca, médico francês, fundador da Sociedade Antropológica de Paris (1859) e da Escola de Antropologia (1876), adepto das teorias poligenistas, havia ampliado, inclusive, os estudos com crânios humanos realizados por Samuel Morton, ligado à antropologia americana, através dos quais comprovava a superioridade intelectual das raças brancas e, principalmente, dos homens brancos, na medida em que esses crânios eram maiores e mais pesados⁽⁸⁾. Broca pressupunha que a inferioridade das raças estava correlacionada com diferenças físicas existentes nos brancos, negros e índios, resultantes das suas constituições como espécies distintas. Agassiz, famoso zoólogo, tornara-se também um árduo defensor da poligenia, relacionando diferentes espécies animais com a diversidade das regiões climáticas habitadas. A essa corrente de pensamento racial atribuiu-se a denominação de escola etnológica-biológica, cuja base científica foi a antropologia física (Skidmore, 1989).⁽⁹⁾

Outra escola de pensamento racista era o darwinismo social, cujo precursor, Charles Darwin, foi enquadrado como adepto do monogenismo, uma vez que seu processo evolutivo iniciava-se através de uma única espécie (Skidmore, 1989).

O darwinismo social corroborou outro argumento desenvolvido na república brasileira recém-fundada: os negros podiam ser considerados cientificamente cidadãos de segunda categoria, pois se encontrava comprovado que, além de terem

(8) Acerca dos estudos realizados por Paul Broca ver CORREA, M. As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues & a antropologia no Brasil. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 1982.

(9) Schwarcz chama atenção para as diferenças existentes entre a Sociedade Antropológica de Paris e a Sociedade Etnológica de Paris cujo suposto monogenista aproximava-a da interpretação rousseauiana da "perfectibilidade e do aprimoramento evolutivo das raças", em consonância com as perspectivas evolucionistas (1990:36).

cérebros menores, o seu índice de mortalidade era maior do que o dos brancos. Enquadravam-se, portanto, naqueles de "menor aptidão".

Sim, porque, se para Darwin, a evolução processou-se através de uma única espécie, para a maior parte dos poligenistas que também aderiram a sua teoria, as raças teriam se separado novamente; houvera, portanto, tempo suficiente para que se dessem novas conformações hereditárias, e acabassem prevalecendo as raças superiores, as mais aptas.⁽¹⁰⁾ O evolucionismo, portanto, configurou-se como "referência obrigatória" já que conseguiu unir monogenistas e poligenistas fazendo com que "a essência do pensamento poligenista em matéria de raça fosse preservada numa moldura darwiniana" (Skidmore, 1989: 67-8; Schwarcz, 1990: 36-9).

No entanto, nem todos os evolucionistas podiam ser considerados darwinistas sociais, uma vez que a evolução social diferentemente da evolução biológica teria tido sua origem na "lei do progresso" de Comte, e não nas obras de Darwin, Wallace ou Mendel. Nisbet coloca também que "todas as ciências sem exceção foram literalmente erguidas sobre rocha da fé no progresso humano de Turgot, Adam Smith, Comte, Marx, Taylor, Spencer e outros". Ressalta, ainda, que Wallace, contemporâneo de Darwin, parecia, inclusive, mais influenciado do que ele pela idéia de progresso e pela crença de que a evolução se realizaria plenamente em uma só raça homogênea. Wallace acreditava que a participação em um mundo racional tomaria o lugar dos instintos e das paixões na medida em que os membros da raça "desenvolvessem as capacidades mais elevadas de sua natureza para converter este mundo que, durante tanto tempo, fora palco de paixões incontroladas e de uma miséria imaginável, em um paraíso claro como o sonhado por qualquer poeta ou bardo" (Nisbet, 1985: 185-6).

(10) A respeito das versões monogenistas e poligenistas ver SCHWARCZ, L. Pensando a "sua" raça. Reflexões sobre a vigência das teorias raciais no Brasil de finais do século XIX. Caxambú, XIV Encontro Nacional da ANPOCS, 1990. (mimeo)

Os darwinistas sociais, diferentemente do grupo dos evolucionistas ao qual Wallace pertencia, não só não acreditavam na realização de "uma só raça homogênea" como alguns afirmavam que caracteres adquiridos não se transmitiam, e mais ainda, misturas de raças promoviam a "degeneração racial". Dentre estes, situavam-se muitos dos eugenistas brasileiros, como por exemplo, Kehl ou mesmo Domingues.

A herança genética tornou-se também o fundamento da doutrina de Galton denominada por ele de "ciência eugênica". A eugenia como "estudio de los medios que están bajo control social, que pueden beneficiar o perjudicar las cualidades raciales de las generaciones futuras, tanto física como mentalmente" (Galton, 1988: 27), foi, a partir de então, a doutrina do aprimoramento das populações".

Os argumentos racistas, entretanto, não se esgotaram com darwinistas sociais; Skidmore chama a atenção para a formação de outra corrente de pensamento racista, de forte influência no Brasil - a escola histórica. As diferenças físicas, para esses pensadores, eram uma evidência histórica devidamente estabelecida por etnógrafos e anatomistas e a raça branca constituía-se de inerente e permanente superioridade (1989).

O culto do arianismo proposto por Houston Stewart Chamberlain, tornado dogma após a guerra franco-prussiana, teria reforçado ainda mais a corrente histórica do racismo. E na Inglaterra - com o arianismo juntando-se à crença da superioridade anglo-saxônica - selara-se a superioridade de arianos ou anglo-saxões sobre o mundo (Skidmore, 1989: 67-8).

Segundo Nisbet, Joseph Arthur de Gobineau, convicto adepto da raça como determinante de todos os triunfos e derrotas da história, através do "Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas", publicado em 1855, constituía-se na "fonte de todas as concepções racistas no progresso humano que, durante o final do século, alastraram-se pela civilização ocidental" (1985: 291).

Para Gobineau, a construção da civilização encontrava-se intrinsecamente relacionada à raça, sendo a ariana não somente etnia branca superior mas a "antepassada de todas as raças", analogia à "cultura ariana" como "fonte cultural e linguística de todas as culturas e idiomas indo-europeus", descrita anteriormente por filósofos da Europa (Nisbet, 1985: 294).

Ainda segundo Gobineau, "onde o elemento germânico não penetrou, nosso tipo de civilização não existe" entendendo que a história da humanidade teria havido dez civilizações principais, todas, é óbvio, decorrentes da raça branca. Na hierarquia racial traçada por ele, os negros ocupariam a parte inferior da escala, seguido de chineses e asiáticos (Nisbet, 1985: 295).⁽¹¹⁾

Frente aos efeitos do goblinismo, as possibilidades de Brasil tornar-se civilizado encontravam-se remotíssimas a considerar a massa de negros existentes no país nas primeiras décadas do século XX. De fato, se tal afirmação servia perfeitamente para "matizar" a cidadania negra recém-conquistada, colocava, por outro lado, dificuldades para a construção da civilização brasileira, na medida em que, ainda segundo Gobineau, os povos degeneravam em consequência de várias misturas de sangue.

Fundamenta-se aí, provavelmente, a afirmação de Gustavo Le Bon de que não seria povo a multidão disforme do Rio de Janeiro, à qual ele atribuía as características de inconstante e explosiva, guiada pela emoção (Carvalho, 1987).

Gustave Le Bon, assim com Vacher de Lapouge, exerceram bastante influência sobre o pensamento racial brasileiro dos finais do século XIX e inícios do XX (Skidmore, 1989).

Le Bon ("vulgarizador de talentos alheios" segundo Tudorov), teria, inclusive, divulgado, "de forma paralela, a noção que estabelecia uma correlação entre raças humanas

(11) A respeito do arianismo como filosofia da história, nascidos na França como reação aristocrática feudal à perda de privilégios, ver PAIVA, V. Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo? In: Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n.3, 1978. p.132.

espécies animais". Sendo, também, o responsável pela utilização do termo raça em substituição à espécie. (Schwarcz, 1990: 43-4).

Já Renan e Taine, também influenciariam o pensamento brasileiro em sua matriz racista. Renan, destacando a impossibilidade dos povos inferiores progredirem - por serem incivilizáveis - e Taine, ao retirar do sujeito qualquer possibilidade decisória, entregava-o inteiramente às condições deterministas de sua constituição (Schwarcz, 1990: 44-5).⁽¹²⁾

Os eugenistas deveriam se ater aos princípios de Taine quando admitiam que "dia virá em que os casamentos serão ajustados tendo em conta, em benefício da prole, também o estado constitucional, não só dos nubentes como de seus ascendentes. Nas arvores genealogicas de familia terão especial importancia as anotações relativas ao typo constitucional de cada um dos seus membros. Muita gente evitará os typos picnicos, outros os leptosomicos...sobretudo certos displasicos! Os matrimonios serão em futuro remoto, decididos constitucionalmente, como se resolvem formulas chemicas" (Kehl, 1929b: 126).

Em meio a essa poliferação de autores e teorias raciais como se colocava a eugenia, qual o seu papel e o seu lugar?

Tendo como questão de fundo o "por que a igualdade não ocorria", podia-se pensar a eugenia sob vários aspectos. Primeiro, ela vinha realçar as diferenças da população através da raça, baseada em pressupostos ditos científicos, redimensionando uma preocupação das elites brasileiras, na época, acerca da periculosidade das classes pobres. Perigo, esse, que identificava o pobre como: a) fonte de contágio - "É que as classes pobres são um perigo real para a saude dos abastados, graças á inter-dependencia dos individuos na sociedade" (Geyer, 1909: XI), tratando-os, assim, como principais veiculadores de doenças transmissíveis; b) fonte de degeneração racial - "os estigmas de degeneração física que apresenta são os comuns de sua

(12) Buckle, pai do determinismo climático, não foi mencionado por não exercer influência sobre os eugenistas, os quais não estabeleciam relação direta entre aperfeiçoamento da raça e condições climáticas.

raça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos" (prontuário de um paciente negro do Juquery, In: Cunha, 1986: 124); c) fonte de degradação moral: "ha degenerados que, pelo facto de o serem, não comprehendem ou não podem frear os seus instinctos a bem da descendencia, continuando, apesar de tudo, a augmentar a miseravel prole. Isto acontece, sobretudo, onde reina a miseria e a ignorancia" (Kehl, 1929b: 151).

As diferenças raciais da população vinham, assim, determinar as desigualdades sociais como "naturais" - física e biologicamente - e justificar a dominação dos homens brancos sobre o conjunto de mestiços, como uma questão hierárquica - a república dos mais aptos não excluía os não brancos, mas os mantinha sob o jugo da tutela, sob a vigilância de um sem número de instituições que saberiam intervir quando solicitadas (Adorno, 1990a; Cunha, 1986).

Segundo, a eugenia, por um lado, foi enfática ao constatar a degeneração racial e moral dos habitantes do país como "heterogenea mescla racial com tonalidade chromatica caprichosamente variada. Existem brancos, pretos, pardos, cabras, cabrochas, fulos, cafusos, caboverdes, caribocas, caboclos, zambos, mazombos, mamelucos, caborés, matutos...Tão variaveis são as cores das cutis, como os demais caracteres anthropomorphicos, numa confusa promiscuidade de temperamentos physicos. Dahi a indole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vicios politicos e sociaes de nossa gente" (Kehl, 1929b: 188), por outro lado, ela trouxe em si mesma - enquanto ciência do aperfeiçoamento racial - a saída para o impasse "da negritude ameaçadora" para os "perigos decorrentes da barbárie". As técnicas eugénicas de gestão populacional seriam capazes de depurar o sangue multiracial dos brasileiros. Nesta perspectiva, o branqueamento⁽¹³⁾, recomendado aos habitantes do país

(13) A teoria do branqueamento no Brasil tinha como pressuposto a superioridade branca. Observava, também, que a população negra diminuía progressivamente em relação à branca (menor taxa de natalidade; morbidade maior e desorganização social) e que a miscigenação estava produzindo uma população mais embranquecida

constituía-se num ideal político a ser atingido, quando finalmente os "brasileiros colocar-se-iam a par da marcha civilizatória".

Terceiro, a depuração de sangues inferiores não só tornaria a população mais homogênea racialmente como seria a única alternativa de, através da hereditariedade, "construir o homem brasileiro", a "identidade nacional", "o sujeito moral" passível de intervenção de um poder disciplinar que penetra todas as esferas da existência e que se realiza pela "aceitação dos indivíduos e não por sua rejeição". Tratava-se portanto de constituí-lo, etnicamente, através da biologia como ser superior, como cidadão.

Quarto, a eugenia oferecia ao país a perspectiva de vir a ser nação através da constituição da "raça brasileira". Não só utilizando-se do branqueamento (reservado a determinados setores da população) como também pela ampla utilização do arsenal eugenico "na intervenção genética da população e no curso das doenças ditas "deformantes da raça"; na conformação sexual da população, estabelecendo rigorosos controles sociais e políticos que apontavam para a harmonia da ordem biológica, quando a unidade nacional se realizaria.

A eugenia, portanto, caía como luva na república brasileira recém-instaurada, pois vinha justificar as diferenças da população frente a um estado cujo ideal político calcava-se na igualdade de todos.

O princípio da soberania popular nunca se realizaria numa república que tratava alguns como cidadãos e outros como degenerados racialmente, "de índole indefinida, mentalidade inconstante, de vícios políticos e sociais".

O povo não era soberano, os eugenistas, inclusive, provavam "cientificamente" que a sociedade não estava alicerçada

sobre o povo mas sobre uma "heterogenea mescla racial". A etnia substituíra a cidadania.

À qualificação de classes perigosas conferida aos pobres pela higiene, ainda no século XIX, a eugenia somou características étnicas de tal forma que perfis epidemiológicos demonstraram que os pobres pretos morriam mais jovens que os pobres pardos e assim por diante (Geyer, 1909) sendo este mais um atributo decorrente da degeneração racial dos habitantes do país.

Nesta heterogeneidade racial, como "reformular" o povo brasileiro, como "saneá-lo física e moralmente?"

Tratava-se, segundo os eugenistas fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo de(a): a) remodelação completa definitiva do "tipo" nacional; b) propaganda cívica, "formação da liga nacionalista, cheia de idéas sublimes, o regimento obrigatorio, a fundação das linhas de tiro, a diffusão de idéas patriotas nas escolas, a inauguração de conferencias publicas nos ajuntamentos, nas fabricas, entre o operariado, medidas essas que levantam o character da nação, orientam o espirito da mocidade, accendem na alma da juventude, o facho sagrado do amor ao sólo, estimulam as energias adormecidas, levam o paiz ao apogeu de seu destino" (Meira, In: Annaes de Eugenia, 1919: 61); c) uma política higiênica (que afastará as causas dos males) e uma política eugênica (que selecionará os indivíduos tornando-os "mais sólida unidade da raça"); d) relação direta entre "militarização do país" e eugenia-saneamento (metáfora do exército de doentes - opilados, sifilíticos, cegos pelo tracoma, etc - versus exército de eugenizados - expressão da força física e moral) (Moura, In: Annaes de Eugenia, 1919).

Os discursos destes médicos eugenistas de São Paulo à época da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo relacionando saneamento, nacionalismo, eugenia, civilização, progresso, demonstrariam, em última instância, a tentativa de dar respostas a questões que estavam na "ordem do dia" na época, e de ocuparem um espaço disputadíssimo pela intelectualidade que se deslocava

das teorias raciais ortodoxas (os arianistas) até a antropologia cultural⁽¹⁴⁾ que tinham em João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, um árduo defensor.

Também não seria por acaso que a primeira agremiação eugênica do país surgiria em São Paulo, logo após o primeiro conflito mundial.

A cidade experimentara um crescimento demográfico estupendo na virada do século, com incremento da industrialização e das atividades econômicas usuais nas cidades em vias de se tornarem desenvolvidos centros urbanos. A afluência de pessoas, de diferentes nacionalidades e raças, ocupando postos nas indústrias ou em atividades denominadas informais, além daqueles, denominados "desocupados" ou "instáveis ocupacionalmente", transformara o "burgo de estudantes" em metrópole rica para a burguesia industrial, "aristocracia" rural, banqueiros, donos do capital, que viram a "sua cidade" transformar-se, modernizar-se, existir enquanto metrópole esculpuraada, e, aquela outra São Paulo dos bairros operários, das concentrações de pobreza extrema, das resistências à ordem política, trabalhista, higiênica, que fundamentalmente desobedeciam o que era mister naquele momento criar - a ordem contratual.

Segundo Adorno (1990a), "impunha-se na virada do século, uma tarefa um tanto quanto diferente: fazer emergir o social enquanto pressuposto e espaço possível da constituição de uma ordem jurídico-política contratual. Era preciso fomentar a existência de agrupamentos sociais sólidos estáveis, dispostos a aceitar a lógica de mercado".

Para tal, uma verdadeira engenharia política se processou. Inicialmente, foram delimitados espaços de forma que cada um tivesse seu lugar definido e também que cada lugar fosse

(14) Corrente evolucionista, cujos expoentes, Paul Topinard na França e Franz Boas nos Estados Unidos tinham a cultura como questão central de suas análises, substituindo-a ou justapondo-a ao conceito de raça. Na visão culturalista o negro libertara-se do determinismo biológico podendo ser pensado positivamente como enriquecedor da nacionalidade brasileira. Ver SCHWARCZ, L. Retrato em branco e negro e ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional op. cit.

ocupado por um "sujeito perfeitamente discernível". A adversidade de tipos humanos, outra incompatibilidade para com o modelo jurídico-político contratual, foi estrategicamente encaminhada através do (a):a) ordenamento da população em categorias passíveis de disciplinamento e b) assistência àqueles colocados no limite da lei - criminosos e loucos. Os costumes, ainda sob reflexo da ordem escravocrata, também teimavam com a nova ordem - os patrões ainda percebiam os operários como extensão de suas propriedades - e as relações sociais normalmente se pautavam pela violência. Os ambientes foram a última das adversidades identificados por Adorno como dificultadores da ordem contratual - os bares, tabernas, casas de prostituição, "lugares onde predominam os instintos irrefreáveis sobre a razão do mal sobre o bem, do vício sobre a virtude, cenários de vítimas de um destino implacável que conduz à degradação"(1990a).

Se a higiene, a filantropia higiênica, a educação associaram-se na conformação de uma São Paulo, disciplinar, estabelecendo laços entre seus habitantes de forma a permitir a efetivação do modelo jurídico-político liberal (Rago, 1987; Adorno, 1990a; Costa, 1989), a eugenia estabeleceu-se como "instrumento científico" por excelência para articular esses saberes. O caráter-técnico científico desfrutado pela eugenia como ciência do aperfeiçoamento da raça, portanto capaz de intervir sobre a população para constituí-la, excluí-la ou conformá-la, conferia-lhe o poder de costurar instâncias constitutivas do social as quais nem a higiene, nem a filantropia, nem a educação, isoladamente, tinham sido capazes de articular. Tratava-se de um discurso integrador das estratégias de controle sobre o sexo que não se impunham através da lei mas por meio do poder político de gerar e gerir a vida da população e da cidade, decorrendo daí a possibilidade de progresso biológico e social. A teia de discursos eugênicos formulado por médicos e veiculada por juristas, pedagogos e filantropos ocupou um lugar privilegiado no contexto político da época na medida em que era

esse discurso que formulava a verdade científica acerca do homem brasileiro civilizado: aquele que colocaria o país na marcha para o progresso. A eugenia marcaria o discurso da medicina, psiquiatria, educação, relações do trabalho, constituição das famílias, pautadas através de um mesmo eixo articulador: as práticas sexuais travestidas em normatividade moral.

A eugenia, assim, funcionou como um "princípio de racionalidade", delineando a solidariedade - como invenção estratégica, discutida por Donzelot (1984) - trazendo para o social a possibilidade interventiva de medidas ditas biológicas mas com um duplo sentido: manter as diferenças sociais, as desigualdades e, mesmo assim, fazer valer a ordem contratual.

A conferência de Fernando Magalhães no 1º Congresso Brasileiro de Hygiene em 1923 seria bastante elucidativa para mostrar o entendimento dos eugenistas acerca da "sciencia da solidariedade", do papel e lugar da eugenia na sociedade brasileira:

"A sciencia social foi até agora palavrosa e theorica, e o brado de liberdade, que ha um seculo ecôa por todo o mundo, desvairou os nescios e atordoou os fracos; triste consequencia das doutrinas que as grandes cabeças engendram para que os pequenos cerebros interpretem e executem. Agora porém, o que se tenta e o que se ha de conseguir não é mais esse regime de liberdades mantidas e nefastas e sim a organização da solidariedade sincera, que não derrama pregões sobre o aturdimiento dos incultos, mas ilumina o espirito e revigora o corpo, construindo a consciencia do cidadão, liberto do avultado espolio de um seculo de democracias theoricas - esse emaranhado de códigos e de leis que mais constrangem do que protegem - e compreendendo finalmente que à bem aventurança universal basta a simplicidade majestosa do Decalogo.

Confessemos que nada falta à cultura juridica do mundo e, quem sabe, escedeu ella às condições inferiores da humanidade; resta conduzir até lá o homen imperfeito. Isto não é mais função

proveitosa do direito-político, cujos cultores exgottavam a turba débil na ansia pelo ideal inaccesível; é trabalho penoso da medicina social, cujos seventuarios amainam as ambições collectivas inflorando a vida individual com o benefíccio da saúde, o trilho da bem aventurança terrena.

Por isso meus senhores saudemos no Brasil o movimento energico e criador da transformação de homens para reintegrál-os na fortuna do seu vigor. Do centro do paiz parte o exemplo da campanha de apuro da raça: eis o primeiro grande serviço que por estimulante, fructificará na prosperidade nacional. A orientação presente de se praticar a medicina social ha de ser, em prazo curto, o grande episodio historico da nação que, após 1888, não mais deu outra prova de sua grandeza. Surja pois aqui um clangor de rebate em pról da nova aggremação politica, o partido da eugenia brasileira, remodelando o individuo que por seu turno modificará os costumes gerados das leis supremas, an envez de pleitear os codigos complexos cujo liberalismo se deforma todos os dias pela necessidade de adaptação, tanto a inercia dos mandados como ao excesso dos mandantes.

Tal partido parece entre nós tocar a phase das realidades com a construção basica do seu nucleo. A tentativa anterior do trabalho pela saude collectiva cuidou antes dos phenomenos consequentes do que das causas primordiaes começa-se porém a olhar para a sementeira da nação que é o esplendor da sua riqueza, o brazão de sua força, o fulcro da sua prosperidade, o prestigio do seu pensamento e a serenidade da sua justiça. Determinando assim, a medicina social desvenda os mysterios da geração humana, cuja fonte, o ventre materno, merece a guarda de sua sabedoria porque a vida dos povos depende, acima de tudo, do farto e robusto viveiro de seus cidadãos. Dos tres factores economicos de uma nação - a terra, o capital e o braço - este predomina; o sólo mais fértil, o sub-solo mais rico, nada valem sem o individuo que os explore" (Magalhães, 1923: 139-43).

Os médicos, através dos dispositivos eugênicos remodelariam o homem brasileiro e a partir de então dar-se-ia a transformação da sociedade.

O discurso de Magalhães tentava dar conta do papel social da medicina - através da higiene e eugenia - na efervescência dos anos 20, portanto, em tempos de contestação de toda ordem, tanto a nível mundial quanto a nível interno. Utilizando-se de toda a retórica que caracterizava o discurso médico da época, Magalhães, a exemplo de tantos outros médicos, buscava convencer pelo discurso inquisitorial, o discurso da autoridade superior que valia-se de técnicas confessionais para atingir seu intento: tornar-se "guia das almas".⁽¹⁵⁾ Assim, ia delineando o eugenista as transformações que se faziam necessárias antes nos homens para então efetivá-las na sociedade. Tarefa que, segundo Magalhães, a ciência social não teria conseguido realizar cabendo, portanto, à ciência biológica levar adiante.

A eugenia modelando os corpos físicos (re)modelaria o corpo social, através, do "revigoramento" orgânico e da "construção" da consciência do cidadão. Estabeleceria os lugares dos homens na sociedade acenando-lhes porém, com a possibilidade de outras posições assim que atingissem o branqueamento, a disciplina e a normalização.

Se, a cultura jurídica e o direito político já se encontravam colocados, o fracasso decorria das agruras da vida individual, dos "mysterios da geração humana" que se realizava sem os controles da ciência, sem o olhar atento para a "sementeira da nação". Desta "missão" encarregar-se-iam os médicos, os higienistas dotados do "arsenal eugênico" necessário para imprimir racionalidade biológica à realidade social.

(15)"Embora não haja grandes afinidades entre as letras e a medicina, foram os médicos, depois e a exemplo dos bacharéis, que mais cederam ao prurido da palavra e à tentação literária e mais se deixaram dominar pelas preocupações da linguagem, distendendo a corda ao máximo, até o preciosismo, o artifício e o gosto pelas formas arcaicas. Francisco de Castro inaugura essa falange de médicos literatos, grandes escritores alguns como Afrânio Peixoto, e a que se foram incorporando sucessivamente Miguel Couto, Aloísio de Castro, Antonio Austregésilo e Clementino Fraga, todos da Academia Brasileira de Letras" (Azevedo, 1964: 306).

A racionalidade biológica, que a eugenia imprimia às diferenças sociais e políticas construindo a "solidariedade sincera", viria ademais reforçar as relações médico-Estado no Brasil, já de muito consolidadas, porém na conjuntura dos anos 20 sob a forma de um novo projeto de disciplinamento social.

A consolidação da ordem social a partir daí teria, nos eugenistas, intelectuais de ponta para instauração da biologia política em nosso meio.

Fernando de Azevedo, partidário das idéias eugenistas e um dos fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo, assim define a ascensão dos médicos como autoridades intelectuais: "Certamente, as classes, agrupando e separando as profissões influenciaram poderosamente, por todo o Império e na República, sobre a escolha das profissões liberais que passaram a ter uma supremacia evidente, como ocupações nobres, sobre todas as de caráter técnico, manual e mecânico. Em nossa elite, porém, quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutôres, que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio. A atração exercida por êsses dois tipos de escolas, a de direito e a de medicina, mais de acôrdo com as nossas tendências intelectuais (o próprio ensino médico permaneceu durante muito tempo mais teórico e especulativo do que experimental) foi tão intensa que não tardou a estabelecer-se grande desproporção entre o número de médicos ou bacharéis formados e os que exercem a profissão escolhida" (...) (1964: 295).

Azevedo coloca ainda, que as opções se faziam mais pela "influência social" dessas profissões do que por "tendências individuais ou vocação". E mais (...) êles passaram a constituir uma classe cada vez mais numerosa de funcionários e letrados, saturados na República, como no Império", de fórmulas européias que desprezavam a sociedade de que saíram e lhes alimentavam vastas ambições".

Contavam para tanto prestígio social e mesmo político, com a influência que exerciam nas grandes famílias e com um amplo campo de atuação clínica. Isto, sem salientar a vasta extensão das endemias e epidemias que grassavam no país. (Azevedo, 1964).

Dean, discutindo a burguesia rural paulista, aponta para as origens sociais dos médicos, quando salienta que o governo do Estado, em fins do século XIX e início do XX (basicamente, entre 1890 e 1900), não gastara em média sessenta e cinco cents (três mil réis) per capita com a instrução primária o que impedia a criação de "uma classe alfabetizada estável ou especializada de cidadãos". Qualquer tentativa de mobilidade ascendente das classes não proprietárias de terras, estava portanto impedida. Somente, aqueles que as possuísem, podiam mandar seus filhos ao exterior, para aprendizagem técnica, ou mesmo, cursar engenharia civil, medicina, agricultura, ou ainda, direito - cursos que estavam sendo paulatinamente criados em São Paulo.⁽¹⁶⁾

O diálogo abaixo, da novela de Hilário Tácito, denota bem a organicidade existente entre doutores e coronéis.

- Qué dice usted? Es Coronel el caballero? Pero no tenía el uniforme...

- Não é preciso...Aqui, quando um freguez não é doutor, é coronel...

- Ah!... y lo paga todo el coronel?...Cómo se llama?

- O Coronel Pacheco Izidro; certo que paga tudo. Tem cinco fazendas! Deputado, chefe político de Butucuará, Director de Partido...

- Pero, dígame Usted: Los hay acá muchos coroneles, muchos doctores-coroneles?

- Oh, si ha!!...Está assim!!...(e mostrava os dez dedos apinhados) - Uma fartura! (In: Morse, 1970: 279).

Se a higiene tinha possibilitado a sujeição dos indivíduos ao Estado agrário, fazendo dos agentes etiológicos

(16) O autor, coloca ainda, que a quase totalidade dos empresários brasileiros originou-se na elite rural, destacando o fato que em 1930, não havia um só fabricante brasileiro que fosse proveniente da classe média ou desfavorecida. Ver: Dean, W. A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

arma poderosa contra as resistências das famílias de elite ao poder do Estado (Costa, 1979), porque a eugenia enquanto forma mais radical de controle social não contribuiria para a conformação de brasileiros disciplinados, docilizados em seus corpos, aptos a incorporarem-se à ordem jurídico-político contratual em constituição?

Mesmo que, para tal, os filhos das velhas elites fossem os novos homens da ciência eugênica.

CAPITULO II

A DEPURAÇÃO DA RAÇA NO DISCURSO MÉDICO-EUGÊNICO

Nos anos 20, no imaginário dos eugenistas, havia necessidade de construir uma nova representação de homem brasileiro, diferente daquela, tão difundida nos manuais de higiene que alardeavam a degradação racial e moral das populações. A esta, os eugenistas contraporiam os ideais do corpo sadio, hígido e embranquecido das classes burguesas higienizadas no transcorrer do século XIX, no país.

Num contexto histórico, no qual negros e populações rurais passariam a ocupar o espaço social, inseridos no conjunto da população urbana em condições de igualdade civil, a eugenia, ao mesmo tempo em que relativizara essa igualdade, também fornecera dispositivos por excelência para alcançá-la, como aquele referente à depuração, até torná-los "mais sólidas unidades da raça".

Em São Paulo - centro importante, em franco processo de desenvolvimento industrial - os eugenistas, em 1929, lançariam mão de estratégias como aquela do concurso denominado "a criança eugênica", no qual apreciavam nos candidatos, não somente as enfermidades físicas, como também as mentais, sendo necessário para a classificação que fosse "perfeita e sadia a constituição do candidato e de seus antepassados" (Boletim de Eugenia, 1929, v.1,n.3:3). Indicavam, assim, a hereditariedade dos caracteres superiores como preocupação com o legado, que passava de

pais para filhos, e que só podia ser atingida através da sexualidade.

Se a sexualidade da família burguesa já se encontrava normatizada através de tecnologias de poder e saber (Costa, 1989) como gerenciamento político da vida, tratava-se de estender esses procedimentos àqueles que permanecessem arredios e resistentes aos dispositivos do sexo disciplinado, porém atentando para os efeitos de classe específicos.

O discurso médico-eugênicos acerca da depuração da raça - como dispositivo que visava conformar tipos eugênicos "à brasileira", sem perder de vista as urgências econômicas da formação de uma mão de obra dócil e disciplinada revelar-á importante tática de controle sexual das classes populares.

Neste capítulo, estuda-se a estruturação do movimento eugênico mundial e as características adquiridas no Brasil, tendo como pano de fundo o discurso médico-eugênico, porquanto, seria esta prática discursiva que articularia controles reguladores sobre o corpo social travestido como corpo sexual.

1. Galton e a ciência eugênica

Os primeiros trabalhos de Francis Galton, matemático, fisiologista e expoente do evolucionismo, acerca da hereditariedade, datam de 1865. "Hereditary Genius", publicado em 1869, marca o "começo de sua caminhada" nos estudos da eugenia. Entretanto, ele somente usaria o termo - eugenia - em 1883.

As teorias de evolução social nos séculos XIX e XX, originárias das leis do progresso de Comte, teriam, posteriormente, na "origem das Espécies" de Darwin, os pressupostos da evolução biológica - aquela que se dá por seleção natural. Nesta, Galton teria se inspirado para

elaborar a doutrina do aperfeiçoamento da raça humana, vindo favorecer a evolução natural.

Francis Galton entendia que a "eugenia seria a ciência que se preocuparia com a melhoria da raça humana e para tanto procederia à identificação dos seres melhor dotados física e mentalmente, favorecendo seus casamentos. Ao facilitar a ação da evolução sua teoria converter-se-ia em uma nova religião, científica e moderna: "Porque religión era, moral, ética, normas de conducta para organizar la sociedad" (Pelaéz, In: Galton, 1988:15).

Para Pelaéz, "A variação em animais domesticados e plantas" foi obra de Darwin que teria fornecido os elementos a Galton, para a elaboração da teoria eugênica. Darwin e Galton mantiveram, entretanto, discordância a respeito da hereditariedade dos caracteres adquiridos na medida em que Galton não admitia influências do ambiente na herança genética dos pais para os filhos.⁽¹⁾

A teoria galtiana denominada "Teoria da Hereditariedade", publicada em 1875, encontrava-se amparada nos estudos estatísticos que Galton desenvolvera sobre a "hereditariedade do talento" - estudo sobre o parentesco de pessoas eminentes - sem qualquer procedimento experimental - a não ser aqueles de natureza matemática.⁽²⁾

As medidas antropológicas foram instrumentos também utilizados por Galton para desenvolvimento de seus estudos e identificação de características físicas constituintes dos grupos sociais ditos indesejados.

Ele também introduziu na Inglaterra a "lei do erro", utilizando-se da curva de Gauss para estudar a distribuição da população conforme determinados atributos como: estatura; cores dos olhos humanos e tamanho de vagens do feijão para

(1) Este entendimento de Galton, gerou uma polêmica científica conhecida como a polêmica nature-nurture (natureza - criação). Para tal ver Galton, F. Herencia y eugenesia. Madrid, Alianza Editorial, 1988.

(2) Os estudos de Galton com partículas (internas - sem manifestação e externas - com manifestação) depois denominadas de plasma germinal por Weismann não passaram de hipóteses especulativas. Cf. PELAÉZ, R. no prólogo de Herencia y eugenesia, op. cit. p. 17.

plantas, afora os usos feitos com "histórias de família" onde eram descritas as histórias das enfermidades e das taras (Pelaéz, In: Galton, 1988).

Mas seus estudos não se restringiram somente às populações em seus corpos e em suas histórias, e seu olhar ampliou-se para as sensações e fenômenos mentais na tentativa de encontrar uma relação mensurável entre características físicas e caráter. Através do desenvolvimento da técnica denominada "retratos compostos", que superpunha fotos de acordo com critérios estabelecidos, ele obtinha uma composição onde as características das pessoas ficavam evidenciadas deixando apenas uma "impressão" (sinal) das peculiaridades individuais (Galton, 1988: 91-2).

As pessoas com as mesmas características gerais de saúde, doença, comportamento, formariam um mesmo tipo, que eram: criminoso ou delinquente, tuberculoso, idiota, pobre, dentre outros. A delimitação de tipos permitia intervir na reprodução deles, buscando inclusive aumentar a natalidade daqueles considerados "bem dotados" e controlar os demais.

Galton tenta aplicar nas escolas esta tipologia social, realizando medidas antropométricas e histórias das famílias (Galton, 1988). Também estuda com Bertillon medidas encontradas por este, que identificam criminosos através de medidas correlacionadas entre antebraço e perna. As identificações através de impressões digitais foram de autoria de Galton apesar dele não ter conseguido estabelecer correlação entre impressões e tipos (Pelaéz, In: Galton, 1988).

Karl Pearson (físico e matemático) e Walter Frank Weldon (zoólogo) fundam a biometria juntamente com Galton, publicando em 1901, em Londres, a revista "Biometrika". Em 1904 Galton, pronuncia, na Sociological Society, uma conferência intitulada "Eugenia: sua definição, alcance e propósitos".

Trava-se então uma batalha cerrada entre bioestatísticos, mendelianos e "assistentes destacados", médicos, psiquiatras e pediatras. Galton não conseguiria angariar o "apoio incondicional" da Sociedade de Sociologia, mas introduziria a sua ciência na Universidade de Londres (Pelaéz, In: Galton, 1988).

Para Galton, a estatística torna-se técnica e método geral de todos os seus trabalhos; a antropologia será a provedora do material de estudo e a hereditariedade, o mecanismo essencial de sustentação da ciência eugênica (Pelaéz, In: Galton, 1988).

2. Das articulações internacionais à Sociedade Eugênica de São Paulo.

A introdução da doutrina eugênica nos meios acadêmicos e intelectuais deu-se somente em inícios do século XX, tendo a revista "Biometrika" e o livro "Natural Heritance" (contendo trabalhos de Galton) se mostrado importantes veículos propagadores da "nova ciência". A revista, inclusive, viria garantir a publicação dos trabalhos de Weldon, Pearson e Galton, na medida em que aí seriam editados artigos não aceitos em outros periódicos (Pelaéz, In: Galton, 1988).

Galton também incursionaria pelo "Antropological Institute" fazendo conferências: "The Possible Improvement of the Human Breed Under the Existing Conditions of Law and Sentiment", que mesmo tendo pouca repercussão na Inglaterra despertou na Breeder's Association - Associação de criadores, nos Estados Unidos - da qual participava Charles Davenport, importante geneticista - o intuito de criar uma entidade eugênica, fundada em 1905, da qual Galton participou como sócio honorário (Pelaéz, In: Galton, 1988).

Em 1907, como sócio da Liga de Educação Moral, lançou a semente da Eugenics Education Society que em 1908 teria "mais de duzentas pessoas influentes", participando da sua Primeira Reunião Geral Anual. Esta entidade passa então a contar com pessoas de todas as áreas, com predomínio de médicos e advogados. Leonard Darwin torna-se seu presidente até meados dos anos 30. Pearson, que dirigia o Laboratório de Biometria da Universidade de Londres, transformado em 1906 no Laboratório Galton para a Eugenia Nacional, opunha-se ao "propagandismo da sociedade" dirigida por Darwin, formada basicamente por mendelianos, que por sua vez depreciavam os trabalhos de Pearson.⁽³⁾

A Eugenics Education Society organizou em Londres, em outubro de 1912, o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia com a participação de 700 delegados, no qual foi instituído um comitê permanente internacional de eugenia (Nisot, 1927a).⁽⁴⁾

A par dos trabalhos desenvolvidos por Galton e seus colaboradores, vários estudos sobre a hereditariedade aconteciam no século XIX. Na França, Portal (1808), Lereboullet (1834) e Piorry (1840) dedicaram-se a trabalhar a hereditariedade em casos de doenças; Morel (1857) em "Traité des Dégénérescences physiques intellectuelles et morales dans l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades", tornar-se-ia um expoente no tratamento dos alienados (Nisot, 1927).

Em 1913, realiza-se em Londres, um Congresso Internacional de Medicina, no qual a eugenia torna-se objeto de muitas discussões, assim como em Berna (1914), no

(3) Essas divergências entre os métodos de trabalho - estatísticos ou genéticos - talvez apontem para as diversas interpretações, acerca das orientações seguidas pela eugenia, em vários países - Refiro-me, em especial, ao trabalho de Stepan, M. Eugenésia, genética y salud pública: El movimiento eugenésico brasileño y mundial. op. cit.

(4) Países representados no comitê: Alemanha (Dr. Ploetz - presidente da Sociedade Alemã para a Higiene da Raça); Bélgica (Dra. L. Caty, Ensche e Querton); Dinamarca (Dr. Hansen - presidente do Comitê de Antropologia); Estados Unidos (Dr. Adam Woods); Itália (Prof. Gini) e Noruega (Dr. Mjoen). In: Nisot, M.T. La question eugénique dans les divers pays. Bruxelas, Livraria Falk Fils, 1927.

Congresso Internacional de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia e, em muitos que o sucederam.

Várias sociedades de eugenia se formariam nessa época, inclusive uma associação internacional da qual participavam Alemanha, Suécia, Suíça e Áustria (Nisot, 1927).

Para Nisot, a primeira grande guerra renderia à eugenia "la place que lui revient dans l'économie des sciences humaines", uma vez que muitos eram os problemas econômicos, sociais e biológicos a enfrentar (1927: 16).

No Brasil, as idéias eugênicas teriam chegado, num primeiro momento, revestidas de "temas culturais" e encontrariam terreno fértil, uma vez que viriam ao encontro das preocupações de nossos intelectuais, tanto no que diz respeito à definição de povo brasileiro, quanto à do país enquanto nação.

A "raça" era o tema central dessas idéias eugênicas ainda encobertas, que mais pareciam se adaptar ao pensamento do evolucionista Darwin do que propriamente ao conceito Galtiano ainda sem expressão no Brasil em fins do século XIX.

Exceto tratamento como "tema cultural", há também registros de que, em fins do século XIX, na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, medidas eugênicas eram defendidas por Souza Lima, quando reiterava a necessidade de uma legislação que obrigasse a realização do exame pré-nupcial (1892) e, posteriormente, que proibisse o casamento entre sífilíticos e tuberculosos contagiantes (Antunes, 1926).

Os primeiros trabalhos publicados, entre nós, são de autoria de Erasmo Braga, Horácio de Carvalho e João Ribeiro à quem Renato Kehl - um dos nomes de maior expressão na área - atribui a "palavra eugenia envez de "eugenica" como pretenderam alguns cientistas e grammaticos (Kehl, 1929a). Alexandre Tepedino, em 1914, apresentou a tese "Eugenia" à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como requisito à

obtenção de graduação, onde expunha a doutrina de Galton. Por sua vez, Renato Kehl atendendo a um convite de "dois sympathicos americanos" - diretores da Associação Cristã dos Moços de São Paulo - proferiu, em abril de 1917, uma conferência cujo título, "Eugenia", foi de sua livre escolha. O discurso foi publicado na íntegra no "Jornal do Commercio", no dia 19 de abril de 1917, onde Kehl "após um ligeiro exórdio explanou a hereditariedade como fundamento da sciencia de Galton, os fatores dysgenicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente à Eugenia, concluindo num appello aos estudiosos para a divulgação e pratica das idéas e preceitos eugenicos no nosso paiz, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira" (1929a: 19).

Foi essa conferência que despertou nele o propósito de criar uma associação que reunisse profissionais de várias áreas, dentre os quais médicos, advogados e interessados, cujo intuito fosse discutir a nacionalidade, a partir de questões biológicas e sociais. Seu intento encontrou eco no professor Arnaldo Vieira de Carvalho, com quem, em 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, onde já se reunia a Sociedade de Medicina e Cirurgia, foi inaugurada a Sociedade Eugênica de São Paulo. Fizeram parte da agremiação: Oscar Freire, José Carlos de Macedo Soares, Fernando de Azevedo, Rubião Meira, Bernardo de Magalhães, Arthur Neiva e outros. A associação teve cerca de 140 associados, o que se poderia considerar uma entidade "de peso" para a época. Participavam da direção da entidade: Arnaldo Vieira de Carvalho (presidente); Olegário de Moura (vice-presidente); Renato Kehl (secretário geral); T.H. de Alvarenga e Xavier da Silveira (segundos - secretários); Argemiro Siqueira (tesoureiro-arquivista). Arthur Neiva, Franco da Rocha e Rubião Meira compunham a comissão consultiva (Annaes de Eugenia, 1919).

No primeiro artigo dos estatutos da sociedade constam os seguintes objetivos: "Ella estuda as leis da hereditariedade, esmiuçalha as questões da evolução e

descendência, tirando desses conhecimentos as bases applicaveis á conservação e melhoria da especie humana. Nesta sociedade serão discutidas as questões relativas á influencia do meio, do estado economico, da legislação dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões physicas, intellectuaes e moraes, sempre tirando dessas discussões idéas mais palpáveis desta aggreiação e ao qual dou a maior importancia, é o de divulgar, entre o publico, conhecimentos eugenicos e destinados a bem da nossa raça (...). Um dos fins, de resultados hygienicos, que o tirem da ignorancia, no que se refere aos vicios sociaes e ás doenças infecciosas. Por meio de conferencias publicas e nas escolas, sempre procurando mostrar o que é o alcoolismo, a syphilis, a tuberculose, ensinar como escapar as suas garras.

Entre outros fins da sociedade está o estudo da importantíssima questão da regulamentação do meretricio (...)bem como a importante questão do exame pre-nupcial, um dos meios de cercear a liberdade de dar nascimento a uma prole de degenerados, de idiotas, de tarados de toda especie" (Annaes de Eugenia, 1919: 6-7).

A Sociedade Eugênica de São Paulo, a exemplo das sociedades eugênicas européias, também pautava suas atividades por estudos da hereditariedade, pela educação moral, educação higiênica e sexual. A regulamentação dos casamentos era outra tarefa tomada para si pelos eugenistas assim como a regulamentação da imigração e a sujeição dos indesejáveis (prostitutas, loucos, sifilíticos, tuberculosos, entre outros).

As técnicas de esterilização recomendadas em vários países e tornadas lei, basicamente, em alguns estados norte-americanos, foram objeto de algumas teses nas faculdades de medicina de São Paulo e Rio de Janeiro, ao arrepio de muitos eugenistas seguidores das tradicionais "recomendações da Santa Madre Igreja".

No Brasil, diferentemente da Inglaterra, cujas razões necessárias para aplicar-se a eugenia eram classificadas como: a) grande número de tarados; b) superpopulação; c) elevado número de desempregados; d) mutilações causadas pela guerra; e) má divisão dos impostos e f) diminuição da natalidade nas classes superiores (Nisot, 1927), nem mesmo as questões de saneamento - incluindo a própria salubridade urbana - estavam resolvidas. Tornava-se mister, portanto, atacar problemas já de muito encaminhados nos países de primeiro mundo e que, mesmo voltando a ocorrer no pós-guerra, eram de circunstancial determinação.⁽⁵⁾

As condições de saneamento no Brasil descritas por Penna em "Saneamento do Brasil" elucidavam as precárias condições de vida e saúde dos habitantes do país e apontavam para as providências sanitárias indispensáveis para dar eficiência ao trabalhador (1918). Já Monteleone deixava claro que no país, diferentemente da Europa, tratava-se de praticar o saneamento do povo e também do solo, na medida em que numerosas moléstias se constituíam como fatores degenerativos da raça. "Devemos eugenzar os brasileiros dos nossos sertões. As campanhas de saneamento devem ir ao encontro dos que se localizam no interior do Brasil e que as trypanosomiase, impaludismo e alcool, -devoram e inutilizam num abatimento de morte" (1929: 116).

As doenças tropicais, encaradas como "elemento de decadência physica" de populações inteiras do interior deveriam ser combatidas sem cessar.

"O orgulho do povo brasileiro, a grandeza moral da nossa nacionalidade, são motivos imperiosos que devem animar a pratica de medidas urgentes de saneamento do nosso sólo e dos nossos sertanejos"(Monteleone, 1929: 118).

(5) O aumento da população inglesa decorria, significativamente, do fechamento da emigração, até mesmo nas colônias inglesas autônomas. O recrudescimento do nível sanitário com aumento na morbidade por tuberculose, sífilis, gonorréia, doenças mentais relacionava-se por um lado, com a guerra e por outro, com a falência das políticas sociais destinadas à população pobre. Segundo Nisot, em 1920, quando o recrutamento voluntário foi restabelecido o número de homens engajados fora de 120.000, tendo sido rejeitados cerca de 40.000 por questões de saúde (1929: 43).

Pareceria sensato que os eugenistas brasileiros adaptassem a ciência eugênica à realidade do país, então em condições sanitárias tão precárias, estabelecendo nexos entre eugenia e sanitarianismo. Manuais de higiene de finais dos anos 10 e inícios dos anos 20 continham capítulos dedicados à nova ciência.⁽⁶⁾ Ademais, as péssimas condições sanitárias da metrópole brasileira já tinham sido motivo de retaliações econômicas pelos mercados consumidores internacionais. "Passavam ao largo do Rio de Janeiro, porto sujo e suspeito, os transatlânticos, apavorados com a terra da febre amarela" (Bello, In: Luz, 1982: 85).

A publicação da viagem de Arthur Neiva e Belisario Penna, em 1916, realizada aos estados de Goiás, Bahia (norte), Pernambuco (sul) e Piauí (sul), tornara transparentes as precaríssimas condições de saúde e saneamento daqueles locais desolados pelas secas a ponto de os sanitarianistas colocarem que "era preciso que tivéssemos um povo, e o que tínhamos não era um povo, mas um estrume dum povo que ainda ha de vir" (Neiva e Penna 1918: 198).

Tal constatação cabia perfeitamente no ideário eugenista de criação e conformação do povo brasileiro - daquele "tipo nacional".

A Liga Pró-Saneamento articulada em 1917, a partir da publicação da obra Saneamento do Brasil⁽⁷⁾ contava com a participação de ilustres sanitarianistas que depois também viriam formar a Sociedade Eugênica de São Paulo, dentre eles, Renato Kehl e Arthur Neiva.

Superpondo os objetivos das duas entidades em questão - Liga Pró-Saneamento⁽⁸⁾ e Sociedade Eugênica - observa-se que:

(6) Dentre eles citar-se-iam FONTENELLE, J.P. Higiene (dedica a 5ª parte do livro à Eugenia e puericultura com três capítulos) e PEIXOTO, A. Higiene.

(7) O livro "Saneamento do Brasil" analisava as populações rurais do país sob a ótica do estado sanitário por eles vivenciados bem como fazia recomendações acerca do enfrentamento e tratamento das endemias.

(8) Sobre a Liga Pró-Saneamento ver COSTA, M.R. Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.

a) Ambas as sociedades eram fundadas em um momento da vida do país no qual a questão nacional aparecia como primordial. Do ponto de vista político tratava-se de constituir o estado-nação; do ponto de vista cultural, realçar o "genuinamente nacional". Dentro do espírito nacionalista reinante, ambas as entidades lutavam pela suplantação dos modelos europeus do determinismo climático, que desde o século XIX, contribuíam para inviabilizar o ingresso do Brasil no rol das nações civilizadas. Peixoto, higienista participante das duas instituições, assim se pronunciava: "Não existem doenças climáticas, porque nenhuma é produzida pelo clima, ou cuja etiologia seja feita por ele (...). Sem mosquito não há transmissão, portanto, não há febre amarela. Combatemo-lo para extinguir a febre amarela (...). A ancilostomose depende de um verme, deposto no solo que nele pisam e por aí se infestam. Esta é a verdade verdadeira, provada, experimentada. Por que chamá-la doença climática, tropical?" (In: Costa, 1985:96).

O livro de Monteiro Lobato "O problema vital" - publicado em 1919, pelas duas instituições, viria também reforçar a tentativa de elucidar os problemas sanitários e apresentá-los como passíveis de resolução.

"Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados pelo sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho mantêm eles sempre elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantêm em alta o índice biológico da raça, pois é com o sangue e o músculo forte do camponês que os centros urbanos retemperam a sua atividade" (Lobato, 1946: 255). Nesta fala o autor mostra a importância atribuída ao homem rural por ambas instituições e a preocupação dos eugenistas em recuperá-lo.

b) A Liga Pró-Saneamento, entretanto, rejeitava também o modelo europeu que apontava para a composição étnica e a miscigenação racial como fator de atraso para o país (Costa, 1985) o que sugeria diferentes abordagens da "ciência eugênica brasileira", tanto a nível nacional, quanto dentro da própria Sociedade Eugênica de São Paulo.

De fato, tal suposição confirmar-se-ia na realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929 quando as diferentes compreensões tornaram-se transparentes.⁽⁹⁾

Essa constatação vem iluminar a questão da descontinuidade discursiva existente entre a eugenia e o movimento cultural, que ao colocar o mulato como o homem brasileiro, parece indicar a defasagem entre as teorias raciais em geral e a eugenia em particular com a realidade social dos anos 20 no país. (Abordar-se-á esta questão no item 2.3).

Voltando à Sociedade Eugênica de São Paulo cabe salientar que seu período de atuação foi exíguo. Em 1919, na terceira sessão ordinária da sociedade, houve alteração dos estatutos, votação para novos cargos e no decorrer deste mesmo ano Kehl muda-se para o Rio de Janeiro. Nesta sessão, como nas duas anteriores discutiu-se a reforma do Código Civil - retirar o impedimento matrimonial criado pelo artigo 183-IV (casamento entre tio e sobrinha). "A lucta se estabeleceu com vehemencia entre anti-consaguinistas e consanguinistas, estes últimos tendo á frente o Dr. José Carlos Macedo Soares" (Kehl, 1929: 55).

Apesar dos eugenistas terem obtido a vitória com a manutenção do veto aos casamentos consanguíneos, Kehl mostrava-se cético em relação ao desenrolar da ciência eugênica em São Paulo e é seu desabafo: "Meus senhores (...) a associação eugência que tive a honra de fundar sob os auspícios de Arnaldo Vieira de Carvalho, depois da morte

(9) Tratar-se-á do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no item "As divergências eugênicas".

deste illustre patricio e depois de minha transferencia para esta capital cahiu em estado de latencia, para não dizer que morreu, devido a inconstancia no entusiasmo que despertam as iniciativas serias e altruisticas no nosso paiz.

(...) Ninguém quiz arcar com os encargos de a manter em actividade" (Kehl, 1929a: 56)

A sociedade, mesmo assim, realizou várias conferências de propaganda, auxiliou na formação de núcleos eugênicos em países da América Latina e publicou os Annaes de Eugenia (Kehl, 1929a).

A "cruzada eugênica" não desapareceria com a partida de Kehl, que no Rio de Janeiro passou a militar na Liga de Higiene Mental, fundada em 1922, por Gustavo Reidel.

De acordo com Cunha, no século XX a eugenia ocupa o lugar central na orientação da medicina mental em substituição à teoria da degenerescência elaborada por Morel, prometendo "vencer as incômodas incertezas da doutrina da "sobrevivência", segundo a qual era tão impossível prever quem viria a ser o mais apto, quanto proporcionar a uma nação os meios de desenvolver aptidão eterna. Bastava transformar o processo de seleção natural, que funcionava às ocultas do homem, em instrumento racional conscientemente empregado" (Arendt, In: Cunha, 1986: 166).

Mais uma vez, encontravam-se eminentes eugenistas participando desta Liga⁽¹⁰⁾. Mirandolino Caldas dirá em "As nossas campanhas" nos "Archivos Brasileiros de Hygiene Mental" - publicação da Liga - que eugenistas e alienistas sentiam-se "confortados em saber que a elite intelectual do nosso país está ao nosso lado, protegendo-nos com sua adesão e seu apoio moral" (In: Cunha, 1986: 167).

A exemplo da Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM) é fundada em 1926, em São Paulo, a Liga Paulista de Hygiene Mental por Pacheco e Silva.

(10) Asseguravam sua participação: Afrânio Peixoto, Carlos Chagas, Miguel Couto, Roquette-Pinto dentre outros. Ver CUNHA, M.C.P. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo. SP, Paz e Terra, 1986.

Pautando sua atuação por atividades educativas propagandeava os princípios de higiene mental através de conferências radiofônicas, publicações de artigos, distribuição de folhetos (muitos deles adaptados de similares americanos) e publicações para professores, advogados e médicos. A revista editada pela Liga Paulista chamou-se "Archivos Paulistas de Higiene Mental" (Cunha, 1986).

Segundo Cunha, o desaparecimento das Ligas de Higiene Mental nos anos 30, longe de representar a superação daquelas propostas, melhor evidenciava a concretização dos objetivos formulados, atestados pela institucionalização das políticas sociais de cunho eugênico (1986: 169-70).

Para a psiquiatria era chegado o momento de criar um aparelhamento institucional que ultrapassasse os designios da exclusão e do internamento, alcançando também a "imensa legião de psychasthenicos, melanchólicos, psychopatas accidentaes que, transitoriamente, em consequência de doenças infecciosas, intoxicações ou fatores de ordem moral, tão frequentes na concorrência vital de nossos dias, apresentam distúrbios sensoriais" (Silva, In: Cunha, 1986: 170).

A nova ordem psiquiátrica inseria-se na nova ordem social: "normalizar o social, dirigir a intervenção médica à tarefa de impedir a loucura - fazendo do homem normal, do indivíduo sadio, o seu objeto" (Cunha, 1986: 179). O meio social deixava de representar, preponderantemente, o meio físico a ser saneado, no sentido aludido pelos higienistas da Liga Pró-Saneamento, mas configurou-se como contexto social - o espaço do fazer a vida em todos seus aspectos, desde o trabalho, as condições de moradia, o tempo de lazer, enfim, o espaço das práticas políticas e sociais.

Assim, os "venenos sociais" tidos como o álcool, a prostituição, a "libertinagem", dentre outros, assumiram o papel de causa da degeneração, tornando necessário o apelo à educação, como antídoto para todos os males.

Segundo Jurandir Freire Costa, foi no transcorrer do Primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental ocorrido em 1931, que Rudin - psiquiatra alemão da tradicional clínica psiquiátrica de Munique - expôs que "a hygiene mental, em sua applicação pratica, não deve exercer-se somente no terreno da psychiatria, senão em todos os dominios da vida social" constituindo a prevenção eugênica (Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, In: Costa, 1981: 40). A psiquiatria nos anos 30 também apresentar-se-á como fecundo terreno para a disciplinarização do homem brasileiro com especial atenção para o operariado urbano.

Além de participar da LBHM, Kehl também criaria a Comissão Brasileira de Eugenia⁽¹¹⁾, em 1931, cujo intuito, segundo ele, era "manter no paiz o interesse pelos estudos das questões de hereditariedade e eugenia, propugnar pela diffusão dos ideaes de regeneração integral do homem e a prestigiar os empreendimentos scientificos ou humanitarios de caracter eugenico, dispensando as reuniões periodicas" (Kehl, 1931: 3-4).

Kehl afirmava que a comissão podia "prestar, silenciosamente, sem discurso, nem banquetes, bons serviços á nossa patria e á nossa gente", inaugurando novas posturas no que se refere ao discurso médico-eugênico. Seus depoimentos acerca da mestiçagem e imigração também exteriorizavam fissuras nas falas eugênicas ao se referir à "opinião suspeita de alguns panagyristas da nossa polychromica e babelica constituição ethnica" apontando para as divergências eugênicas existentes.

(11) Participavam da Comissão: Belisario Penna e Octavio Domingues, dentre outros. Ver Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, n. 2, mar-abr, 1931.

3. As divergências eugênicas

A divulgação dos princípios eugênicos no Brasil no decorrer dos anos 20 deu-se num contexto de "regeneração da república"- portanto de reconstrução, de rompimento com os princípios oligárquicos e instauração de uma democracia liberal, na qual o voto secreto tivesse vez.

O discurso de Olegário de Moura - vice-presidente da Sociedade de Eugenia de São Paulo, na Associação Cristã de Moços intitulado "Saneamento-Eugenia-Civilização" - denotaria o esforço dos eugenistas de manter-se a passo com a preocupação das elites intelectuais de fazer valer os princípios cívicos e patrióticos do Brasil-nação, que se forja através do culto nacionalista, do sentimento de "amor à pátria", assegurado pela militarização do país (...).

A eugenia sintonizava-se com os ideais republicanos defendidos pelas sucessivas ligas nacionalistas como a "sciencia do aperfeiçoamento physico e moral" num contexto, no qual o adestramento do corpo e o disciplinamento do caráter vinham de encontro às propostas dos reformadores liberais de constituir o cidadão ordeiro. Tarefa essa de espíritos superiores incumbidos de constituir a consciência nacional, para a qual os eugenistas consideravam-se indubitavelmente aptos. A participação deles em movimentos amplos e também em outras associações denotaria estarem a passo com aquelas elites. (12)

Nesta ótica, as relações entre eugenia-civilização articuladas a partir do nacionalismo revestiam o discurso eugênico de uma roupagem liberal em harmonia com as campanhas cívicas ao sabor da Oração aos Moços, de Bilac.

O interesse em salientar tais relações fazia-se imprescindível na medida que o discurso oligárquico também encampara a nova ciência.

(12) As estreitas ligações entre as ligas em formação e a sociedade Eugênica de São Paulo poderiam ser vislumbradas, por exemplo, pela participação do médico Arnaldo de Carvalho como presidente da Sociedade Eugênica e vice-presidente da Liga Nacionalista de São Paulo (Stepan, 1983: 363).

Paiva identificou nas primeiras obras de Oliveira Vianna uma estreita relação entre racismo e classes latifundiárias que, em consonância com princípios arianistas, reservara à "aristocracia territorial" ("ponto de concentração dos elementos arianos da colônia") como aquela "que mais legitimamente representava o nosso povo e a sua mentalidade social". Isto porque as oligarquias substituiriam, em última instância, os brancos europeus que, vindos para o Brasil no período colonial, seriam os mais afeitos à construção da civilização superior, estando eles dotados de "espírito inato de eqüidade, justiça e moderação, e fina sensibilidade moral, riquíssima de atributos nobres e cavalheirescos". A autora chamou, também, atenção à defesa feita por Oliveira Vianna dos latifúndios, como "escolas de educação de classe no sentimento de orgulho e no culto do indivíduo moral", como "dominadores de homens" e como reservas de eugenismo acumulado" (1978: 136-9).

Essa identificação de Oliveira Vianna com a eugenia não é ressaltada no discurso médico eugênico no início dos anos 20, provavelmente, pela necessidade de aproximação com segmentos mais "modernos" que melhor traduzissem o "espírito científico das teorias eugênicas". Entretanto, perceber-se-ia uma aproximação à Alberto Torres, que atacava veementemente o pensamento racista, atribuindo seu desenvolvimento no país à incapacidade das elites para tratar os problemas aqui existentes, dentre eles higiene deficitária, falta de educação e nutrição do povo, problemas esses, largamente discutidos naqueles anos.⁽¹³⁾

Pareceriam, portanto, bastante procedentes, as relações do discurso eugenista com saneamento, higiene e educação na medida em que desfocavam o eixo do pensamento racista de suas características autoritárias para colorí-la de atributos que expressassem o espírito da época.

(13) LEITE, D. op.cit. e SKIDMORE, T. op.cit., abordam o pensamento de Alberto Torres, na perspectiva anti-racista.

Ao nível da cultura, era chegado o momento do Brasil fazer-se valer enquanto nação, com suas peculiaridades e seu povo multirracial⁽¹⁴⁾ e a eugenia adquiriria, assim, ares de nova gestora da espécie, novo dispositivo disciplinar que conforma homens mais fortes e produtivos, permitindo a grande nação a "arregimentação de suas forças, o aperfeiçoamento de nossa raça, a cultura physica aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plastica, de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditarias, immune de taras malsãs" (Annaes de Eugenia, 1919: 49).

Fernando de Azevedo dizia, inclusive, que a "a campanha do saneamento não é eugenicamente falando, uma tarefa unica, mas sim a primeira face de um cyclopeo trabalho de regeneração, de que o segundo aspecto, não menos importante, é o revigoramento, por meio da educação physica continua e methodizada, desta raça que o saneamento libertou de causas anemiantes e reintegrou no estado hygido, mas que ainda continuaria a soffer do mal inquietante da depressão physica.(...) Não basta, pois curar os doentes, é preciso melhorar os sãos; não basta que a hygiene social saneie o povo, é mistér o revigor e a educação physica por uma acção energica e systematizada, capaz de imprimir elastério á nacionalidade então illibada da macula endemica, e de fazer jorrar harmonia de todos estes elementos ethnicos diversos concentrados por uma força commum numa raça unica e punjante, em que a independencia das idéas seja assegurada pelo vigor physico e amor assiduo da atividade util e productiva"(Annaes de Eugenia, 1919 : 117).

A cultura física que num primeiro momento parecia descontextualizada no discurso eugênico - no dizer de Nancy Stepan, "aún la promoción de los deportes para los jóvenes de la

(14) Ver ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. op.cit. e LEITE, D. O caráter nacional brasileiro, no que diz respeito à superação por volta de 1914 das teorias recistas na cultura brasileira.

que el joven Fernando Azevedo hizo su causa particular en la Sociedad Eugenésica de São Paulo podría verse como "eugenésica" porque "mejoraba la raza"(1985: 363) - teria sua razão de ser, na medida em que, reforçava a tese de não tomar as teorias eugênicas ao "pé da letra", mas adaptá-las ao contexto político-cultural, daqueles tempos.

E tratava-se de tempos de mudanças - dentro da ordem - na perspectiva de encaminhar questões políticas, econômicas e sociais que se apresentavam inadiáveis. A greve geral de 1917, o movimento de insurreição anarquista em 1918 e as inúmeras greves ocorridas em 1919 sinalizariam a inconformidade. São Paulo tornara-se palco de todo o tipo de "desordens". Disciplinar este povo como se estava disciplinando a cidade e organizar o trabalho seriam destaques no projeto liberal reformador, dos anos 20.

Para disciplinar o povo, a eugenia, superando a fase do saneamento, passaria a atuar para "melhorar os sãos", e Paula Souza, eminente médico do Instituto de Hygiene de São Paulo destacar-se-ia naqueles anos, também, como idealizador, do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) onde se desenvolviam projetos destinados ao operariado urbano.

Entretanto esse "disciplinamento eugênico" não se faria somente baseado em pressupostos *strictu-sensu*, como adquiriria outros contornos com novos matizes.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia traduzia essas várias abordagens e entendimentos acerca da nova ciência e suas aplicações.

Realizado em julho de 1929, na Faculdade de Medicina na Praia Vermelha, teve como presidente o Prof. Edgard Roquette-Pinto em cuja sessão inaugural salientou que "durante muito tempo, supoz-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a hygiene resolveriam o problema da saude "mas a sciencia demonstrou haver alguma cousa que independe da hygiene : é a semente, a herança, que depende da eugenia."

Participaram do evento além de médicos, sociólogos, educadores e demais interessados.

Ressaltando a importância da eugenia, Roquette Pinto lembrava que "clamando-se contra a falta de braços, é preciso reconhecer que nos falta antes o seu melhor aproveitamento, não somente melhorando os que existem, mas provendo as condições de aperfeiçoamento da raça futura" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 11).

A eugenia aliara-se, assim, também, ao esforço de "recuperar" o homem brasileiro enquanto força de trabalho tentando reverter aquela antiga percepção forjada, ainda durante a colônia na qual os homens livres eram vistos como indolentes, ociosos e inúteis.⁽¹⁵⁾ A necessária arregimentação de contingentes cada vez maiores de mão-de-obra nacional (o braço imigrante tornara-se escasso, a partir de 1914) colocara para as elites brasileiras a emergência de novas estratégias de regulamentação do social que atendessem aos desígnios de uma ordem social competitiva que vinha sofrendo desgastes políticos e econômicos desde sua instauração.

A "solidariedade" entre as gerações estabelecidas pela herança viria regulamentar o social através da criação do "tecido celular que ha de servir de carne e sustento á nova formação biológica" (Monteleone, 1929: 21), portanto, indivíduos eugenizados, adestrados biologicamente; conformados racialmente, seriam homens potencialmente aptos para ingressarem no processo social da construção civilizatória do país, moldados por um disciplinamento que do biológico estender-se-ia ao social e cuja matriz biológica deveria ser o sexo disciplinado.

A economia do sexo "o domínio que o cerebro mantem sobre todas as manifestações do instinto sexual - e que deve ser o regulador de todas as acções inherentes á sexualidade - crea no indivíduo necessidades taes, de ordem physiologicas, de hygiene,

(15) Acerca desta percepção de homens livres ver: KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem; HOLANDA, S.B. Rafzes do Brasil; CANDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito; PRADO JR., C. Formação do Brasil contemporâneo.

de efeitos mediatos e imediatos, que cada individuo deve saber aplicar as suas energias reproductoras, com precaução e economia por seu proprio equilibrio physico e physiologico. (...) No homem as energias cerebraes devem ser as reguladoras da vida sexual. O dominio da intteligencia deve predominar durante a vida sexual, a fim de que as outras gerações não tenham, a circular-lhes nas arterias, um sangue intoxicado, tornando-as avariadas e inuteis á familia, e á patria" (Monteleone, 1929: 17).

O sexo produtivo gerador de elementos úteis à família e à pátria regulado econômicamente como salientava Monteleone, circunscreve-se, segundo Foucault, numa perspectiva de garantir o povoamento, reproduzir a força de trabalho e a forma das relações sociais. "Si fôssemos uma nação verdadeiramente organizada, o problema do rapido povoamento do paiz deveria ser nosso primeiro cuidado" (Fontenelle, s/d: 477). Mas o sexo produtivo não dizia respeito somente às questões do povoamento. Como expressa Foucault, a questão do sexo não se restringiu aos homens produtivos. O sexo dos improdutivos - das crianças, dos loucos, dos criminosos e dos homossexuais, das ditas sexualidades periféricas - foi abarcado por outras instâncias de controle, que, se atenuadas ao nível dos códigos e incrementada pela medicina, tiveram um "ardil suplementar da severidade" representado pelos mecanismos da vigilância instalados pela pedagogia ou pela terapêutica (1985a: 39-41).⁽¹⁶⁾

Entretanto o casamento continuava a ocupar lugar destacado nas preocupações dos eugenistas brasileiros.

"O casamento tem que soffrer reformas progressivas. Será um contrato bem mais livre que hoje, sem esse complexo de formulas convencionais. Mas sua finalidade mais moral: só se cazarão os individuos eugenizados, capazes de gerar elementos sadios, bélos, produtivos e uteis para a sociedade" (Costa, 1927: 46).

(16) Os mecanismos da vigilância acerca do sexo das crianças, nos anos 20, serão discutidos no capítulo III desta dissertação.

A eugenia, ao falar do sexo, estabelecia normas eugenicas que reintegravam principios morais em cujo limite situava-se a salvacao da especie.

Se o sexo constituia-se como o eixo articulador das praticas eugenicas nao se poderia, entretanto, pensar suas normas como consenso geral entre os eugenistas da epoca.

Discussoes estabelecidas no Primeiro Congresso de Eugenia deixavam claro que os antropologos viam, na eugenia, instrumento de melhoramento do homem brasileiro mas despiam-na de caracteristicas raciais ditas inferiores. "Nao nos parece pois que a organizacao das populacoes brasilienses seja problema racial. Como o tem reconhecido todos os grandes espiritos que tem procurado por em equacao o nosso futuro, o problema fundamental e o da educacao em geral e o da hygiene em especial" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 79).

Fróes da Fonseca discutindo "Os grandes problemas da anthropologia" discorda frontalmente de Kehl no que diz respeito às questoes raciais suscitadas no livro "Lições de Eugenia" distribuido no Congresso. "Nao me e possivel analysar aqui, nem e mister fazel-o as paginas em que se refere á questao racial, pretendo falar em nome de uma sciencia que ignora, tanto mais quanto a propria exposicao que fizemos, em synthese, do assumpto evidencia largamente os erros por ela perpetrados. Cumpria-nos apenas chamar desde logo a atencao para a nenhuma responsabilidade que tem a Anthropologia em taes conceitos, reservando-nos para critica detida em occasiao oportuna."

Roquette-Pinto por sua vez dizia "durante muito tempo raciocinou-se a priori sobre o resultados dos ensinamentos, em vez de procurar, sem ideias preconcebidas, os documentos necessarios ao estabelecimento de uma opiniao certa. E uma questao bastante difficil, á primeira vista; pois que o resultado dos casamentos e condicionado nao somente por factores biologicos mas tambem por factores sociaes (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 136).

A colocação dos fatores sociais como influenciadores dos cruzamentos geraria mais uma polêmica na eugenia brasileira: a procedência desta ciência no país.

Originar-se-ia em Lamarck (e a transmissão dos caracteres adquiridos) ou Mendel (e a aplicabilidade das leis da herança aos homens)?⁽¹⁷⁾

André Dreyfus - assistente de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de São Paulo - julgava o mérito de Mendel utilizando frases de T.H. Morgan: "A biologia tem sido e ainda é uma sciencia em grande parte descriptiva e especulativa, Mendel demonstrou com provas experimentais que a hereditariedade podia ser explicada por um mecanismo simples."(...) "A ciencia alcança sua finalidade quando pode substituir suas primeiras conjecturas por hypotheses verificaveis e resultados prognosticaveis, e foi isto que as leis de Mendel fizeram com a hereditariedade" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 88).

No Brasil, como na Europa dos fins do século XIX, discutir-se-ia os fundamentos da ciência eugênica. As divergentes concepções acerca das aplicações da eugenia à realidade do país apareceriam quase que restritas ao fator racial, motivo maior de todas as controvérsias.

A procedência das teorias - se de arcabouço lamarckiano ou genética mendeliana - não pareceria preocupar tanto os eugenistas brasileiros ávidos por criar um "tipo brasileiro melhorado". Entretanto observar-se-ia que médicos como Dreyfus atestariam que "outra crença de varios eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a que um meio favoravel, boa alimentação, instruccão desenvolvida, poderão influir sobre o patrimonio hereditario. Este é um dos aspectos do grande problema da transmissão dos caracteres adquiridos, hypothese de trabalho

(17) Nancy Stepan trata da procedência da eugenia no Brasil entendendo que aqui esse movimento se daria por influência francesa e portanto com matrizes lamarckianas. Segundo ela, na antropologia dos anos 20 perceber-se-ia um predomínio da matriz inglesa, e, logo após, americana. Para tal, ver: *Eugenesia, genética y salud publica*, op.cit.

já apresentada por Lamarck" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 96). Mais tarde, Octavio Domingues explicitaria a distinção entre eugenia e eutecnia.⁽¹⁸⁾ Segundo ele "nos últimos anos, cada vez mais formou-se a convicção de que um bom meio é muito menos importante do que uma boa soma de virtualidades inatas, e que a sociedade deve influir sobre a espécie humana em sua propria origem"(1931: 78).

O discurso de Domingues aproximar-se-ia àquele dos antropólogos na medida que suas colocações diziam respeito ao "melhoramento da espécie", à "prevenção da degradação biológica" não se restringindo aos preconceitos raciais tão em voga no meio médico-eugenista da época.

A antropologia mais sintonizada com o movimento culturalista e provavelmente com a tese de João Batista de Lacerda⁽¹⁹⁾, mesmo tomando para si a teoria eugênica, ao não ter adotado explicitamente o viés racista, contemplava somente os aspectos gerais do melhoramento da espécie - o "melhoramento da sementeira da nação". Esse descompasso com o movimento eugênico cujas características revestir-se-iam dos pressupostos de "inferioridade racial" dos não-brancos, da miscigenação como fator de decadência moral apontaria para que se pensasse outras relações e outras sintonias para o discurso médico-eugênico que não aquelas existentes no movimento cultural.

(18) Octavio Domingues, professor de zoologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba, participaria também da Comissão Central Brasileira de Eugenia, da American Genetics Association, da Eugenics Society de Londres, atento portanto, a eugenia de cunho mendeliano que se desenvolvia tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, o que lhe facilitou o entendimento da eutecnia como "o estudo dos fatores capazes de melhorar ou prejudicar as qualidades físicas ou mentais na geração atual, nos quais se enquadrariam a higiene, a puericultura, o saneamento e a educação. Diferenciar-se-ia, portanto, da eugenia cuja preocupação maior consistia nas gerações futuras. In: Eugenia, seus propositos, suas bases, seus meios. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933 p.22-3.

(19) João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentou no Congresso Universal de Raças realizado em Londres, em 1911, um relatório intitulado "Os Métis ou mestiços do Brasil" no qual defendia a população mestiça como capaz de, ao tornar-se mais branca, desenvolver-se física e culturalmente, afastando de si, a degeneração como condição determinante.

Segundo Ortiz, nos anos 30, a cultura brasileira já teria superado as teorias raciológicas, e a preocupação do Estado estaria centrada em consolidar "o proprio desenvolvimento social", impondo "outro tipo de interpretação do Brasil que se já cantado em prosa e verso pelo modernismo, como manifestação das transformações pela qual passava a sociedade brasileira, somente consubstanciar-se-ia no trabalho de Gilberto Freire que ao discutir a mestiçagem e "enfrentar a questão nacional em novos termos", trabalharia a "unicidade nacional", oferecendo ao brasileiro uma carteira de identidade" (1985: 45).

Entretanto o discurso médico eugênico apontava para a posição oposta - o realce das diferenças dos brasileiros - intervindo na tentativa de contrabalançar a "falsa solução da miscigenação". Sim, porque, se por um lado o embranquecimento representava, em última instância, o melhoramento da espécie apregoada pelas correntes culturalistas, por outro, percebia-se não haver tanto distanciamento entre o "branqueamento" e o ideal de sociedade brasileira, formada de homens racialmente superiores. Portanto, essa "divergência" no pensamento eugênico não seria assim tão divergente ... se abordada pelo viés racista.

A fala de Roquette-Pinto, ao tratar a mestiçagem como um descalabro, afirmando que, de fato, o que estava a acontecer era uma nova combinação: "multiplos factores, que se enquadravam na seleção, agem de modo silencioso e seguro. Hoje sabemos que o processo seletivo não é de facto o infinito transformador de organismos. Mas é fora de dúvida que elle é capaz de desarticular os phenotypes, dando relevo aos genotypes." (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 146-7), seria, no limite, o que os eugenistas da Liga Brasileira de Higiene Mental defenderam até os anos 30 como sendo a herança genética (da doença mental, no caso) ou seja, a preservação das futuras gerações de "doenças" que assolavam seus ascendentes, constituindo portanto da higiene do genótipo das gerações futuras.

Ressalta-se o "caso da psiquiatria" pois, nesta época, as transformações pelas quais passaram a eugenia no país, ficaram mais explicitadas.

Costa, estudando a "História da Psiquiatria no Brasil" anotou a radicalização sofrida pelo discurso médico-eugênico no país ao iniciar-se os anos 30, apontando para as novas características assumidas.

Sob a influência das escolas de psiquiatria alemã, a Liga Brasileira de Higiene Mental adotaria, nos anos 30, um discurso fortemente marcado pela higiene racial em contraposição às práticas de higiene psíquica individual.⁽²⁰⁾ A eugenia, a partir de 31, "passa a ser considerada "higiene social da raça" e a higiene mental passa a ser entendida como uma aplicação dos princípios, à vida social" (Costa, 1981: 33).

Esta intervenção direta da higiene mental sobre a sociedade, manifesta pelo apoio incondicional dado às campanhas contra o alcoolismo pelo Departamento de Saúde do Governo da Revolução de 30, através de uma política de repressão e prevenção do vício, legitimava os eugenistas da Liga como arautos do "eugenismo social" - os interventores sociais por excelência.

Costa observou também, que a propaganda eugênica intensifica-se no país, com a fundação da Comissão Central de Eugenia, em 1931, concomitantemente à nova concepção psiquiátrica alemã, de intervenção social como prevenção social. Nesta concepção o médico era mais eugenista que psiquiatra, devendo estar, portanto, mais atento à saúde da raça do que à do próprio indivíduo (1981: 40-1).

Se a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) contaria com respaldo do governo central, a partir dos anos 30, tal fato não se deu por acaso - tratava-se de conformar o novo homem brasileiro - o homem urbano, o trabalhador industrial, "um homem

(20) Sobre o ideal eugênico da psiquiatria alemã e suas vertentes na Liga Brasileira de Higiene Mental, ver COSTA, J.F. A história da psiquiatria no Brasil. op. cit., p: 35-7.

coletivo que só existia na imaginação daqueles que o concebiam"(Costa, 1981: 60).

Ademais, tal projeto aparecia na contra-mão da história cultural em se tratando da alardeada "democracia racial" brasileira reforçada por manifestos anti-racistas de intelectuais, como aquele de 35, assinado por Roquette-Pinto e Arthur Ramos, dentre outros.⁽²¹⁾ Assim, a intensa cruzada eugênica da higiene mental aponta para outros mecanismos facilitadores do êxito obtido pelas suas práticas não discursivas.

Costa lembra que o êxito do antiliberalismo, do moralismo, do racismo e da xenofobia, predominantes no pensamento da LBHM, dependeu de uma matriz cultural anterior que estimulou estas correntes.

O antiliberalismo - marca da ação integralista - manifestar-se-ia na atuação interventora do Estado, a nível político, cuja paralisia democrática tornara-se evidente, encontrando nas forças policiais apoio às suas medidas repressivas. Medidas essas cuja preocupação maior incidia antes na moralidade (vício e devassidão da sociedade), para então atacar as doenças mentais. (1981)

O tema do antiliberalismo e do moralismo desenvolvidos pela LBHM encontravam-se, segundo Costa, intimamente ligados e descobriram no moralismo católico, esteio para seu espraiamento, fora, aquele moralismo existente na própria "lei de preservação da raça".⁽²²⁾ Os integralistas, as elites negras contestadoras, os intelectuais católicos e os psiquiatras da LBHM exprimiam, talvez por primeira vez, as opiniões morais e políticas de parte

(21) A respeito do "Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o racismo", ver STEPAN, N. Eugenesia, genética y salud pública: El movimiento eugenésico brasileño y mundial. op.cit., p.382.

(22) Para maiores detalhes ver COSTA, J.F. op. cit. p. 59 - 79. O autor cita inclusive "as desavenças" acerca do moralismo católico existentes na própria LBHM e as incompatibilidades entre o catolicismo tradicional e a eugenia. Chama atenção também, para a outra moral da época - a do modernismo - pertencente a outro universo cultural, que não aquele dos intelectuais negros ou dos psiquiatras da LBHM.

da classe média, criada pela industrialização, imigração e urbanização do país (Costa, 1981: 77).

O racismo, outro item expressivo dos preconceitos, dos psiquiatras da LBHM, embora não estivesse ausente nas correntes do pensamento brasileiro pós-30, sofreu requintes de elaboração pelos eugenistas da higiene mental, os quais, contribuíram sobremaneira para a aceitação do racismo "à brasileira" (Costa, 1981: 79).

Enquanto se vivia o mito da democracia racial - com os "lirismos sociológicos de Gilberto Freyre"- os psiquiatras da LBHM tornaram-se adeptos das correntes que defendiam o racismo puro.

Marcado o descompasso entre teorias culturais e eugênicas, indagar-se-ia por que o racismo destes profissionais teria acolhida?

Costa salienta a utilização, por estes profissionais, das estatísticas psiquiátricas - incidência e prevalência das doenças mentais relacionadas às características étnicas das populações. As doenças mentais de origem toxinfeciosas (sífilis e alcoolismo) atingiam mais as populações negras e mestiças, o que por si só já lhes indicaria marcas da "deficiência racial". É claro que, para este tipo de análise não interessaria modos de propagação ou exposição aos riscos de contrair a sífilis, ou, tornar-se um alcóolatra, já que a predisposição genética era a justificativa que se pretendia passar. Da decadência moral e sexual à "propaganda científica", buscada no racismo biológico, foi um pequeno-grande passo, dado pelos eugenistas (1981: 87).

Costa, relaciona também o racismo com os mecanismos de projeção e introjeção a nível individual e cultural.

O autor justificava o racismo paroxístico da LBHM como fenômeno isolado no contexto cultural dos anos 30, através de mecanismos psicológicos. "Os conflitos econômicos e políticos só desencadeiam reações sociais de perseguição racial quando são capazes de reativar nos indivíduos mecanismos projetivos bastante

intensos, para tornar-se francamente paranóicos. É porque os indivíduos dispõem deste modo de defesa psíquica, até então, recalcado por razões diversas, que eles podem atualizá-lo, em momentos de crise social." (...) "só nos grupos em que o apelo à utilização de mecanismos psíquicos patológicos foi sistematicamente empregado, o racismo desenvolveu-se daquela maneira. Nem a origem étnica (muitos dos psiquiatras da LBHM eram mestiços), nem a origem de classe poderiam explicar a atitude racista dos médicos" (1981: 91).

Mesmo com base em mecanismos psicológicos favorecedores dos preconceitos raciais dos eugenistas, as práticas não discursivas engendradas pela eugenia nos anos 30, indicavam que as "necessidades da ordem social" superavam o viés racista do discurso médico-eugênico.

"Não há presentemente quem não se inquiete com a chamada 'maré montante' de tarados de toda a espécie que sobrecarregam as sociedades com um enorme peso morto, exigindo cada vez maiores sacrifícios das forças vivas das nações.

Vai pelo mundo um verdadeiro clamor; cientistas, educadores, penalistas e economistas preocupam-se com este problema lembrando aos poderes públicos a conveniência de se fazer, por todos os meios, larga difusão das leis biológicas que regem a evolução da espécie humana, criando-se institutos especializados que se encarreguem de firmar os princípios que contribuem para o aperfeiçoamento da raça" (Pacheco e Silva, In: Cunha, 1986: 182).

A conjugação do saber-poder eugênico encontrava-se personificada no próprio Antonio Carlos Pacheco e Silva, profissional inter-disciplinar, cujo *curriculum vitae* por si só já demonstrava a versatilidade da eugenia e suas imensas possibilidades de, penetrando o tecido social, "desvendar as desordens do organismo doente". Ele personificava o olhar médico - descrito por Foucault - como aquele plurisensorial: "olhar que

toca, ouve e, além disso não por essência ou necessidade, vê" (1980: 188).

Cunha, ainda, chama a atenção para os diversos postos, ocupados por Pacheco e Silva em diversas instituições dentre as quais: diretor do Hospício de Juquery, fundador das Ligas Brasileira e Paulista de Higiene Mental, da Escola Livre de Sociologia e Política, diretor do IDORT, catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, além de deputado classista na constituinte de 1934 (1986: 181-2).

Essa "missão" multidisciplinar de Pacheco e Silva somava-se àquela dos juristas, sociólogos, professores, engenheiros eugenistas do seu tempo, desenhando uma teia de saberes, "cientificamente comprovados" denominados "hominicultura" ou "anthropotechnia" (1986: 182) - "cultura do individuo humano com o designio de melhorar a saude physica e mental do homem, e assim contribuir para o aperfeiçoamento da raça" (Fontenelle, s/d: 9).

Cunha alerta para o papel de eixo comum desempenhado pela perspectiva eugênica na medida em que, a mesma, unifica e atribui uma racionalidade a vários projetos que de antemão apresentavam-se sem unicidade, principalmente, no que diz respeito à medicina em suas subdivisões. "Aqui a medicina faz coro com os teóricos do totalitarismo brasileiro, como Oliveira Viana, Francisco Campos e os descobridores de Gobineau, do racismo biológico como de uma concepção orgânica da história que, no período, erigem os pilares do corporativismo e da fascistização da sociedade no Brasil" (1986: 182).

Ainda nos anos 30, os projetos filantrópicos, médicos ou políticos sofreram duras críticas dos psiquiatras da LBHM - "permissivos em demasia" "tinham favorecido a confusão racial - social" do país (Costa, 1981: 45).

Octavio Domingues vinha engrossar o coro daqueles que viam a filantropia e a ciência como facilitadoras da seleção

regressiva.⁽²³⁾ "Que tem feito a ciência em materia de higiene e medicina? Salvar da morte uma multidão de individuos a ela condenados, sem a sua intervenção providencial. Isto é, permitir que vivam criaturas que, procriando não fizeram mais do que, na maioria dos casos, multiplicar sua propria inaptidão natural para a vida e para a civilização.

Por outro lado, a filantropia social vai ampliando a coorte dos debeis mentais, dos herdeiros de um psiquismo inferior, dos tarados fisica e mentalmente; e, peor ainda, vai favorecendo a multiplicação deles, isto é, a multiplicação da sua própria infelicidade, na certeza em que se acham de que a sociedade, caritativamente, tomará a seu cargo o nascimento desses filhos, sua manutenção vida afora, e assim, sucessivamente, a cada nova geração" (Domingues, 1933: 34).

Esses discursos refletiam o pensamento spenceriano de que a seleção natural fora prejudicada, em seu curso, pela ciência preservadora dos fracos e destinados a desaparecer, se sujeitos às leis naturais. A eugenia pretendia exterminá-los de outra forma, não através da seleção natural, mas pelo impedimento de sua procriação...

Concepções como a de Vianna, exaltando o papel dos arianos puros - aqueles que, "de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam essa turba informe e pullulante de mestiços inferiores e mantendo-a, pela compressão social e jurídica dentro das normas da moral aryana, a vão afeiçoando atentamente a mentalidade da raça branca" (Vianna, In: Costa, 1981: 84) - viriam habitar, outra vez, o universo dos médicos da Liga com claro intuito de, (re)descobrir a arianização, opor-se ao sistema democrático-liberal da Primeira República.

Este movimento de arcabouço racista encontraria, no governo Vargas, respaldo institucional - legal e autoritário

(23) Seleção regressiva, segundo Domingues era o "aumento de tipos inferiores e decréscimo dos melhores dos mais capazes, dos mais indicados para a construção de um destino melhor para a espécie." In: Eugenia, seus propósitos, suas bases, seus meios, op.cit p.33.

(Costa, 1977) para, reafirmando a desigualdade racial como de origem biológica, postergar, mais uma vez, a igualdade social e política dos brasileiros não-brancos, o que valeria dizer, dos pobres e do operariado em formação.

4. Os controles reguladores sobre os processos biológicos - o corpo - espécie.

4.1 O controle sobre a sexualidade da população.

"Todo o esforço eugenético terá de fazer-se de dois modos: por acção negativa ou restrictiva e por acção positiva ou constructiva. A acção eugenética restrictiva comprehende tres medidas principaes: a regulamentação do casamento, a segregação e a esterelização. A legislação restrictiva do casamento visa impedir a união dos epilepticos, dos idiotas, dos alienados, dos deficientes mentaes, etc. (...) A segregação em asylos representa um methodo humano de isolamento dos que são incapazes de ter descendencia normal, mas essa medida traria despesas consideraveis si tivesse de ser applicada com a devida extensão.(...) A esterilização foi tambem lembrada para impedir a propagação dos anormaes e deficientes, e é meio que corresponde á medida racial dos espartanos quando precipitaram no Eurotas as creanças que nasciam com defeitos physicos. Uma pequena operação torna homens e mulheres incapazes de procriação, medida que tem sido executada principalemnte nos Estados de Indiana e da California.

A ação eugenética constructiva é baseada sobretudo na educação hygienica e na propaganda dos princípios da eugenia e da hereditariedade. A importancia do exame medico pre-nupcial deve ser largamente divulgada e até, mais tarde, exigida por lei especial" (Fontenelle, s/d: 491).

Estas medidas, tanto de ordem "positiva" (as que se referiam a edificar) como "negativa" (aquelas, nas quais a normatização pregada já se encontrava inserida na própria

construção do discurso) visavam exercer um efetivo controle sobre a sexualidade dos brasileiros. O sexo, pensado como passível de intervenção, por parte do Estado, ocuparia as mentes dos eugenistas durante os anos 20 e 30 no país, sob a aura "purificada e neutra da ciência". Entre o indivíduo e seu sexo colocar-se-iam as campanhas intervencionistas buscando estabelecer padrões médicos para regulação da sexualidade e da natalidade. "Duas grandes disciplinas parecem constituir a melhor orientação no processo de socialização do instinto sexual, isto é, de sua adaptação á vida social. Queremos nos referir á castidade e ao casamento monogamico" (Machado, 1925 : 88).

A medicina definia a normalidade e a patologia das condutas sexuais - a "verdade" sobre o sexo - atentando para as necessidades econômicas e políticas da época. E mais do que isto, tratava-se de conformar biologicamente corpos embranquecidos e hígidos, ocupantes disciplinados do espaço urbano, respeitadores da ordem contratual e força de trabalho dócil para o processo industrial que se iniciava. Foucault chama a atenção para a análise da hereditariedade vendo no sexo posição de responsabilidade biológica frente à espécie. O "descontrole sexual" não só acarretava doenças próprias como também, transmitia ou criava doenças para as futuras gerações. Daí a configuração do sexo como capital patológico da espécie e o projeto médico-político de organização dos casamentos, nascimentos e sobrevivências (1985a: 112). Tarefa árdua, cabia portanto à eugenia, tentar viabilizá-la através de várias "medidas".

"As medidas chamadas positivas teem por fim promover as uniões dos melhores elementos raciais, isto é, do matrimonio dos bem-dotados, de modo que sejam estes os povoadores do país"(...) há também que desaconselhar os conubios ou a geração entre individuos que apresentam flagrante, na sua ascendencia, tipos com males hereditarios, um hemofilico por exemplo, um toxicomano

declarado, um anormal, um coreico, um epileptico mioclonico, um cego hereditario, um diabetico, etc."(Domingues, 1933: 125-6).

Um caso que se tornou clássico entre os eugenistas, encontra-se descrito por Galton como a "história infame da família Jukes da América". Foi publicado no Thirty First Annual Report da Associação de Prisioneiros de Nova York em 1876, a partir do estudo de sete gerações daquela família. Galton salienta, inclusive, que o antecessor dos Jukes nasceu por volta de 1730, "como un hombre sociable y simpático, cazador y pescador, com aversión hacia el trabajo estable, pero trabajando fuerte y vagabundeando alternativamente, que tuvo numerosos hijos ilegítimos cuya descendencia no ha podido ser trazado. Era en realidad un buen espécimen de semisalvaje sin instintos criminales serios. Las chicas eran aparentemente atractivas y se casaron pronto y algunas veces no muy mal; pero el carácter agitanado de la raza no era adecuado para triunfar en un país civilizado. Por eso los descendientes fueron a peor y la debilidad moral hereditaria que debían de tener afloró a la superficie y, sin control, labró su desgracia" (Galton, 1988: 122-3).

É interessante notar que, apesar de Galton ter colocado a dificuldade de traçar a descendência ilegítima dos Jukes, esse caso tornou-se o exemplo mais acabado da reprodução de tipos "maus" nos manuais de eugenia brasileira aos quais foi aposto o "bom" exemplo de descendência dos Edwards - cujo antecessor foi um homem "sadio e equilibrado".

Assim, os Jukes somaram 2.157 pessoas sendo que; 300 morreram recém-nascidas; 600 tornaram-se débeis mentais; 60 ladrões habituais; 30 criminosos diversos; 7 assassinos; 300 prostitutas; 440 vagabundos que morreram precocemente; 300 desocupados e 20 tiveram uma profissão apesar de 10 terem-na aprendido na prisão.

Edwards teve 702 descendentes dos quais 295 universitários; 13 diretores de colégios; 65 professores; 60

médicos; 100 padres; 75 oficiais; 60 escritores; 30 juizes; 3 senadores e 1 vice-presidente da república (Kehl, 1929; Monteleone, 1929; Gomes, 1940.).

Este caso de conotação marcadamente racial moralista foi relatado nos tratados de eugenia, como exemplo mais eloqüente da desastrosa descendência sem controle e do sucesso daquela que se faz eugenicamente.

Nenhum dos eugenistas ao utilizar esse caso, reporta-se às condições materiais da existência de Edwards, e subentendem que "ser equilibrado e sadio" garante uma "descendência invejável".

Em suma, o aumento das "boas estirpes" e o desaconselhamento da procriação dos "inferiores" do ponto de vista eugênico seriam as medidas recomendadas para a geração do "homem sadio de corpo e sadio de espírito, capaz de aproveitar num sentido bom ou superior esse conjunto formidável de possibilidades que nos oferece a civilização moderna e não pervertê-lo, como vem acontecendo, dolorosamente" (Domingues, 1933: 127). O sentido bom ou superior daquelas estirpes encontrava-se atado à civilização moderna, portanto em consonância com o ideário histórico da época.

Os eugenistas descreveriam com riqueza de detalhes os inconvenientes dos casamentos realizados precocemente relacionando idade com mortalidade, anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, dentre outros.

Afrânio Peixoto acrescentaria: "a proibição de casamentos dos menores de 18 anos e das menores de 16 refere-se a uma defesa da sociedade contra o individuo pois bem que antes dos 16 e dos 14 se possa em geral, principalmente em nossos climas e com as nossas misturas ethnicas, procrear, convem-se que seria desastrozo para a prole e para os individuos semelhante precocidade" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 300).

A fala de Peixoto evidencia a atenção dos eugenistas aos dispositivos jurídicos, e o discurso eugênico em seu conjunto,

denotaria nítida preocupação com as práticas "jurídico-discursivas", isto porque, entre as práticas discursivas e não discursivas, era bastante enfatizada a necessidade da legalização das medidas eugênicas, o que, a priori, indicava um "reforço tático" no sentido de respaldar e dar autoridade às medidas preventivas; uma espécie de aviso prévio: o não acatamento das normas conduziria à penalidade da lei, pois, segundo Kehl, "o direito eugênico tem de figurar também ao lado dos demais direitos reconhecidos pela lei. É crime contra a civilização o descuido da geração de amanhã! Os governos tem moralmente a obrigação de zelar pelo futuro da raça, pela qualidade dos homens, pela saúde da população. O legislador de hoje não pode ignorar os fenômenos, biológicos da hereditariedade. E a Eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana de modo a torná-la mais bela, mais moralizada, mais inteligente. Se a loucura é herdada, se a tendência do crime, se as doenças e outros fatores depressivos são herdados, por que cruzar os braços ante o aumento dos hospitais, dos asilos, das prisões! A Eugenia não é um sonho. Os seus cultores demonstram que, num grande número de circunstâncias, a constituição biológica dos homens é mais importante do que as agitações sociais" (Kehl, In: Costa, 1977: 67).

Os eugenistas pretendiam, assim, através de dispositivos jurídicos normatizadores - domesticar a sexualidade, que consideraram mais importante que as "agitações sociais", tão em voga naqueles anos.

As doenças sexualmente transmissíveis constituíam outro item dos apelos eugênicos acerca da sexualidade responsável, daquela que se faz disciplinadamente, via casamento eugenizado.

O discurso acerca da castidade e da temperança do sexo encontrara nas doenças sexualmente transmissíveis um canal efetivo de acesso à vida do corpo e também da espécie. A sexualidade revestida pela roupagem da incotinência eram atribuídos os males físicos e psíquicos. "Quem quer que tenha

frequentado um serviço hospitalar, conhece a somma de soffrimento tanto psychicos como physicos causados pela incontinnencia e se nunca ninguem morreu por causa da continencia, a incontinnencia causa, pelo contrario, devastações sem nome, e ninguem pensará em contestar a importancia da syphilis como factor etiologico nas estatisticas obituarias" (Machado, 1925: 96).

"A sífilis utilizada como metáfora da incontinnência sexual possibilitava ao poder médico investidas diagnósticas e terapêuticas sobre a "sexualidade doente", aquele espaço do corpo por onde penetrava a doença, tornando-a alvo de todos os olhares. A vigilância e o controle faziam-se indispensáveis não só para manutenção do corpo hígido mas para o seu próprio existir. O sexo tornara-se objeto dos métodos de assepsia, infiltrado por técnicas de saber e poder" (Marques, 1991: 79).

As "doenças do sexo", a maturação sexual ("não aparece sem perigos, sendo a ocasião mais propicia para pôr á mostra as taras e os estigmas latentes, como si fosse um verdadeiro agente provocador"), consequentemente a idade dos pares seriam objeto de olhares e interdições da "ciência eugênica". "Desde o momento em que os noivos atinjam uma idade que lhes impeça ou dificulte a procreação, não é mais do interesse coletivo a sua união" ou ainda "um rapaz de 20 anos não pode ainda desenvolver e engrandecer a sua personalidade, transmitindo aos filhos apenas o que recebeu dos paes, sem nada acrescentar de seu proprio, o que não traz progresso algum para a descendencia" (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 303). Essas prescrições são vistas numa ótica Foucaultiana como um duplo movimento. Se, por um lado, como dizia ele : "na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao minimo, que lhe permitem reproduzir-se"? Por outro lado, o autor referiria-se as formulações médicas e seus poderes, como, polícia

do sexo⁽²⁴⁾ que cumpre falar como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo". O momento em que se tornava necessário substituir o trabalhador imigrante pelo braço nacional urgia povoar o país de homens hígidos. Tratava-se, portanto, de estabelecer a idade dos casamentos, as taxas de natalidade, os nascimentos legítimos, a frequência das relações sexuais de forma a intervir nos comportamentos sexuais estabelecendo condutas econômicas e políticas (Foucault, 1985a:27-8).

Assim, a eugenia tentava administrar o impedimento à procriação "dos tipos considerados cacogenicos, cuja prole será totalmente mal formada. Esse impedimento deve ser conseguido ou pelo ensino, pela persuasão, ou por leis que regulem as uniões entre os homens, ou por medidas severas como a esterilização. A primeira medida citada é a que deve ser empregada, em todos os sentidos. A educação eugenica não é mais do que um corolario da educação sexual. Esta sem aquela parece mesmo incompleta.

O que se vinha fazendo nos Centros de Saude, em São Paulo, por exemplo - segundo nos conta o Dr. Edgard Braga em artigo seu - é uma medida das mais inteligentes e dignas de serem largamente praticadas. Todos os doentes, que iam ter ali, eram examinados, e dêsse exame médico geral, de par com os necessarios exames de laboratorio, ou radiologicos, compunha-se uma ficha especial completada com informes sobre a herança biologica e das molestias passadas. O consulente não vinha á consulta para indagar se devia ou não casar, mas o médico aproveitava a oportunidade para mostrar a necessidade do doente curar-se antes de contrair nupcias, se se tratava de mal congênito ou adquirido, mas curavel, e a desistir do matrimonio, se incuravel. Esta prática - afirmou ele - é honesta e até aqui não nos permitiu descrer dos seus efeitos!

(24) Seria a regulação do sexo "por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição" (Foucault, 1985a: 28)

Persuadir é, muitas vezes, melhor do que proibir...
 "(Domingues 1933: 128)

A sexualidade dos "tarados", dos "infelizes", dos "desacompanhados da sorte das boas ascendências", só se faria notar, entretanto, quando o Estado necessitou de mão de obra estável e capacitada para o trabalho industrial em expansão.

O discurso sobre os "Flagelos da Raça" revelava a preocupação dos médicos com a incapacidade dos brasileiros para o trabalho produtivo. No que se refere à sífilis colocava: "propagava-se tão assustadoramente, ameaça tamanha representa á economia e á civilização dos povos, que as nações havidas na conta de adeantadas deliberam adoptar providencias energicas visando dominal-a. Avaliados em prejuizos materiaes, os estragos que acarreta são simplesmente estupefactivos! (...) Poucas pessoas se lembram de que, sem homens validos, a nossa Patria, com todos os seus maravilhosos dons, nunca progredirá como seria de desejar, nem haverá crises que consigamos perduravelmente subjugar" (Fontenelle, 1934: 8-9).

O discurso médico higienista não pareceria homogêneo na delimitação e enfrentamento dos "estragos" que contribuiriam para a improdutividade do brasileiro. As teses de que a miséria e a doença empurravam a população rumo aos centros urbanos á procura de melhores condições de vida e trabalho revelava uma constante em determinadas falas, cuja preocupação com a "coabitação", "proximidade" e "contaminação" dos pobres no espaço urbano parecia uma afronta aos desígnios burgueses de gestão científica das cidades e das populações.

Alem do mais, dados trazidos do além mar atestavam a fidedignidade dos pressupostos eugênicos que discutiam herança sífilítica e casamento. Se no Brasil ainda não havia registros confiáveis, estudos sobre os custos da sífilis para outras sociedades eram extensamente explicados em várias moedas. Colocava-se que na indústria americana (1919) 6.720.000 dias de trabalho teriam sido perdidos sendo que destes, em torno de

2.200.000 dias por causa da doença, "levando-se em conta a perda de produção por operar o doente, trabalho mal feito, etc. (Monteleone, 1929: 43).

Segundo, os eugenistas brasileiros, o exame pré-nupcial era o procedimento legítimo para restringir a "sexualidade patológica da espécie" e às oposições, cabia salientar que todas as leis eram, em princípio, restritivas à liberdade individual. (25)

"A esterilização dos degenerados típicos, com extensão aos portadores de males hereditários, mas neste caso sem caráter compulsório - é outra medida negativa, de que lança mão o Estado, para diminuir a multiplicação desses elementos residuais da sociedade. Se o exame pre-nupcial é uma restrição da liberdade, o que dizer da esterilização?

Entretanto o Estado sempre assumiu e assume o direito de matar; incluindo no seu Código Penal a pena de morte...

Se esta é aceita de boa mente, ou pelos menos tolerada pela moral burguesa dos tempos, por que negar àquela os foros de uma medida digna de acautelar a sociedade contra os malefícios inegáveis, fatais de uma descendência espúria?

Ou será que a pena de morte não restringe a liberdade individual...

Entre o infeliz, que o Estado torna inhabil para passar, a outra geração, a fatalidade de sua própria biologia, e o infeliz que o Estado manda matar em nome da moral (!), do direito (!) e dos costumes (!) - qual dos dois teve mais alienadas as suas prerrogativas humanas?" (Dominges, 1933: 131).

A defesa intransigente de Domingues cabia naquele "direito biológico de matar legitimamente aqueles que constituíssem perigo biológico para os outros". (26)

(25) O projeto de lei de Amaury de Medeiros que trata do exame pré-nupcial encontra-se em anexo(I) como também a reformulação proposta por Monteleone, anexo (II).

(26) A desqualificação da morte inseria-se no direito do "poder de causar a vida ou devolver a morte" em substituição ao direito de "causar a morte ou deixar viver". Ver Foucault, M. A história da sexualidade I. A vontade de saber p. 129-31.

Os eugenistas discutiam a esterilização como "medida técnica" respaldada moralmente neste direito, já que, entendiam moral como a "ciência que procura estabelecer preceitos que dirijam a conducta humana para o bem e a afastem do mal".(27) Entretanto, esta postura não se manifestava unânime.

Alvaro Guimarães Filho salientava que "este processo violento e irrevogável de prophylaxia presta-se perfeitamente a abusos e a injustiças que acobertados por lei, nunca poderão ser punidos", como ocorrera nos EUA.

"Os partidários da esterilização têm como argumento importantissimo a facilidade e a segurança da technica operatoria empregada, dizendo o Dr. Sharp que a faz em tres minutos, com anesthesia local, voltando o paciente immediatamente para o trabalho, com o processo usado na descrição do Tratado de Hygiene de Rosenau.

Mas não é a simplicidade da intervenção, que nos deve guiar, é a questão moral, pois se a esterilização é facilmente obtida sem risco para a vida do individuo, dá-lhe entretanto a morte da especie, privando-o da função mais nobre e mais dignificadora do ser vivo, como seja, o perpetuamento da raça humana" (1926: 146).

Segundo Costa, os psiquiatras da LBHM estavam de comum acordo acerca da necessidade de reformular a tradicional moral católica, ainda que permanecessem profundamente contaminados por ela (1981: 73-8), o que, levaria a supor as dificuldades encontradas pelos eugenistas, para obter aprovação às técnicas de esterilização.

Os eugenistas ao não conseguirem ver aprovadas suas "técnicas científicas" esterilizadoras encontraram na reclusão e isolamento um forte fator de profilaxia racial.

(27) Conforme Pedro de Alcantara Machado. Um ensino de moral sexual. Tese aprovada na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1925. Costa referia-se a moral dos psiquiatras da LBHM como a "verdade da natureza", ou traduzida em termos eugênicos, "lei de preservação da raça". (1981: 72)

"(...) os degenerados, alienados ou criminosos, quasi sempre se vêm imediatamente após as suas manifestações morbidas ou anti-sociaes, excluidos do meio em que viviam, servindo a reclusão e o isolamento de grande factor prophylatico pois não só evita que a sociedade soffra a consequencia de seus actos, mas ainda a preserva de receber a sua prole. Esses tornam-se estereis pois sabido é em sciencia que as familias degeneradas, logo se extinguem pela fecundidade dos tarados e pelas proprias condições, em que se encontram, presos num carcere para muito tempo ou recolhidos num manicomio para sempre? (Guimarães Fº, 1926: 147).

A eugenia, através de seus amplos poderes de depurar a espécie, não titubearia em manter, também, segregados em manicônios, reformatórios, hospitais, filantrópicos aqueles que ousassem atentar conta o controle biológico da população. (28)

E, como dizia Fontenelle, a segregação dos não aptos a se reproduzirem só não se estendera mais em função dos recursos que acarretava (s/d: 491).

Havia ainda as técnicas de "birth control" que viria "tornar menos pesados os encargos de criar os filhos, nas familias menos abastadas ou de recursos medianos, pois mais vale um filho de dois em dois anos, ou de tres em tres, do que um, todos os anos, mas entregues aos azares da desnutrição, das infecções, da má educação..." (Domingues, 1933: 134).

Embora o controle dos nascimentos não fosse considerado uma técnica eugênica por excelência, era recomendado às familias pobres na clara intenção de diminuir seus filhos (Kehl, In: Costa, 1977).

As técnicas de "controle dos nascimentos" constituíam-se em técnicas de anti-concepção e foram bastante discutidas a partir da Inglaterra, sob as "ameaças da superpopulação"

(28) Ver: Cunha, 1986; Rago, 1987; Adorno, 1990 acerca das diferentes estratégias disciplinares utilizadas na contenção daqueles, que escapavam à ordem social competitiva que se tentava implantar em inícios do século XX no país.

preconizada por Malthus em "The Principle of Population", publicado em 1798. "Mais c'est de 1876 que date véritablement le mouvement du contrôle des naissances, lorsque Charles Bradlaugh et Mrs Annie Besant furent poursuivis pour avoir lancé une brochure médicale américaine enseignant les pratiques anti-conceptionnelles" (Nisot 1927 : 93).

Ligas malthusianas se espalharam pela Europa em fins do século XIX, pregando o "birth control". No Brasil, entretanto, não pareceriam ter sido criadas instituições específicas para tratar do controle da natalidade, nos anos 20.

As propostas de Kehl, acerca da "volta ao médico de família", talvez tentassem contemplar este item, apelando ao controle médico das famílias, posto que, entendia ele, ser atribuição do eugenista "um controle inteligente sobre os phenomenos bio-sociaes que regem a vida da humanidade. Impõe-se-nos, portanto, o dever de cuidar quanto antes da organização de dados que contribuam para uma segura orientação eugenica. A elaboração de registros individuaes e genealogicos de família torna-se indispensável para o paulatino estabelecimento do futuro cadastro eugênico (...)

O registro individual constará do historico e dos dados sobre o desenvolvimento somato-psychico, dados estes que serão anotados seguidamente pelos paes e orientados pelo medico de família, até que o interessado possa, elle proprio com auxilio de pessoa competente, prosseguir neste trabalho. Do registro constarão as informações principaes sobre as medidas anthropometricas e condições de saude dos paes e dos avós, conforme as especificações do mapa (...).

As informações fornecidas pelos registros individuaes darão elementos para a organização do que se denomina pedigree em zootechnia" (1930: 66).

O "Archivo genealogico de família" permitia conhecer os caracteres biológicos de uma coletividade, pois constituia o conjunto dos registros individuais, prevendo portanto os

demonstrar, por um lado, como a descendência dos mais aptos preservava "os valores hereditários sob ponto de vista individual, social, nacional, racial" (Kehl, 1930: 3) e por outro lado, como pervertidos sexuais "à la Jukes" acabavam produzindo um esgotamento na descendência. Segundo Foucault, o conjunto perversão - hereditariedade - degenerescência constituiu o "núcleo sólido das novas tecnologias do sexo" que, juntamente com a medicina das perversões, foram as duas inovações de peso dos últimos cinquenta anos do século XIX (1985a: 112).

Mereceria registro a falta de exemplos nacionais "notáveis" nos compêndios brasileiros. Mostrar-se-ia interessante o estudo das genealogias de Nina Rodrigues ou Oliveira Vianna, por exemplo, para relativizar as relações tão arduamente defendidas entre raça e hereditariedade em solo pátrio, através das correlações entre o corpo, o sexo e os "racismos" desses notáveis.

4.2 A regulamentação da imigração.

"Quando deputado, em 1916, apresentei á Camara o projeto de Lei dos Indesejáveis, que tanta celeuma levantou dentro e fora do Parlamento. Para defender o Brasil da invasão de elementos nocivos de toda a casta que nelle, tinham entrada franca, estudei a legislação "yankee", canadense e sobretudo, australiana, sobre emigração, depois do que offereci á consideração dos meus collegas o projeto de Lei dos Indesejáveis.

Alguns congressistas e a imprensa em geral, sómente enxergaram nelle o desejo de trancar as portas aos cegos e mutilados da Grande Guerra. O sentimentalismo positivóide exaltou-se.

| | |
|--|--|
| Robert Darwin (méd.notável) | Carlos Darwin (méd.notável) |
| Carlos Darwin (botânico, zoologista, fundador do darwinismo) | X Darwin X Galton Francis Galton (fundador da eugenia) |

Não me pouparam pilherias, remoques e baldões. Mas como o governo desejava a medida, aprovaram-na, não completa, integral, harmonica, como eu a projetára, após acurado estudo, porém mutilada e enfraquecida pelo substitutivo com que outro parlamentar houver por bem substituir meu obscuro nome pelo brilho do seu" (Norte, In: Boletim de Eugenia, 1929, n.8: 4).

O problema imigratório foi tema de debates legislativos, trabalhos acadêmicos, artigos de jornais desde a chegada dos primeiros imigrantes até o estabelecimento das leis imigratórias sendo exaustivamente discutido pelos higienistas brasileiros, os quais, enfrentaram esse debate a partir de seu objeto de intervenção.

A própria Hospedaria de Imigrantes - construída na província de São Paulo em 1888, como de permanência temporária, no qual os imigrantes permaneciam cerca de uma semana, até que seus contratos de trabalho fossem efetivados - notorizou-se pelas precárias condições de salubridade ali encontradas e pela superlotação de suas dependências. Com capacidade para atingir cerca de duas mil pessoas, hospedou até oito mil imigrantes, segundo relato de Vincenzo Grassi, membro do conselho de Emigração da Itália (Ribeiro, 1991).⁽³¹⁾

A Hospedaria era o retrato vivo da "realidade alvissareira" a qual defrontar-se-iam esses imigrantes no intento de "fare l'America".

"Durante o Governo do Marechal Floriano, Alcindo Guanabara foi mandado á Europa para entre outras questões estudar a da emigração italiana para o nosso paiz. Conseguiu, no desempenho dessa missão, obter uma circular confidencial, que o governo de Roma passara a todos os syndicos das varias

(31) Arnaldo Vieira de Carvalho, que mais tarde viria tornar-se eminente eugenista, descreve em suas "Memórias", a Hospedaria dos Imigrantes, onde ocupou o cargo de médico da imigração pelo período de três dias, como o "Inferno de Dante" - local no qual reunia-se um amontoado de imigrantes, insuficientemente alimentados, e, em condições de higiene precárias, criando um espaço propício à disseminação das epidemias. A de cólera, por exemplo, que atingiu a capital no ano de 1893, matando 23 pessoas somente no mês de agosto, registrou 11 óbitos na Hospedaria. Ver: Ribeiro, M.A.R. História sem fim... Um inventário da saúde pública, São Paulo - 1880-1930. Campinas, Tese de Doutorado, 1991.

municipalidades ordenando-lhes que procurassem encaminhar para o Brasil os criminosos e vagabundos" (Albuquerque, In: Boletim de Eugenia, 1929, n.8: 5).

Possivelmente as elites paulistanas acreditassem que declarando os imigrantes pobres, como criminosos e vagabundos, estariam se contrapondo às discussões que se realizavam na Itália desaconselhando a emigração para o Brasil, especialmente para São Paulo, província considerada insalubre por excelência.⁽³²⁾

Havia, também, por parte dos eugenistas, como de toda a elite, a percepção que o país, nos tempos coloniais, fora declarado "coto e homisio de criminosos". Aliando-se, ainda, as diferenças raciais, o prognóstico seria: "nenhum país precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil e, como ele hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitais de toda a ordem, serão benemeritos todos os esforços por uma cruzada pro-melhoramento da espécie" (Norte, In: Boletim de Eugenia, 1929, n.8: 4).

A imigração - sob ótica eugênica - tornava-se imprescindível pela urgência do "branqueamento dos brasileiros". No entanto, essa "necessidade" encontrava-se problematizada em si mesma, na medida em que os imigrantes, no imaginário daquelas elites, eram encarados como criminosos, vagabundos, desordeiros e subversivos.

Na década de 20, chegaram ao Brasil cerca de 840 mil imigrantes europeus e o médico, Paulo C. de Azevedo Antunes considerou-os "preciosas contribuições para o aumento da porcentagem de sangue ariano entre nós, (...) constituindo poderoso factor de clarificação da raça" (1926: 41-5).

Notara também o médico, que os portugueses, italianos e espanhóis casavam-se principalmente com pessoas brasileiras, o que ressaltava o papel eugênico "importantíssimo do elemento immigratorio, influindo poderosamente para a redução do índice

(32)Ribeiro relata que em 1886 circulava na Itália um documento da emigração, que alertava os prefeitos acerca das "inóspitas e insalubres" províncias brasileiras. Ver: História sem fim...Um inventário da saúde pública. São Paulo - 1880-1930. op. cit.

de negriscencia da nossa população. Este factor de aryanização portanto não concorre somente para o aumento numerico do contingente branco puro, mas cruzando-se com os mestiços concorre para a eugenia da raça com a diluição do coeeficiente de sangue inferior. Dessa forma a dosagem de sangue branco dos nossos mestiços vae augmentando cada vez mais, no trabalho lento e constante da selecção progressiva da raça" (1926: 46).

Os eugenistas brasileiros eram fóbicos em relação aos prognósticos de antropólogos e sociólogos franceses como Gustave Le Bon e Lapouge os quais afirmavam que "le Brésil constituera sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable à la barbarie"(Antunes, 1926:43). A fobia entretanto, não os fazia esquecer as normas eugênicas. O europeu contribuiria para o apuramento étnico da "raça nacional" o que não os afastava do cumprimento dos dispositivos eugênicos e políticos. Quando realizavam análises acerca do crescimento de cada um dos grupos étnicos componentes da população brasileira, exaltavam os maiores percentuais verificados entre os brancos, salientando os índices negativos dos negros. Mesmo entendendo que os negros teriam sido extintos caso continuassem escravos cativos, e considerando que sua diminuição relativa em relação ao total da população seria decorrência da seleção patológica mas também da seleção social, a nível de hierarquização eugênica, persistiriam no seu enquadramento enquanto categoria biologicamente inferior. Antunes, baseado em vários estudos atribui a considerável diminuição dos negros a três fatores: a condição social, o vício e a miséria. Todos é claro, enquadrando-se no item, seleção natural.

A tarefa de "aryanização" da raça ficava facilitada com a vinda de estrangeiros na medida em que a população tornar-se-ia branca, sem que, para isso, as elites corressem risco de perder seu pedigree. Mesmo sendo considerados socialmente inferiores, os imigrantes contribuíram para o "clareamento" dos brasileiros. O povo seria puro por seleção, o que era suficiente.

Essa perspectiva acerca da imigração não parece consensual entre os médicos, nos anos 20. Antunes refere-se a um parecer do Dr. Torres Gonçalves no qual não considera necessária a imigração no Brasil. Segundo ele nas regiões onde os imigrantes não se estabeleciam, as populações não eram menos inteligentes, afetivas, moralizadas e felizes, ademais o imigrante encontrar-se-ia "habitado ao trabalho systematico, mais habilitado tecnicamente, portanto mais apto para prosperar economicamente e também mais preocupado com isso "(Antunes, 1926: 51).⁽³³⁾

As idéias do Dr. Gonçalves parecem encaixar-se no raciocínio utilizado por Bastide: "Por que o Brasil enriqueceria os estrangeiros, deixando apodrecer na miséria os filhos do país que tinham que competir duramente com os homens vindos de fora?"(In: Costa, 1981:94).

O imigrante, de fato, competia com os trabalhadores brasileiros. Em 1920, a população trabalhadora acima de 20 anos era constituída de 84.747 estrangeiros e 91.474 brasileiros, (Trindade, In Costa, 1981: 94), uma vez que os imigrantes embalados pelo sonho de "fare l'America", submetiam-se mais à ferrenha disciplina, de horários e regulamentos exigidos pela indústria paulista (Kowarick, 1987: 118).

A polêmica é reforçada por outra colocação de Antunes - "já ouvimos alguém dizer que o Brasil não tem direito de ser exigente quanto á escolha do imigrante porquanto é um paiz onde existe grande porcentagem de sangue africano, de analfabetismo e de molestias. Julgamos que isso não é motivo para que augmentemos a nossa taxa de negros, analfabetos e doentes, mas justamente ao contrario, "para que tratemos de diluir o sangue negro e de eliminar os dois males citados, seleccionando ao mesmo tempo o elemento imigrante afim de que aquelle trabalho não

(33)O argumento de que os imigrantes teriam mais qualificação para o trabalho - especialmente aquele da indústria - seria contestado por Kowarick, amparado por Michael Hall, na medida que a força de trabalho que se deslocara para São Paulo seria proveniente, basicamente de áreas rurais do sul da Europa não adestrada para o trabalho industrial. Ver Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. SP. Brasiliense, 1987:118.

resulte improficuo. Devemos portanto, si pensarmos no futuro da nossa raça e da unidade nacional, realizar na imigração uma selecção rigorosa, não só quanto aos individuos em particular mas também quanto á raça de que elles dimanam" (Antunes, 1926: 53).

Pelas colocações anteriores já ficava explícito a importância da relação arianização-imigração, por conseguinte, braços negros não deveriam receber estímulos para migrar para o país. Segundo os eugenistas já havia muito negro necessitando "ser purgado" de seus elementos "nocivos".

Quanto aos quesitos impostos aos imigrantes brancos, seguramente a eugenia ampliou-os. Os movimentos operários da década de 10 despertaram nas elites a necessidade de maior controle sobre a classe trabalhadora e conseqüentemente sobre os imigrantes. Segundo Antunes (...) "o paiz de imigração precisa fiscalizal-a de tal maneira que, sob o ponto de vista hygienico e portanto eugenico ella não se torne perniciosa pela introdução de molestias exóticas e desorganização social" (1926: 52). Desorganização social era o que os imigrantes estavam trazendo - na ótica eugênica - ao lutarem por melhores salários, condições de trabalho, regulamentação de direitos trabalhistas, além de escancararem os problemas existentes como: moradia, preços excessivos da alimentação, instabilidade nos empregos e o trabalho de mulheres e crianças, para complementação da renda familiar.

"Nenhuma conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram, por serem os que contêm maior número de fábricas são os do Brás, e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos. O mesmo se dá em Agua Branca, Lapa, Ipiranga, São Caetano e outros pontos um pouco afastados" (Bandeira In: Simão, 1981: 61).

As greves desencadeadas e dentre elas a de 1917, fizeram ver a burguesia brasileira, o nível de organização proletária.

Vinte mil trabalhadores , era o número de grevistas em São Paulo, no dia 12 de julho. "Os bondes, a luz, o comércio e as indústrias paralisam-se. São Paulo passa dois dias sob controle do Comitê de Defesa Proletária, composto por líderes sindicais e dirigentes do movimento grevista. As tropas da Força Pública não controlam mais a capital apesar das metralhadoras localizadas nos pontos estratégicos da cidade" (Carone, 1988: 230).

Os movimentos reivindicatórios e as lutas travadas para sua obtenção também poderiam ser amainados, para os eugenistas, caso as normas eugênicas recomendadas, fossem postas em vigor. "Ha uma serie numerosa de problemas e necessidades sociaes que apenas podem ser resolvidos, mercê das luzes poderosas da sciencia medica" (Telles, 1929: 68).

O arsenal médico-eugênico carregava em si a possibilidade de fiscalizar, também, esses "baderneiros, subversivos" da nova ordem.

Kehl foi bastante enfático em relação à importância da imigração eugênica. "Precisamos leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienigenas no paiz. Não basta a simples verificação do estado de saude e da aptidão para o trabalho. Faz-se mister considerar o valor ethnico. Ha povos que nos convém, e outros que devemos evitar. O nosso representa verdadeira salada de raças incompativeis.(...) Nunca se cogitou, ao menos a immigração estipendiada pelos cofres publicos. Estimularam-se as correntes immigratórias; pediam-se "braços", fossem elles de qualquer especie, contanto que servissem para colher café: pouco ou nenhuma atenção se dando ao perigo da transfusão de seus sangues nas veias do nosso povo (...). Além da necessidade de selecionar os immigrants sob o ponto de vista physico e mental, devem elles ser selecionados, também, sob o ponto de vista nupcial. Digam o que disserem, devemos ter a coragem para affirmar que ha algumas raças que absolutamente, não nos convém" (1929b: 18 -95).

A imigração japonesa também era considerada prejudicial à formação da "raça brasileira" que, segundo Kehl, "se vingarem os propositos das commissões japonesas que trabalham para intensificar esta imigração, e se o governo brasileiro continuar a favorecel-a, dentro de mais alguns annos teremos formado no Estado de São Paulo um formidavel e inassimilavel nucleo de filhos do Imperio do Sol Nascente, tal qual o kysto racial com que os Americanos do Norte tanto se preocupam" (1929b: 196).

A tendência das elites brasileiras era considerar os estrangeiros, responsáveis pelas crises políticas, econômicas e sociais que o país atravessava.

Costa identifica nas populações pobres, na elite política, além de setores industriais e proprietários de terra, descontentamento em relação aos imigrantes e principalmente, em relação àqueles cujo enriquecimento se deu no Brasil. Tendência essa também observada entre os integralistas-antiliberais, fortemente nacionalistas (1981: 95).

Dean, também chama a atenção para os imigrantes que aqui enriqueceram, considerando que os mesmos poderiam utilizar-se do poder econômico auferido, para conquistar posição social, em clara afronta à elite dos proprietários rurais que os considerava de "terceira classe" e os relegava a uma posição subalterna na ordem social.

Salienta, entretanto, que esta, possivelmente, não teria sido a tônica, a se considerar os casamentos realizados entre as famílias de empresários imigrantes e as famílias de fazendeiros (1971). Sim, porque nem só de colonos fixados nas regiões agrícolas do estado vivia a imigração italiana em São Paulo. Os "italianinhos" como foram, pejorativamente, chamados pela burguesia paulistana, poderiam ser encontrados nas fábricas do Brás, da Mooca, no Ipiranga, ou ainda, como comerciantes no Bexiga ou Barra Funda. Mas, havia também, aqueles que se tornaram capitalistas e que estavam cômodamente instalados na elegante Avenida Paulista.

E, os "interesses eugênicos" desses era casar seus filhos com os herdeiros da aristocracia cafeeira, compartilhando daquele status, como registra Alcântara Machado:

- Per Bacco, doutor! Mas io tenho o capital. O capital sono io (In: Ribeiro, 1991: 254)

Para os eugenistas, entretanto, se as correntes migratórias se constituíssem de brancos "disciplináveis e civilizáveis", promovendo a arianização da raça, o Estado deveria incentivá-las. "Basta lançar os olhos para os Estados onde existem maior numero de italianos e de allemães e confrontal-os com os Estados onde taes elementos não figuram: a differença salta ao primeiro exame: Não pretendemos com isto desmerecer o elemento nacional, apenas assignalar o valor da cooperação que elle recebeu de certos elementos relativamente superiores a de outros. Não faltará quem interponha o argumento de que a influencia não é ethnica, mas climatica. O clima para certos scientists, constitue o factor responsavel pelo progresso ou pela estagnação. (...) Na nossa opinião esse atrazo independe da temperatura; faltou a essas regiões uma corrente immigratoria de homens audazes, activos e pertinazes" (Kehl, 1929b: 187).

Belisário Penna, um dos mais intransigentes higienistas na defesa do saneamento do país, ofereceu à Washington Luiz - quando na presidência do estado de São Paulo - o livro "Hygiene para o povo: amarellão e maleita", no qual o autor destaca os problemas do êxodo rural como "um movimento instintivo de defeza e de conservação da vida, ameaçada dia e noite nos campos, sem nenhuma assistencia, em geral, dos patrões nem dos poderes publicos, que, com raras excepções, só se preocupam com as cidades" (Penna, 1924:7).

A falta de assitência aos colonos imigrantes fora motivo de preocupação das autoridades italianas desde os inícios do século XX, manifesta no relato o vice cônsul italiano, que em 1906, descrevia as habitações e hábitos adquiridos pelos italianos no Brasil.

Não tinham assistência médica, nem mestres-escola e encontravam-se dizimados pelo tracoma, ancilostomose e malária, Como exemplo, para demonstrar o nível de decadência e degradação a que haviam chegado, L. Renaudi, comissário geral da emigração italiana, citara os frequentes casamentos entre italianos e negros (Tedeschi, In: Ribeiro, 1991:204).⁽³⁴⁾

Relatizado estava, portanto, a afirmação de Kehl de que faltaria em algumas regiões uma corrente imigratória de homens audazes e ativos, pois nem mesmo esses conseguiam se safar das doenças causadoras da "anemia brasileira".

Se por um lado as condições de saúde dos imigrantes que estavam em zonas agrícolas do Estado eram deploráveis, por outro, o que se via nas cidades não era de todo diferente.

Segundo Belisario, "nas cidades, embora a tuberculose, a syphilis e o alcoolismo estejam a postos para castigar as classes proletárias, ha assistência hospitalar, agua limpa, casa toleravel, e a sugestão de amparo e de diversões" (1924: 6).

A fala do médico, certamente, referia-se aos inumeráveis intentos da "cruzada higiênica" já em ação nas cidades, como na de São Paulo, na qual a vida miserável era matizada pela intervenção dos civilizados educadores sanitários, impondo novas formas de disciplina do corpo, da casa, da vida dessas populações.⁽³⁵⁾

Se a eugenia aparecia estimulando a imigração, baseada na "necessidade de branqueamento" dos brasileiros, apresentava-se

(34)A preocupação das autoridades italianas com os casamentos disgênicos realizados pelos italianos no Brasil, é um forte indício dos ideais eugênicos que embalavam esses imigrantes e razão para que os mesmos, quando aqui chegaram, se sentissem superiores aos negros e mestiços brasileiros.

(35) A intervenção da educação sanitária ao nível dos serviços de saúde ocorreu a partir da Reforma Paula Souza, realizada em 1925, cujo objetivo era criar cinco centros de saúde, um em cada distrito da capital, dentre outras modificações. Dois foram criados durante a década, estando localizados, um anexo ao Instituto de Higiene e outro, no Brás.

Afora, esses serviços, os imigrantes dispunham do atendimento prestado pela Santa Casa e também daqueles proporcionados pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões, de cada categoria. A respeito desses serviços ver: (Im)previdência social. 60 anos de história da previdência no Brasil e Saúde e previdência. Estudos de política social.

entretanto, rigorisíssima no que dizia respeito à seleção dos pretensamente escolhidos para "aperfeiçoar" o povo brasileiro.

"No nosso meio, para onde se deslocam em massas gentes de todas as origens e de todos os valôres, faz-se mister que, ao contrario dos chineses que se multiplicam animalmente, inconscientemente, a função reproductora seja regulada segundo os dictames da ciencia, seja refreada quando nociva ao individuo e a raça. Em uma palavra, subordinar-se o problema sexual á inteligencia e não somente ao instinto. É vitalmente necessario a intervenção do Estado nas relações sexuaes para a valorização da raça" (Costa, 1927: 42).

As migrações também fizeram parte das técnicas de administração dos corpos e controle das populações. "A inserção controlada dos corpos no aparelho de produção" e o "ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos", constituíram um dos pólos de intervenção sobre o corpo social. (Foucault, 1985a: 132-5).

A defesa à invasão dos elementos "nocivos" seria um dos dispositivos disciplinares que teriam também no sexo a matriz de sua regulação. Isto porque a sexualidade se constituíra em objeto alvo na determinação deste corpo - espécie, deste corpo-raça que conformaria essa população brasileira eugenizada.

Segundo Nisot (1929: 209), o poder executivo estava autorizado pelo Decreto Federal nº 4247 de 6 de janeiro de 1921 a enterditar a entrada em território nacional de todo estrangeiro: que viesse para se entregar à prostituição, que estivesse mutilado, estropiado, cego, alienado mental ou sofrendo de uma doença incurável ou de grave contágio. Os mutilados, estropiados, cegos e alienados poderiam entrar no país, desde que pudessem provar rendimentos suficientes para suas manutenções, ou se, parentes ou não, respondessem pelo sustento dos mesmos, através de declaração assinada frente às autoridades de polícia.

A entrada dos mendigos fora proibida pelo decreto de 4 de janeiro de 1921 e após a regulamentação da lei de imigração e

colonização promulgada pelo decreto nº 4225 de 4 de janeiro de 1926 - artigo 58 - somente seriam considerados imigrantes, para efeitos de vantagens atribuídas pela lei, os estrangeiros de raça branca (Nisot, 1929: 210).

As instruções aprovadas por resolução de 30 de junho de 1925, atribuíram poder ao diretor geral do serviço de povoamento, de suspender ou limitar, durante qualquer período, o embarque a um número restrito de passageiros imigrantes. Conseqüentemente, as companhias de transporte de imigrantes deveriam munir-se, preliminarmente, de autorização para efetuar o transporte. (Nisot, 1929: 210).⁽³⁶⁾

Esta regulamentação foi considerada pelo autor como medida eugênica e classificada como condição: de polícia e moralidade; de raça e nacionalidade; de fortuna e física, além da limitação numérica dos admissíveis (1929: 209).

Os dispositivos jurídicos acerca da regulamentação da imigração com o propósito de depurar a raça foram apenas um dos dispositivos disciplinares a intervir na sexualidade da população. As demais normas sexuais, entretanto, pareceriam ter se mostrado mais eficazes ...

(36) Tradução minha.

PARTE II

A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS EUGÊNICOS

"Si é verdade que pedagogicamente falando, cada 'disciplina' (como o proprio nome indica) vale mais pelo poder mental que orienta, robustece, mais pelo que educa intelectual e moralmente do que pela materia especializada que ao cerebro fornece..." (Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia, 1922:377).

CAPÍTULO III

A ESCOLA E O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS DÓCEIS (O "OPERADOR DE ADESTRAMENTO" DO CORPO-MÁQUINA).

Para deter a avalanche de "doenças morais" que ameaçavam o progresso biológico e que resultavam de hábitos excusos, casamentos não recomendados, ignorância de toda sorte - desde as paixões até os vícios - cumpria reformar "as gentes" deste país.

"Por aqui, por ali, por acolá, na escola, na família, nos postos de trabalho, na sociedade todos andam mais ou menos cançados ou extenuados nas suas potencias animicas. E não se poderá contar para as complexidades da vida moderna com energias tão depauperadas - physicas, moraes, psychicas - com mentes doentias em corpos igualmente enfermiços" (Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene, 1929: 65).

Seria o que Sandoval de Azevedo já havia anunciado no Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene, em Belo Horizonte: "Ou progredimos ou desaparecemos (...) com a visão do Brasil de amanhã, urge prover, inadiável, á educação nacional no seu triplice aspecto - physico, intellectual e moral - reservando-se á educação hygienica função essencial na formação eugénica da raça.

Da escola, de concurso imprescindível, haveremos de ir á amplitude da hygienização das massas" (1924: 35-6).

São Paulo, como salientara Amaury de Medeiros, neste mesmo congresso, havia "lançado os fundamentos da hygiene moderna: São Paulo teve Emilio Ribas, que foi o primeiro a organizar os serviços methodicos e scientificos de saude publica; São Paulo tratou das organizações basicas para os serviços de hygiene; São Paulo fez a sua escola de sanitaristas (...); São Paulo é a terra farta de homens de cultura e a terra cheia de braços para o labôr; São Paulo é um exemplo de actividade; São Paulo é um modelo para o Brasil" (1924:60).

Na árdua tarefa de higienizar o país, São Paulo daria vários exemplos.

Tentaria cunhar a criança higienizada conferindo-lhe um corpo apto, fosse através da educação física, fosse através de vários outros hábitos sadios.

À escola caberia a tarefa de manipular os corpos modelando-os, treinando-os para a obediência e para a utilidade, por meio de inúmeros regulamentos e inspeções que tratavam desde a postura até o esquadrinhamento do universo a ser atingido, numa operação cuja noção de docilidade como dizia Foucault uniria o "corpo manipulável ao corpo analisável" num claro processo de disciplinamento (1983:126).

Classificando os corpos, atribuía-lhes lugar na hierarquia escolar que incidia em "o quê aprender", numa determinada série, como e sob vigilância de quem e com quais atributos. Extrapoladas as classificações por série, mantinha-os ainda sob a disciplina dos pelotões e das premiações - os da saúde foram exemplares.

Controlando o tempo, utilizava-o parcelada e exaustivamente, por meio de vários exercícios práticos sob olhares contínuos de médicos e professores, os quais, através de observações e registros, viriam a estabelecer mais tarde, com outros profissionais, o delineamento de várias tarefas do processo produtivo.

Detectando desvios, incluiriam estes corpos em outra ordem de exigência e de disciplina, em instituições tutelares, com diferentes mecanismos de sanções normalizadoras.

Neste capítulo, tenta-se ainda, apontar para o discurso do sexo dirigido às crianças das escolas primárias, sob a forma de educação sexual, numa clara utilização do dispositivo que disciplina moralizando.

1. A escola - centro irradiador de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares.

A escola era pensada pelos eugenistas como veículo de "formação harmônica do corpo e do espírito" (Basile, 1920), uma vez que contemplava os educandos, simultaneamente, com a cultura das "faculdades físicas, intelectuais e morais", no sentido do melhoramento do indivíduo e da espécie. Essa visão de escola modeladora, que não só aperfeiçoava o espírito como também conformava o corpo, fazia ver como indispensável a presença de novos saberes a compor o universo da escola. Higiene e Eugenia seriam exemplares nesta tarefa.

Tornara-se bastante claro aos eugenistas que o controle sobre a população deveria ocorrer em todas as esferas da vida social e o "saneamento pela educação" estendia-se sobremaneira, a se considerar que o país vivia tempos de "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico" - expressões cunhadas por Nagle - sobre o clima que se instaurava com o advento do escolanovismo. Poder-se-ia fazer da escola, portanto, centro irradiador do disciplinamento eugênico, porque, como dizia Almeida Junior, o "problema do eugenismo é que não basta legislar, convém educar" (1922: 12). E regenerar pela educação passara a ser a tônica do discurso educativo dos anos 20 que colocava a escola com seus rituais como espaço aberto para as reformas

morais e intelectuais propostas pelos republicanos, os quais, desde Caetano de Campos, entendiam que era necessário instruir o povo para que se conquistasse a cidadania, pois somente o conhecer proporcionaria vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada - princípio constituinte de todos os povos modernos, numa ótica positivista.

No discurso da Sociedade Eugênica de São Paulo, na figura de seu vice-presidente Olegário de Moura, o progresso encontrar-se-ia anteposto pela ordem e mediado pela eugenia, entendendo que para alcançá-los seria imprescindível enfrentar os problemas de saneamento do país, ressaltando porém a questão da instrução como fundamental ao nacionalismo, já que somente um "Brasil instruído suficientemente e com a energia moral necessária, para, através do trabalho humano bem conduzido, bem orientado, bem disciplinado e concatenado, galgar os pincaros da serra, escalar a montanha do porvir" (Annaes de Eugenia, 1919: 86).

Este discurso da Sociedade Eugênica de São Paulo foi compartilhado por várias instituições, desde a Liga Nacionalista de São Paulo, Liga de Defesa Nacional, Liga Brasileira de Higiene Mental, Sociedade Brasileira de Higiene, Associação Brasileira de Educação, afóra todos aqueles que tomaram corpo e se fizeram ouvir na efervescência dos movimentos partidários e culturais, cuja representação do homem brasileiro era bastante unânime: "o typo-brasileiro- não existe, nem physica, nem intelectual, nem moralmente" (Almeida Junior, 1922: 7).

Neste imaginário, "escalar a montanha do porvir" significava enfrentar estes diversos tipos e, conseqüentemente administrar uma "mélange" populacional na qual se vislumbravam filhos de portugueses, de italianos, de índios, de negros, de espanhóis, ou ainda, o cruzamento desses, ou de outros. E mais, "no imaginário político das elites dirigentes, a cidade podia ser dicotomizada entre homens honrados e mulheres públicas, entre loucos e sãos,

entre homens de bem e criminosos, entre o cidadão e o tabaréu" (Adorno, 1990b: 11). Como fazer para "homogeneizar" tamanha diversidade se estes desiguais teimavam em desrespeitar espaços, ambientes e escancarar suas diferenças biológicas e sociais, a compor a Paulicéia ?

Mesmo as diferenças raciais e sociais sendo percebidas como "degenerescência" ou doença - como atestavam as teorias raciais - ou resultantes da indolência, da preguiça e mau caráter dos brasileiros - como apregoavam certas teorias culturalistas - para todas elas, entretanto, a educação seria um instrumento cívico, de constituição e conformação do sujeito nacional. É claro que a constituição desse sujeito nacional era pensada de formas distintas, dependendo de cada teoria que buscava "solucionar o problema" da diversidade nacional.

Assim é, que, para os adeptos de Gustave Le Bon, por exemplo, a educação "não tinha importância quando não havia indústria e os homens encontravam desde o nascimento traçada a linha da sua vida; depois da grande guerra européa, foi que mais avultou a sua influencia" (Annaes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 111).

A guerra aumentara a polêmica acerca da transmissão dos caracteres adquiridos - a herança do talento, da capacidade, da constituição mental - tornara-se fulcro da discussão que relacionava características étnicas e resistências dos homens "àqueles dias horrorosos".

O jurista Levi Carneiro por sua vez, em conferência pronunciada no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, salienta que após a exclusão da hereditariedade dos caracteres adquiridos, admitida por Lamarck e Darwin, a obra da educação tornou-se uma "construção na areia, que se tem de recomeçar sempre", ou "a educação só aproveita ao indivíduo, a cada indivíduo que a receba", avultando assim "sua importância, no ponto de vista social" (Annaes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 109).

Assim, a educação, ora, era defendida pelos eugenistas como arma poderosa para enfrentar os "perigos nefastos" da cidade - tais como a sífilis ou as "taras do alcoolismo" - ora, dirigida somente àqueles "segmentos domesticáveis", conforme características inatas.⁽¹⁾ De qualquer forma, a homogeneização poderia ser entendida como normalização e a escola "precisava ser a homogeneisadora da vida nacional" (In: Azevedo, 1926: 142) precisa, "que se instrua o povo convenientemente para que todos - camponeses e fidalgos - colaborem na obra colossal de regeneração humana pela educação" (Annaes do Primeiro Congresso de Proteção á Infancia, 1922: 985).

Convém salientar, porém, que a educação era pensada pelos eugenistas como ação eugénica construtiva (educação higiênica e propaganda dos princípios da eugenia e hereditariedade). Em outras palavras, entendiam a educação como edificação do corpo, que ao governo caberia ativar "em campanha em prol da educação higienica não só para desentravar a ação de suas autoridades sanitarias como porque deve ser sua preocupação o melhor desenvolvimento da raça, porque este estado de cousas desfalca vultosamente direta e indiretamente o erario da nação" (Cabral, 1929: 9).

Na medida em que a eugenia buscava administrar a procriação dos "tipos não desejáveis", e, os eugenistas deparavam-se com estreitos limites jurídicos - as leis que garantiriam a "descendência necessária" não estavam sendo aprovadas - intentaram eles dificultar aquela procriação por outras vias.

Assim, vislumbraram nos poderes educacionais da escola, não somente um instrumento fundamental de persuasão para a realização dos casamentos eugénicos, como também

(1) Renato Kehl discutindo Educação e eugenia salienta que a "humanidade se compõe de tres especies de gente: gente Innata e intrinsicamente humana, gente domesticavel e gente doente ou indomavel, esta ultima intangivel a todos os processos e esforços educativos". Na sua ótica, a grande maioria enquadrava-se nestas duas últimas espécies, cabendo portanto ao educador conhecer também os caracteres somáticos e constitucionais de seus alunos, porque a educação esbarra, impotente ante indócéis cuja "constituição é resultante de um processo hereditário irremovível. Quem é bom ja nasce feito! Ver: Boletim de Eugenia, 1929, Anno I, n.9.

descobriram o espaço da escola como importante fórum de gerência populacional - o locus por excelência da educação sexual.

Poder-se-ia argumentar ainda que os eugenistas, como "homens cultos do seu tempo", certamente, não descuidariam de pensar a escola como científica e fornecedora de um ensino democratizante e liberalizador, que possibilitasse o pleno exercício da cidadania. Aliás, para todos aqueles homens preocupados com o futuro da nação seria necessário "preparar o povo" para tal. No imaginário instituído pela Democracia Liberal tratar-se-ia, inicialmente, de constituir este povo, conformá-lo, moldá-lo. Construção esta que, pela via institucional da escola, delineava-se nas sucessivas reformas da instrução pública - como a de 1890 - que implantou e estruturou o ensino público, laico obrigatório e gratuito para todos. — Ora, mesmo não concretizada ao nível do projeto original, esta permitiu a ampliação do sistema público de ensino em São Paulo, cujo ideal, na concepção de Caetano de Campos, seria um ensino completo em todos os níveis que funcionaria, inclusive, como divisor de águas entre cidadãos e aqueles, apenas de segunda classe.

A reforma de 1920, por sua vez, apresentava-se de forma muito mais ousada, pois, já não bastava dar instrução completa para alguns, urgia alfabetizar a todos. Tratava-se então de regenerar a república, nacionalizar o país, e para isto, a escola poderia ser mais simples e rápida - dois anos eram suficientes para o ensino primário. Sim, porque Sampaio Dória entendia a alfabetização do povo como "questão nacional por excelência" de onde decorreria a formação do caráter nacional, a integração dos imigrantes e a subordinação à ordem e ao trabalho.⁽²⁾ Além disto, houve ainda a reforma de 1925, cujo culto à nacionalidade científica retomava princípios dos inícios da República - a qualidade em detrimento da alfabetização intensiva

(2) Para mais informações acerca das reformas da instrução pública ver: REIS F^a, C. A educação e a Ilusão Liberal, São Paulo: Cortez, 1981.

recolocando a educação assentada em três sustentáculos, como menciona Heitor Lyra e Silva, fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE): "creio interpretar a maioria senão a totalidade dizendo que não temos o fetichismo da alfabetização intensiva e que estamos convictos, salvo pequenas divergências secundárias, de que o levantamento do nível popular tem que repousar sobre tríplice base: moral, higiênica e econômica, o que significa que sem a cultura das qualidades de caráter, sem a melhoria das condições de saúde da massa da população e sem uma racional organização do trabalho é utopia esperar que a alfabetização rápida e quase instantânea, se possível, viesse a transformar para o bem as atuais condições do nosso país" (In: Carvalho, 1986:102).⁽³⁾

Depreende-se deste discurso da ABE, o mesmo movimento descrito pela Sociedade Eugênica de São Paulo, na época de sua fundação, ou seja, educação moral e disciplina para o trabalho como pressupostos indispensáveis para alcançar a civilização. Mas, como educar, moralmente, disciplinando para o trabalho? Teses de educação e higiene apresentadas em faculdades, congressos e conferências discutiam amplamente a simbiose entre higiene e educação moral. Segundo Almeida Junior, a "educação hygienica se aproxima da educação moral: tem que iniciar-se dogmatica. O alumno se fiará na sciencia do mestre. Explique a este só o que puder ser comprehendido, mas não adie os habitos e conselhos cujos fundamentos estejam acima da intelligencia infantil. Quando for possivel virá a razão de ser. E si não vier, ficarão, em todo o caso, os habitos. E os habitos são quasi tudo" (1922: 48) ou, "para a saude como para a linguagem, primeiramente o habito, depois a instrucção" (Fontenelle, In: Archivos de Hygiene Publica, 1927, n.1: 145).

(3) Os eugenistas foram adeptos da educação integral, na medida que entendiam-na capaz de corrigir ou refrear os vícios ou defeitos hereditários. "tendemos a reduzir o periodo educativo. Limitamo-lo a pouquissimos annos. Encerramo-lo em plena puberdade. Quando muito, com a obtenção do diploma academico. No entanto, deviamos amolia-lo, como realmente se amplia, nos dois sentidos, em todos os paizes zelosos da preparação dos seus homens" (Annaes do 1º Congresso de Eugenia, 1929:110).

De acordo com Durkheim eram, precisamente, as atitudes regulares, repetitivas que disciplinavam as ações dos homens e o dever de "formar a vontade", a vontade que obedece, que se detém, era tarefa da escola. Aproveitando-se da receptividade da criança aos hábitos, sua sugestibilidade à introjeção da autoridade moral e principalmente o aprendizado do respeito às regras o professor estaria propiciando o aprendizado da disciplina escolar e, fomentando o espírito de disciplina (1972).

A educação da higiene consistia, sobretudo, na aquisição dos hábitos de higiene - "um acto muitas vezes repetido afeiçoa de tal modo as vias nervosas, que, depois, a sua pratica se faz automaticamente, sem esforço nem fadiga. O essencial é vencer a primeira dificuldade, e, após repetir o acto um numero sufficiente de vezes.

De sugestão poderosa para a formação de habitos é o ambiente escolar, assim como o exemplo do professor. Mas induzir, pela autoridade e pelo amor proprio, á pratica julgada salutar, é o meio mais seguro e efficaz" (Almeida Junior, 1922: 50-1). Ou ainda como afirmava Cabral (1929:31) utilizando-se de Carlos Sá: "nos primeiros tempos todos os esforços serão conduzidos no sentido de 'criar novos instinctos nas creanças', esforços dirigidos "não para que aprendam preceitos sanitarios, mas sim para que façam e tornem a fazer gestos que um dia se lhes tornarão, por toda a vida, numa segunda natureza." (4)

A instituição modelar tornava-se educativa já na sua própria concepção arquitetônica. Desde a proclamação da República, os rituais de inauguração das escolas, passaram a ser cerimônias onde "o dar a ver" - a visibilidade - tornava-se o gesto marcante do grande espetáculo, no qual evidenciavam-se os sinais da nova ordem: edifícios altos, amplos, iluminados, métodos pedagógicos modernos e

(4) Grifos meus.

mobiliário adequado.⁽⁵⁾ Várias são as teses defendidas nas faculdades de medicina nas décadas de 10 e 20, cujo tema era "higiene nas escolas" nas quais se encontram instruções detalhadas acerca do terreno, localização: "nas cidades industriaes ou nas que possuem estabelecimentos onde se reúnem pessoas de classe inferior, é conveniente e mesmo um preceito de hygiene moral não construir escolas proximas aquelles estabelecimentos para que as crianças não ouçam inconveniencias que prejudiquem os bons costumes" (Carvalho, 1917: 17); orientação solar; dependências; instalações sanitárias; pátios; móveis escolares; água; materiais de estudo finalizando com a "inspeção médica nas escolas" que seria o serviço médico escolar a ser criado e regulamentado por lei em todos os estados da nação (Carvalho, 1917:39).

Descrevendo prédios de escola, diz Almeida Junior: "uma escola de cores claras, espaçosa e alegre, com janellas abertas para o ar e para o sol, limpa e ordenada, é uma poderosa suggestão hygienica. Antes de pisar-lhe o assoalho, onde não se vê vestigio de poeira, a criança instinctivamente trata de raspar a sola dos sapatos, e, para tocar-lhe os moveis polidos e lustrosos, olha primeiro as mãos. A inundação constante de oxygenio e de luz, que as janellas trazem, mantém o bom humor e a disposição para o trabalho: porque não procurar, em casa, um ambiente parecido? Talvez a creança não veja por si mesma, estas cousas. Que o professor as mostre. Que as analyse uma a uma, confrontando-as com o erro. O contrastte entre a escola e o lar, quando o lar é anti-hygienico, virá insistentemente á memoria do alumno, e assim, a installação escolar, pela sua simples força de presença, irá repercutir nas condições sanitarias do domicilio"(1922: 49).

Transitar dos hábitos de higiene na escola aos de higiene da casa, e, daí à vida doméstica do aluno era um pequeno passo. "Não é difficil surphender a propria vida

(5) Sobre o "primado da visibilidade" nas escolas nos inícios do período republicano ver, CARVALHO, M.H.C. A escola e a república, São Paulo: Brasiliense, 1989.

domestica do aluno, os seus hábitos, e desse modo, corrigir os erros ou completar as lacunas. A indagação discreta e habil da vida do aluno, em seu domicílio, é o meio para isso. Saber-se-á o que elle faz em relação ao banho, aos dentes, ao repouso; saber-se-á o seu regimen e horario alimentar; onde dorme, onde brinca, a luz com que estuda, como toma agua; si fuma, si bebe, etc (...) O beneficio irá além da escola: alcançará os demais membros da familia, que deverão uma boa parte de sua saude e de seus hábitos sanitarios á influencia do professor" (Almeida Junior, 1922: 53-4).

Essas práticas de "ir inculcando hábitos sadios" nas crianças, através da higiene, era a simbiose perfeita da educação moral com a educação higiênica na medida em que "reunir uma a outra é aproveitar a ambas: a moral, assegurando a execução da hygiene, fornecendo a concretização e a pratica da solidariedade humana" (Almeida Junior, 1922: 56).

A higiene era, antes de mais nada, "a prática da saúde", o beneficiar-se cientificamente de conhecimentos que proporcionariam "vida saudável" ao mesmo tempo que cultivava a vontade elevando o caráter para tornar o cidadão apto para construir a grande nação.

As práticas da higiene implicavam na normatização do cotidiano, regulando desde a escovação de dentes até a formação do caráter como bem expressa o exemplo dos "pelotões da saúde" apresentados por Carlos Sá, no III Congresso Brasileiro de Higiene, cujas regras eram:

- 1ª) Hoje escovei os dentes.
- 2ª) Hoje tomei banho.
- 3ª) Hoje fui á latrina e depois lavei as mãos com sabão.
- 4ª) Hontem me deitei cedo e dormi com janelas abertas.
- 5ª) De hontem para hoje já bebi mais de 4 copos d'água.
- 6ª) Hontem comiervas ou frutas, e bebi leite.
- 7ª) Hontem mastiquei devagar tudo quanto comi.
- 8ª) Hontem e hoje andei sempre limpo.

9ª) Hontem e hoje não tive medo.

10ª) Hontem e hoje não menti (1926: 815-16)

O repetir diário dos deveres não só instituía "hábitos sadios nas crianças" como intentava disciplinar tempo x ação dos educandos através da memorização e da classificação do fazer a vida saudável dentro de um universo de atividades perfeitamente administráveis: a roupa, a nutrição, o asseio e o modo de proceder - a coragem e a verdade como hábitos mentais.

O médico Carlos Sá, inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública, tornou-se famoso pela criação dos "Pelotões de Saúde" idealizados a partir de "jogos de saúde" que na "América" originariam as cruzadas da saúde ("Modern Health Cruzade"). Os primeiros pelotões de saúde foram criados no estado do Rio e difundidos por outros estados do país. Utilizando metáforas de guerra, o higienista buscava despertar o interesse da criança, a exemplo do "êxito das linhas de tiro", premiando os bons resultados obtidos. Assim os pelotões de saúde possuíam uma caderneta "como a do reservista" onde eram anotados os deveres cumpridos, as promoções e os prêmios recebidos ao conseguir bons resultados, no peso, na altura, na correção dos defeitos físicos. Só entendia que, em vez de adestrar os rapazes para a guerra, valia mais a pena fortalecer as crianças para evitar a guerra e, "si a loucura viesse, para vencer a guerra." A tabela sofria modificações para as meninas" com distintivos de fitas, flores ou estrelas de tons diferentes" (Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene, 1926: 811-7).

A prática de premiações, seja nos pelotões, nos concursos⁽⁶⁾ ou competições públicas tornara-se corrente nos

(6) O concurso de eugenia realizado em São Paulo, em dezembro de 1928 seria uma dessas demonstrações de comportamento eugênico. Os candidatos - crianças - além de terem avaliadas condições individuais tais como peso, altura, passavam também por avaliação mental e sua "classificação" se dava na medida que fosse "perfeita e sadia a constituição do candidato e de seus antepassados" (Boletim de Eugenia, 1929, v.1 n.1:3).

"espetáculos saudáveis" que a escola propiciava às populações que se viam contempladas com exemplos vivos de "comportamentos exemplares" obtidos graças à "disciplina do corpo e do espírito".⁽⁷⁾ O poder normativo se estendia de forma sutil e insidiosa comparando, classificando, hierarquizando os "melhores", delineando comportamentos disciplinados e produtivos, tão necessários às cidades que se viam invadidas pelas fábricas com excessiva força-de-trabalho apta para o processo produtivo que o capital engendrava.

Mas, como disciplinar esses corpos, se o número das "nossas escolas primárias e secundárias é ainda mínimo, em relação com o que ha de crianças em idade escolar em todo o Brasil. Ha, portanto, que levar os soldados da boa cruzada ao interior de todos os lares, e ao conhecimento de todos os paes os bons preceitos hygienicos. A acção deve ser conjunta e ininterrupta, já antes do nascimento (serviço pre-natal): medico das assistencias sociaes, dos centros de saude para os necessitados; medico de familia, para os abastados ou remediados; medico escolar, quando chegar a criança a essa idade. Programmas racionaes, distribuição sensata de materiaes, compativel com a idade psychica de cada colegial. Criterio no tempo de trabalho. Férias. Acção constante das autoridades no que diz respeito á hygiene geral" (Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene, 1929: 59).

Tornara-se indispensável "cercar" a população e "crear a consciencia sanitaria collectiva pela educação hygienica na escola, no lar, nas fabricas, nas casernas, afim de gravar no espirito de toda gente o valor inestimavel - economico, ethnico, moral e social - de normalidade biologica resultante da saude, conquistada pela obediencia às leis immutaveis e inexoraveis da biologia, pela execução

(7) Na pesquisa realizada encontrou-se o livro "Minha terra e minha gente" escrito por Afrânio Peixoto, em solicitação ao pedido do Sr. Diretor de Instrução Pública, Prof. Azeredo Sodré, destinado aos "alunos adiantados" das escolas primárias, como prêmio.

de medidas de saneamento, pela pratica das virtudes hygienicas do ásseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade e do conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturaes, agentes todo-poderosos da vida e da saude - o ar, a agua, a luz, o calor e os alimentos" (Penna, In:Revista Educação, 1928, n.1: 20).

A rede de instituições disciplinares que se encarregariam de cuidar da população escolar, conformando-a física e moralmente, tornando-a corpo dócil, mostrou-se exemplar, e caberia pensá-la, ao menos, naqueles aspectos em que a saúde e a educação se associaram.

2. Normalistas e educadores sanitários: um projeto médico-pedagógico de higienização social.

Se na escola centrara-se a irradiação das práticas higiênicas para a sociedade, cabendo aos professores, papel destacado nestas práticas, como teria se articulado aquela rede de saberes e poderes? A teia de saberes que se entrelaçava entre higienistas, os detentores do saber da higiene e educadores ("auxiliares de extremo valor", na concepção médica) os "agentes transmissores" ou "persuasores" desses saberes, encontra-se tematizada nas várias instituições nas quais as prescrições da higiene e eugenia se faziam ouvir. Higienistas e eugenistas ora se encontravam no serviço sanitario, ora nos serviços de inspeção escolar ou ainda ocupando cargos nas diversas instituições da sociedade civil, cuja área de atuação fosse a saúde e, ou, a educação.

Segundo eles, a higiene começaria atuar já na localização do prédio escolar, prática corrente desde quando "as medidas sanitárias" passaram a reordenar espaços urbanos, abrangendo os itens orientação do edifício; salas de aula; dimensões; iluminação; ventilação etc, conforme já

mencionado anteriormente, atendo-se ao mobiliário, estabelecendo a atitude correta do aluno, o banco e a carteira (material, dimensões e relações entre banco e carteira), cabendo aos médicos, tais atribuições. Era ainda, competência dos médicos: o exame do material dos soldados de saúde, onde houvesse pelotões, verificação do material escolar do aluno, observando se os mesmos possuíam copos ou canecas, e, o exame do próprio aluno (desenvolvimento físico e intelectual, antecedentes hereditários e mórbidos) (Souza, 1917; Basile, 1920; Cabral, 1929).

No que se referia aos professores, eram unânimes em afirmar as condições exigidas para tão nobre missão, quais seriam: preparo e atitude exemplar. Em relação à formação salientavam a necessidade de uma preparação regular e sólida além de conhecer a "psychologia de cada um dos seus educandos, estudal-a, para bem conduzir a educação hygienica, (...) attenta às oportunidades que se lhe depararem, saiba aproveitá-las para lançar o seu ensinamento no momento justamente mais propicio á sua apreensão.

A parte instructiva, a que doutrina, a que ensina, exige não menores conhecimentos do professor" (Cabral, 1929: 123).⁽⁸⁾ As relações psicologia-pedagogia desenvolveram-se no movimento da Escola Nova na Europa e EUA e foram incrementadas no Brasil através do "movimento pedológico" que aqui ganhou corpo com o curso "Pedagogia Scientifica" em quarenta e seis lições teórico-práticas- ministrado pelo Dr. Ugo Pizzoli da Universidade de Modena, (o programa do curso encontra-se em anexo , nºIII) incumbido da tarefa de inaugurar estudos de psicologia experimental aplicados à educação e organizar o Gabinete de Psicologia Experimental

(8) Oswaldo Cabral bem ilustra o trânsito que tinham os médicos pelas instituições da área. Na sua tese para obtenção do grau de doutor em Medicina consta em seu sumário Curriculum: Ex- interno da Fundação Gaffrée e Guinle; ex-interno do Hospital de S.Francisco de Assis; ex-interno do Hospital Pro-Matre; ex-auxiliar académico do Departamento Nacional de Saúde Pública; do Hospital de Pronto-Socorro e da Inspeção Técnica de Protecção à Infância. Diplomado pela E. Normal do Estado de Santa Catarina. Da Associação Brasileira de Educação.

(Basile, 1920: 103). A psicologia experimental e a pedologia passaram a ser ensinadas nas escolas normais do Estado (Basile, 1920: 104).

O tema da formação dos professores de higiene ocupa capítulos de compêndios, teses, seções de congressos e conferências e aponta para as relações existentes entre médicos - professores e instituições de saúde - instituições de educação nas "lides" da higiene.

A organização sanitária escolar, segundo os médicos, deveria dispor de médicos, enfermeiras, dispensários, classes ao ar livre, colônia de férias e cantinas.

"Na maior parte das grandes e adiantadas cidades, a organização sanitaria escolar depende da repartição de saúde, em vez da de instrução, enquanto que a daquela é cuidar da saúde em todas as idades e profissões, para o que normalmente ella deve encontrar-se convenientemente aparelhada, coisa que se não dá com a segunda. Nem se póde comprehender porque a repartição sanitaria ha de ter o encargo de velar pela saúde das crianças até a idade de 5 annos e passar depois essa responsabilidade á outra repartição, da qual a receberá, de novo, desde que a criança chegue á adolescencia"(Fontenelle, s.d.: 619).⁽⁹⁾

O fato da higiene ser considerada uma disciplina científica de base biológica, porém dotada de atributos morais munia-a de grande poder de intervenção social e ela já demonstrara seu poder de fogo ao intervir nas cidades, cabendo, portanto, estabelecer competências entre aqueles que transitariam por ela.

Apesar de certos desencontros acerca de quem cuidaria do quê, sob égide de qual instituição, encontra-se sempre salientado o trabalho complementar entre médicos e professores na grande obra de redenção nacional através da escola. As teses inaugurais permitem também que se caracterize a participação dos médicos na educação escolar

(9) J.P.Fontenelle era médico, inspetor sanitário e docente efetivo de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal.

como "vigilantes", como olho de um poder que espalhava sustentáculos.

O primeiro livro de "Noções de hygiene" para uso das escolas, de Afrânio Peixoto - Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Graça Couto - Diretor dos Serviços de Profilaxia e Desinfecção e Diretor Geral Interino da Saúde Pública do Rio de Janeiro, publicado em 1914, expõe a inspeção médica das escolas como vigilância sanitária do meio escolar, dos alunos individualmente e a prevenção das doenças transmissíveis.

A vigilância sanitária do meio escolar prendia-se aos aspectos físicos e higiênicos do prédio, como já foi mencionado, e a vigilância dos alunos visava não só "o conhecimento de suas condições pessoais" como "a prevenção de perigos possíveis para a collectividade escolar" realizado através de um exame antropológico (grau de desenvolvimento físico), exame fisiológico (avaliação visual e auditiva) e um exame geral - "para conhecer a regularidade de disposição dos órgãos e exercício das funções, principalmente desenvolvimento osseo e muscular; adenopathias; vegetações adenoides; signaes de vicios ou propensão tuberculosa". Esses dados coletados compunham a caderneta sanitária do aluno, cujas anotações se faziam ao ingressar no curso, uma ou duas vezes durante seu desenrolar e, finalmente, ao seu término. Claro que no caso de "alunos predispostos, tarados ou enfermiços, compatíveis com a escola, serão examinados mais amiudadas vezes, para garantia, propria e alheia, de hygiene" (Peixoto e Couto, 1914: 416-7).

A vigilância dos alunos, realizada através dos exames médicos, constituía-se na revista, naquele espaço em que os alunos são observados por um poder que só se manifesta pelo olhar e no qual são levantados conhecimentos sobre o aluno, conhecimento esse que é anotado, documentadas as aptidões, os vicios, as degenerescências, permitindo comparações, classificações, categorizações que servirão

para a fixação de normas - de códigos médicos escolares - cujo objetivo será mantê-los sob controle por um lado, estabelecendo os gestos, os comportamentos normais; e por outro, inserindo e distribuindo-os numa população, sem tirá-lo da especificação de ser "um caso" que pode ser normalizado ou excluído. (10)

A inspeção médica escolar no Brasil foi criada, em 1889, pelo então Ministro do Império, Conselheiro A. Ferreira Vianna, como "inspeção hygienica dos estabelecimentos publicos e particulares de instrução e educação" do Rio de Janeiro, funcionando através de uma comissão permanente sob orientação do Inspetor Geral da Higiene - Prof. Rocha Faria - que teria expedido instruções minuciosas e mandado visitar estabelecimentos de ensino (Basile, 1920: 81).

Certamente, estas inspeções tinham caráter de polícia médica em consonância com a medicina social da época - autoridade que intervinha, fiscalizava e punia - criando as bases para a implantação da inspeção médica escolar disciplinar. (11) "Até 1911, a verdadeira inspeção medica escolar não existia ainda no Estado de São Paulo, os inspectores sanitarios effectuavam apenas a inspeção hygienica dos locaes, e isso apenas no ponto de vista da limpeza dos predios, do funcionamento dos water closets, da cubagem do ar das classes e da existencia de casos de molestias contagiosas" (Basile, 1920: 96). Isto porque os inspetores sanitários não se ocupavam da vigilância individual dos alunos, o que só viria a ocorrer através do decreto nº 2141, de 14 de novembro de 1911, que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado, criando novos serviços, durante a gestão do higienista Emílio Ribas, então Diretor Geral do Serviço Sanitário (em anexo, nºIV)

(10) O exame pensado em termos de formação de saber e exercício do poder encontra-se discutido por Foucault no livro Vigiar e punir, op. cit.

(11) Ver Machado et alii, Da(n)ação da norma, op. cit. O autor discute a organização e desenvolvimento da polícia médica, no Brasil.

Através da Lei nº 1541 de 30 de dezembro de 1916, transferiu a Inspeção Médica Escolar para a Diretoria Geral de Instrução Pública após algumas remodelações, o que teria possibilitado uma maior interação entre médicos e professores (Basile, 1920: 98-9).⁽¹²⁾ A partir deste momento, parecem ter ficado mais transparentes as atribuições de médicos e professores em relação à higiene nas Escolas. A ficha sanitária individual dos alunos se manteve, porém incorporando aspectos antropológicos e psíquicos através da ficha antro-pedagógica, com a participação também dos professores em seu preenchimento. Assim, quesitos sobre atenção, inteligência, memória e procedimentos tornaram-se tarefa dos mestres. O médico "depois de examinar as respostas dadas pelo professor, a respeito do desenvolvimento intellectual, da normalidade ou anormalidade physica e mental do alumno, fará a inspecção preenchendo a ficha segundo as instrucções especialmente organizadas. De todos os alumnos se faz a ficha sanitaria, que será archivada e cujo resumo é passado para cartões especiaes nos quaes os interessados pela saude dos meninos poderão, com facilidade e rapidez, observar tudo o que lhes diz respeito". Além do exame individual completo para organização da ficha havia ainda o exame coletivo em classe ou inspeção parcial dos alunos" (Basile, 1920: 100).

A escola tornava-se, então, "espécie de aparelho de exame ininterrupto", no dizer de Foucault, aliando as técnicas do exame pedagógico àquelas do exame de saúde reforçando as técnicas da hierarquia que estabelece vigilância àquelas da sanção normalizadora. O exame antro-pedagógico delegou ao professor uma determinada tarefa na técnica do exame, mas o fez estabelecendo-lhe um papel subordinado, seguindo um "ritual de poder constantemente renovado" (1983: 166). E mais, delegou aos médicos inspetores o "exame dos empregados administrativos, lentes, professores e auxiliares do ensino, assim como

(12) Grifos meus.

candidatos ao exercício dessas funções, comunicando ao diretor da Inspeção Médica o resultado de sua observação e propondo as medidas que possam interessar a hygiene individual e colectiva" (art. 6º nº II do Código Sanitário do Estado In: Basile, 1920:101), fazendo do universo escolar objeto do saber e do poder médico. Deixava de ter importância a que órgão a inspeção médica escolar estava afeita.

No "Livro de registro das fichas escolares e respectivas estatísticas" eram lançadas todas as anotações e dados estatísticos da população escolar de cada localidade, que, organizados em coluna, possibilitavam que se tivesse acesso por exemplo, às informações do tipo: influência do fator etnico sobre o desenvolvimento da raça (Basile, 1920: 102)⁽¹³⁾. A hygiene escolar tornava-se, assim, um aliado e tanto na tarefa de eugenizar a criança brasileira.

Ainda nos anos 20, outra estrutura de serviços de educação e saúde seria criada no Estado de São Paulo. Tratou-se da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde, instituída pela reforma do Código Sanitário, realizada através do Decreto 3876 de 11 de julho de 1925, aprovado e modificado pela Lei 2121 de 30 de dezembro do mesmo ano (Candeias, 1984).⁽¹⁴⁾ Esta reforma foi empreendida por Geraldo Horácio de Paula Souza⁽¹⁵⁾ - que ocupava a Direção do Serviço de Saúde Pública do Estado de São Paulo, de 1922 até 1927, e que também dirigia o "Instituto de Hygiene", que fora criado como laboratório de hygiene, anexo à Faculdade de Medicina, em 1918, através de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e a International Health Board da Fundação Rockefeller e oficializado somente em 1914 como repartição distinta

(13) A inspeção médica abrangia todos os estabelecimentos públicos ou particulares do ensino primário, secundário, normal e profissional, na capital e interior do estado (Basile, 1920: 100).

(14) A respeito da "Reforma Paula Souza", alterações e implicações institucionais ver: RIBEIRO, M.A.R. História sem fim...um inventário da saúde pública. op.cit.

(15) Paula Souza era médico e obtivera uma bolsa de estudos, de dois anos, da Fundação Rockefeller, para realizar doutoramento em Higiene e Saúde Pública na Universidade de Johns Hopkins, Baltimore, lá permanecendo durante os anos de 1918 a 1920.

(Candeias, 1984). Paula Souza empreendia mudanças institucionais e ao mesmo tempo formava "educadores" para executá-las.

Em 1925, realizou-se o primeiro Curso de Educadores Sanitários destinado a professores primários, categoria estratégica para atuar na recém-criada Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde, já que lhe cabia a incumbência de promover a formação da consciência sanitária da população em geral.

Conforme o Decreto 3876, a educação sanitária:

- "será ministrada ao individuo isoladamente ou em grupos, segundo convier e professada nos Centros de saude, em visitas domiciliarias ou aos estabelecimentos escolares, hospitalares, commerciaes, fabris ou quaesquer outros lugares de reuniões accessiveis, dispondo estes de instrucção semelhante, á qual neste caso o serviço de educação sanitaria auxiliará" (artigo 50 1º);

- "a educação popular e especifica será ministrada nos centros de saúde por medicos e educadores especializados, á medida do tratamento, e prosseguido em domicilio, como e quando convier (artigo 52 1º);

Segundo Cortez, ex-interno de clínica pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo e ex-auxiliar do Centro de Saúde do Braz, a reforma foi efetuada levando em conta a educação como ponto no qual "giram todos os problemas de saude publica", intentando "educar o povo para atingir a consciêcia sanitaria". "Da educação hygienica depende incontestavelmente a elevação do nivel moral e physico da nossa raça e a formação de um povo viril e são. E para tanto não se requer grande sacrificio. Um pouco de boa vontade, escolha criteriosa de educadores adrede preparados - eis tudo. A consciencia sanitaria, uma vez formada, jamais desaparecerá e antes se perpetuará pelas gerações vindouras, porque produzirá beneficios".....(1926:24)

Francisco Borges Vieira (médico-sanitarista, formado pela Universidade Johns Hopkins juntamente com Paula

Souza) ao propor um plano de reorganização dos serviços sanitários, após dez anos de sua implantação, chamava atenção para os centros de saúde, os quais não deveriam ser "simplesmente dispensarios , que attendem quem os procura. Não - mais que dispensarios, são organismos de auscultação directa das necessidades da população. Parte importantissima dos mesmos são as visitadoras de saúde publica, que lhes distendem a acção (...) Essas visitadoras de hygiene serão, entre nós, as educadoras sanitarias, classe que se originou em nosso proprio meio, instituição paulista genuina. Na pratica, revelaram-se optimas collaboradoras do trabalho de saúde publica. O seu corpo profissional é constituído por professoras normalistas que, após selecção, seguem do Instituto de Hygiene de São Paulo, um curso de especialização, de duração minima de um ano (Archivos de Hygiene Publica, 1935, n.1: 148).

A Inspetoria de Educação Sanitária possuía tanto em nível central quanto nos centros de saúde, educadores - os professores- em maior número que outros profissionais mesmo em se tratando de médicos, em clara alusão aos seus objetivos de "educar o povo". E essa educação do povo passava por métodos e técnicas que operavam das demonstrações ao convencimento das vantagens dos hábitos higiênicos, preparo e distribuição de leite, a utilização de cartazes impressos, diapositivos, filmes, palestras, com claro objetivo de "combater maus habitos inveterados, corrigir os defeituosos e incutir novos - eis o trabalho dos educadores. Para tanto são necessarios a constancia, a paciencia, os modos suasorios de educação" (Cortez, 1926:28).

O fundamental seria atingir o âmago da questão: "um individuo sem moral não póde ter saúde, embora se mantenha em um meio são". "Alem do meio, no qual se enquadram as condições especiaes (educação, trabalho, asseio, etc) devemos considerar o habito do individuo, que abrangendo a

Eugenia e a Prophylaxia Social, comporta, com mais propriedade, a moral" (Cortez, 1926:28).

A nova organização dos serviços de saúde pública estruturada na "educação sanitária do povo" parece ter ampliado sobremaneira o horizonte de atuação da higiene e dos higienistas em se tratando de estratégias de esquadramento das cidades e das populações. Isto porque não se trataria mais de investir principalmente na educação do escolar, na formação de hábitos sadios, mas se ampliaria este horizonte conformando famílias, divulgando a idéia do casamento enquanto um dever que garantiria a estruturação da sociedade investindo nas regras da procriação responsável - aquela que se realizaria quando os pais tivessem plena saúde física e moral - e criando uma rede de vigilância que abarcava o universo da vida dos cidadãos paulistanos, onde todos acabariam sendo "matriculados". O espaço de atuação da educação sanitária encontrava-se claramente definido. No serviço de higiene pré-natal dos Centros de Saúde, por exemplo, "as gestantes terão todos os cuidados devidos ao seu estado; depois de examinadas e matriculadas, terão a assistência das educadoras domiciliares até o nascimento da criança, a educação sanitaria ser-lhes-á ministrada e, bem assim, os serviços médicos ou arranjos para internamento, quando necessario" (Cortez, 1926:35).

A higiene infantil também deveria realizar-se nos Centros de Saúde pela "educação de hygiene em geral e especial pela pratica de trabalhos junto á nutriz e a propria creança pela distribuição de leite adequado e por meio de conselhos colhidos nos melhores e mais aperfeiçoados methodos: pela educação de hygiene domiciliaria que vela pelos habitos de hygiene da familia e das condições sanitarias da habitação; pelo serviço de educação de hygiene nas fabricas e pela cooperação efficaz da secção de Hygiene do Trabalho do Serviço Sanitario do Estado" (Cortez, 1926:41-2).

Da casa ao trabalho a educação sanitária estaria sempre a postos, inserindo cidadãos nas suas malhas.

Apesar da implantação dos centros de saúde ter se constituído num processo lento, permeado de resistência de toda a sorte - primeiramente, pela não aceitação dos mesmos pela Câmara dos Deputados e, após 1930, por decreto de Vargas que tentava reinstalar a polícia sanitária - as práticas médico-sanitárias estruturadas sob a "consciência sanitária" que a educação propiciava, mostravam-se longevas, podendo ser ainda encontradas. Convém ressaltar que a organização dos serviços de saúde pública até a gestão Paula Souza seguiam a concepção bacteriológica, estruturando-se, portanto, a partir do poder da polícia sanitária e do "campanhismo" (Mascarenhas, 1949; Melo, 1976; Merhy, 1983). (16)

A higiene das crianças também era muito salientada na medida em que não afetava somente o indivíduo, mas principalmente a Nação, já que elas seriam os homens de amanhã - a força do trabalho que substituiria a imigração.

Mantinha-se, ainda, a higiene do escolar que "colaborava com o serviço de inspeção medica escolar" e criara-se também o "exame medico periodico" - para as "pessoas que se julgam sans" (Cortez, 1926: 650).

Segundo os higienistas, aos adultos não caberia educar, mas instruir, como complemento ao que se deu na infância. "Pelo ensino hygienico ministrado ao adulto, o seu espirito se mantem sempre alerta para as questões sanitarias, não se desalenta o interesse por ellas, nem se perde, no labyrinth da vida pratica, o custosamente adquirido na infancia" (Almeida Junior, 1922:20).

Mesmo que, em algumas passagens discursivas dos jovens médicos, se vislumbre alguma consideração acerca de aspectos sociais da vida das populações e dos limites da

(16) O "campanhismo tornou-se instrumento básico das práticas sanitárias, sob o advento da perspectiva bacteriológica - a "era pasteuriana"- na qual o indivíduo é o propagador do agente etiológico, daí incursionarem no corpo biológico as ações sanitárias (as imunizações, por exemplo).

"hygiene da creança em face da hygiene do municipio, da economia publica e privada, dos salarios, dos horarios de trabalho dos pais, do alcoolismo e intoxicações outras, da questão moral, das molestias venereas, da prostituição, etc", (Cortez, 1926:47) as "sessões de aconselhamento" parecem ocupar o universo dos educadores sanitários a que competia pela prática pedagógica que possuíam, fundamentalmente, educar a criança e o povo "... é de importancia maxima, primordial, a propaganda intensa, pertinaz, continua, por todos os meios, em toda a parte, sob todos os pretextos, e a educação higienica de toda a gente. É imprescindivel criar a toda o transe a consciencia sanitaria, quer entre as classes dirigentes, para que saibam legislar, quer entre as dirigidas, para que saibam obedecer sem relutancia" (Penna, In: Cortez, 1926).

A higienização das populações havia se tornado, também, tarefa dos professores mas o projeto de disciplinarização higiênica mantinha-se, sob o domínio dos médicos, através de estratégias que se incorporaram ao "viver a vida" da população.

3. A constituição eugênica do trabalhador brasileiro: o homem-máquina.

As estratégias de gerenciamento populacional centradas no corpo-máquina, no corpo suscetível de ser moldado, esculpado, adaptado para processos produtivos em que a força física disciplinada deve adaptar-se perfeitamente à máquina, para tornar-se extensão dela, desenvolveram-se em forte medida nas práticas educativas da hygiene e eugenia.

Nas escolas, engendrou-se um processo disciplinar cuja estratégia assentada na educação moral fazia emergir o mundo dos educandos para transvestí-lo profilaticamente de

hábitos sadios, realizando através da higienização normalizadora o controle dos trabalhadores e de seus filhos, tornando-os corpos dóceis, moldados para o processo industrial que se desenvolvia. Sim, porque a escola buscava ordenar espíritos e "corpos promiscuos", advindos daqueles "cortiços infectos", "de vida desregrada", intentando metódicamente inculcar-lhes a disciplina moral e física.

Não seria sem razão que nos Anais do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia constaria o reconhecimento do "alto valor da educação moral como factor eugenico" e o pedido para que "os poderes publicos desenvolvam essa educação na Escola Primaria e particularmente na Secundaria" (1929:14).

Muitos saberes, entretanto, seriam articulados, visando tornar o brasileiro um sujeito disciplinado para o trabalho e para a vida

A higiene mental, associando-se à pedagogia indicara-lhe "testes" capazes de detectar "desviantes" sociais que seriam contidos através de diversas instâncias disciplinares como escolas anexas, manicômios, instituições filantrópicas ou asilares. Mas reservara atenção especial à classe operária, à sua constituição física, suas doenças e seus movimentos reivindicatórios.

Bonifácio Castro Filho explicita essa atenção ao colocar que "a partir do século XIX é que aparecem os primeiros indícios de uma organização industrial visando melhorar as condições do trabalho (...); datam desta época as leis protegendo os trabalhadores e a melhoria das condições físicas dos estabelecimentos. Surgiram então os códigos sanitários, as instalações higiênicas e, modernamente, o desenvolvimento de processos pelos quais se organizam as condições físicas e mentais dos operários. É esta a orientação moderna do trabalho que se vê em países como os EUA, Alemanha, França, etc.

As indústrias - enfim, o trabalho moderno - exigem diariamente a intervenção de funções psicomotoras, tais como a memória, a atenção e o julgamento, demonstrando, assim, a

estreita relação entre psiquiatria e organização do trabalho e sua importante participação não só na racionalização como também nas tarefas de seleção dos operários" (In: Cunha, 1986:188).

"A higiene mental nas oficinas e nas profissões em geral é um fator de grande prosperidade para a indústria porque assegura um melhor rendimento. Ela pode ser realizada pela orientação profissional e pela seleção psicológica dos operários, tendo por efeito:

1- a eliminação nas oficinas de certas classes de profissionais psicopatas que constituem um peso morto e um grave prejuízo para a coletividade;

2- colocar os indivíduos em seus devidos lugares, de acordo com as aptidões mentais, condições que favorecem o êxito do trabalho" (Castro F^a, In: Cunha, 1986:189).

Tentando dar conta da tarefa de conformar o corpo-máquina e prepará-lo para os diferentes lugares da produção, articular-se-iam saberes do Instituto de Higiene, do aparato educacional e da Escola Politécnica - saberes estes, produzidos e/ou disseminados por essas instituições - que posteriormente, na década de 30, facilitariam a criação do IDORT e da Escola Livre de Sociologia e Política. (17)

Lourenço Filho, educador e psicólogo, assim se referia ao desenvolvimento dessa articulação: "ensaiava o Instituto de Higiene, anexo à Faculdade de Medicina, propagar idéias de higiene mental, inclusive as de higiene aplicada ao trabalho. Tais idéias se prolongaram na ação da secção Paulista de Higiene Mental, na da Sociedade de Biologia e na Sociedade de Educação. Médicos, como Pacheco e Silva, Geraldo de Paula Souza, Benjamim Ribeiro, Moacyr Álvaro; engenheiros como Roberto Mange, Vitor Freire, Aldo de Azevedo; juristas e administradores, como Clovis Ribeiro

(17) A respeito dessas duas instituições ver trabalhos de TENCA, A. razão e vontade política. O IDORT e a grande indústria nos anos 30. Campinas, Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp), 1987. ANTONACCI, M.A.M. A vitória da razão. O Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. São Paulo, Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1985.

e Francisco de Salles Oliveira; e mesmo alguns educadores como Almeida Júnior e eu próprio. Tudo, a princípio, um pouco incerto, no plano de longas discussões e estudos teóricos. Mas, para logo, passava-se da doutrina à prática" (Revista de Organização Científica, In: Antonacci, 1985: 32).

Os estudos do grupo giravam em torno de fisiologia, psicologia, psicotécnica, higiene mental e higiene do trabalho e tornaram-se práticos quando em 1923 criou-se o curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios - cuja coordenação coube a Roberto Mange. Em 1925, através de um projeto de Mange, este curso seria transformado em Escola Profissional Mecânica (Antonacci, 1985).

As aptidões físicas e psicofisiológicas, segundo ele, teriam seu aproveitamento racional desde que, avaliadas por testes de seleção e otimizadas por métodos de instrução racional implementando o desenvolvimento e controle racional sobre o processo de trabalho.

"Para compensar o desfalque do tempo e de trabalho e as consequências econômicas, é necessário procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido em que todo movimento inútil seja eliminado, produzir mais e produzir melhor em um lapso de tempo mais curto. Isso nos conduz ao estudo fisiológico do trabalho, nos leva a considerar organização profissional sobre o ponto de vista das aptidões físicas, psico-fisiológicas e profissionais, com o intuito de poder proporcionar a todo candidato às profissões mecânicas o lugar mais adequado às suas capacidades, satisfazendo assim o dizer proverbial: 'The right man in the right place'! Esse 'desideratum', consegui-lo-emos no caso especial das profissões mecânicas, pela organização racional de Escolas. (...)

Para conseguir isso, temos de lançar mão dos métodos da Psicotécnica, cujo auspicioso desenvolvimento científico nestes últimos anos, tanto na França como na Alemanha, evidenciou os meios para o aproveitamento racional das

aptidões físicas e psicofisiológicas" (Mange, In: Antonacci, 1985:34).

O ensino baseado em técnicas que haviam sido desencadeadas na Escola Normal da Praça através do Gabinete de Psicologia Experimental, organizado por Pizzoli, em 1914, seria retomado em 1925 para novos estudos que articulavam pedagogia - psicologia e orientação profissional e que seriam amplamente aproveitados para seleção de trabalhadores, posteriormente à criação do IDORT. A educação dirigia-se com toda a força para a formação do trabalhador. Permanecia a ênfase na educação moral? Certamente, mas instaura-se a moral do trabalho.

Segundo Antonacci, nos anos 20, buscou-se dar novo conteúdo e novo conceito de trabalho, tentando refrear a resistência operária à taylorização do processo de trabalho, através da instrução racional, com métodos, técnicas e instrumentos da Fisiologia e Psicotécnica. Assim, na formação de operários, empregou-se a série metódica de desenhos e os testes para exame e controle de aptidões.⁽¹⁸⁾ Os testes psicotécnicos permitiram classificar os alunos segundo suas aptidões e de acordo com cada tipo de tarefa ou trabalho, permitindo colocar cada operário no local onde o mesmo se mostrasse mais produtivo, escolhendo, além disso, o indivíduo mais dócil social e politicamente (1985).⁽¹⁹⁾

O adestramento, a ampliação e distribuição das forças do corpo (dócil e útil) ajustados à economia de energias, constituíram o que Foucault denominou disciplinas anátomo-políticas do corpo humano. Se o corpo tornava-se

(18) Os desenhos guiavam racionalmente o aluno para a execução de peças nas medidas adequadas e para trabalhar com exatidão e com disciplina; já os testes desenvolviam racionalmente aptidões físicas e psicofisiológicas, treinando habilidades para cada tarefa executada. Ver Antonacci op. cit.

(19) Compunham o "grupo de trabalho" que promoveu as principais experiências em São Paulo, Geraldo Paula Souza e os engenheiros Monteiro Camargo e João Fleury da Silva, o médico Benjamim Ribeiro (responsável pelos exames médicos) pelo Instituto de Higiene e Roberto Mange, pelo Liceu de Artes e Ofício. Mange observava as aptidões requeridas para cada tarefa, repassando para os demais cuja atenção seria montar testes de seleção e aplicá-los ou somente tratar da aplicação no caso dos importados. Ver Antonacci, op. cit.

máquina, as técnicas voltaram-se para seu desempenho (1985a).

Esta administração dos corpos, sua sujeição a mecanismos disciplinares, tem na associação de instituições como o Instituto de Higiene, o IDORT e a Escola de Sociologia Política, importante elemento para garantir a força de trabalho necessária para o desenvolvimento capitalista no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século. Empenhando-se em conjunto, almejavam contribuir na inserção desses corpos no processo produtivo sem perder de vista os processos de gestão biológica aos quais esses corpos também estavam submetidos. Nesta perspectiva, foram realizadas, na década de 30, várias investigações conjuntas entre Instituto de Higiene, Escola de Sociologia e Política e Instituto de Educação da USP.

Um inquérito sobre alimentação popular envolvendo Paula Souza, Ulhoa Cintra e Pedro Egydio de Carvalho, acompanhados de educadoras sanitárias e alunos do Instituto de Higiene, realizar-se-ia nos anos de 1932 e 1933, com objetivo de, além de levantar dados acerca da pesquisa proposta, também atingir "assuntos de ordem social e econômica" como habitação, renda, dentre outros (Decca, 1983: 41).

Em 1934, as três instituições realizariam conjuntamente, a primeira pesquisa com operários industriais sob a coordenação do sociólogo americano Horace Davis (contratado pela Escola de Sociologia e Política). Tratava-se de um estudo sobre "Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo", levantado em duzentos e vinte e uma famílias de bairros operários da capital. As famílias pesquisadas recebiam uma caderneta na qual deveriam especificar despesas com habitação, vestuário e alimentação, informações essas que seriam checadas pelos pesquisadores (Decca, 1983: 42).

Segundo Maria Auxiliadora Decca, as pesquisas eram permeadas por um cunho "educativo", tornando qualquer

solução revestida de roupagem eminentemente técnica. Os dados poderiam ser divulgados através de conferências realizadas pelos doutores que demonstrariam "com clareza e simplicidade, as deficiências da alimentação dos trabalhadores e de suas consequências perniciosas para o indivíduo e para a coletividade" (1983: 44).

Esquadrinhando o mundo operário, tornava-se possível desenhar estratégias de gestão dessas populações de forma mais "eficiente", para utilizar o jargão racional da época.

Um evento exemplar de ampla articulação entre instituições foi a realização da "Jornada contra o Desperdício" ocorrida de 15 a 23 de dezembro de 1938 na Escola de Comércio Álvares Penteado, patrocinada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Imprensa, Associação Comercial de São Paulo, Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis, Bolsa de Mercadorias, Rotary Club de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Instituto dos Advogados, Instituto de Engenharia, Sindicato Agrônomo do Estado de São Paulo e Associação Cívica Feminina, afora a representação das autoridades do Município, Estado e União (Antonacci, 1985).

Através de conferências doutrinárias ou palestras com objetivos práticos e efeito demonstrativo, ou até mesmo nas visitas realizadas às instituições ou às fábricas, o espetáculo em si da Jornada fazia ver o exemplo da organização baseada na grande eficiência que nada desperdiça. (20)

As demonstrações pedagógicas tornaram-se prática corrente, disseminando desde hábitos saudáveis nas crianças até grandes rituais disciplinatórios, tais como: "Jornada contra

(20) Como bem coloca o título da Jornada, o evento fazia ver a perfeição da organização científica do trabalho. Todas as atividades desenvolviam-se em tempos pré-determinados, com dinâmicas que se respaldavam na eficiência taylorista, de modo que a luta contra o desperdício se tornasse a grande preocupação dos paulistanos. Buscar com disciplina e controle todas as formas de desperdício, eis a grande preocupação daqueles dias, em todos os cantos da cidade. Para maiores detalhes ver: ANTONACCI, M.A.M. e TENCA, A. em A vitória da razão e Razão e vontade política. op.cit.

o Desperdício", certames desportivos ou concursos de eugenia, eventos esses cuja meta era tornar visível a eficiência da razão e da economia tanto ao nível das coisas materiais quanto ao nível do patrimônio hereditário - da higiene da raça - no avanço da produção de dóceis-corpos-máquinas.

4. A educação sexual das crianças - a utilização do dispositivo disciplinar por excelência.

" O movimento ha alguns decennios iniciado em favor da educação sexual e que em alguns paizes é já uma conquista da pedagogia esse movimento está ainda, sobretudo nos paizes latinos, longe de ter attingido o desenvolvimento que seria de se desejar, e em paizes como nosso a educação sexual não penetrou sequer nas cogitações theoricas e especulativas dos mentores de nossa educação. Prefere-se, ainda como mais de accordo com a lei do minimo esforço immediato, a que acima nos referimos, um silencio absoluto, embora isso implique os maiores males futuros.

Deste modo deixa-se que a criança aprenda com creados ou companheiros mais sabidos os detalhes de uma de suas mais importantes funções, e cada um sabe bem o theor dessa educação, o character phantasista que o acto sexual nella assume, e, principalmente, o aspecto criminoso com que aos olhos da creança se reveste o acto que o incluiu no rol dos vivos" (Machado, 1925:98).

A preocupação dos médicos e professores acerca da educação sexual das crianças encontra-se expressa em teses apresentadas em Conferências Nacionais de Educação, nas Faculdades de Medicina, como também, em Congressos dessas áreas.

Todos estes trabalhos são unânicos em afirmar a necessidade da educação sexual ser realizada pela associação de pais e professores, variando, entretanto, o responsável por tal encargo.

Se havia a divergência quanto à atribuição da tarefa - ser da esfera familiar ou escolar - estabelecia-se a convergência quando se colocava o "perigo das ruas".

"Vindo para a rua, se é ignorante, um ingenuo nas cousas de sexualidade, si não as aprendeu em casa, no seio moral e carinhoso da familia, dentro das normas do respeito, se a sua curiosidade não foi satisfeita - mas ao mesmo tempo a sua educação iniciada e conduzida com cuidado - na rua não faltará certamente quem o inicie em todos os segredos e mysterios que se lhe pretendeu esconder, sob falsos princípios de moral e de pudor. Si lá, a educação sexual levada com habilidade e com segurança, visando a formação sadia do character não o preparou e não o prevenio, pelos ensinamentos hygienicos e moraes, esta mesma formação do character tomará rumo opposto porque aqui vae predominar o espirito canalha, que conduz á velhacaria, á cordice immunda, ao vicio degradante"(Cabral, 1929:74).

Satisfazer a curiosidade, pareceria ser a regra número um dos ensinamentos sexuais, que buscavam moralizar a criança, discipliná-la para que preenchesse a lacuna deixada pelos trabalhadores imigrantes-rebeldes em demasia, na acepção das elites brasileiras. Disciplinando seus filhos, talvez lograssem discipliná-las também.

A higiene mental vinha imprimindo tons ao discurso médico-pedagógico que visaria regenerar a criança brasileira, pobre, doente e demograficamente insuficiente para a tarefa patriótica de fazer do país a grande nação povoada de homens hígidos. Haja visto, o forte conteúdo psicológico utilizado nas várias técnicas de "formação de hábitos sadios nas crianças".

A higiene mental mais uma vez apresentava-se como instrumento para o disciplinamento dos rebentos só que, enfim, diretamente tematizada no discurso do sexo.

Depreende-se, entretanto, "discursos" sobre o sexo: aquele que se destinava aos "jovens procedentes das elites brasileiras" - os que corriam o risco de ser "mal iniciados"

pelos criados - e um outro destinado às crianças pobres, aquelas que frequentavam as escolas públicas e os centros de saúde.

Estas práticas que tiveram força discursiva nos anos 20, só se consolidariam nas próximas décadas, quando o Estado ao apropriar-se delas, fez da eugenia, forte projeto de intervenção social.

4.1. Estratégias médico-pedagógicas

Àquela parcela da população cujos prazeres do sexo, necessariamente, não se iniciaria nas ruas - mas nos ditos "prostíbulos", nos quais a higiene e a eugenia já haviam penetrado - dirigiam-se discursos preventivos, cujo eixo centrava-se nas doenças morais, ou seja, todas aquelas cuja transmissão ocorria por via sexual. E seguia-se toda uma teia discursiva sobre os riscos de contágio - que as práticas "clandestinas" acarretavam - e que levariam os perigos da descendência sem controle, até atingir a relação espírito - castidade (Rago, 1991)⁽²¹⁾, na qual colocava-se o exercício do disciplinamento moral dos jovens: objeto da educação sexual.

A tematização da castidade revelar-se-ia fundamental numa sociedade cujo diagnóstico médico pronunciava a derrocada moral. "Os moços de hoje, desde meninos, ainda impuberes, sonham com uma aspiração unica - o gozo! Sonham assim porque assim ouviram de seus companheiros mais edosos que lhes disseram coisas phantasticas de imaginarias orgias. (...) Attrahido para as orgias, está o futuro homem definitivamente compromettido na sua saude physica, na sua

(21) Foucault discute a relação espírito - castidade na "tecnologia de si mesmo", centrada no exercício do controle sobre si através da abstenção dos instintos sexuais. Para tal ver: O combate da castidade in Sexualidades Ocidentais, organizado por Ariès e Béjin e Tecnologías del yo y otros textos afines.

saude intellectual, e, principalmente, na sua saude moral. O novo devasso, com a sêde insaciavel de todos os estreantes, e com um pavôr tremendo ao ridiculo, compromette definitivamente a sua hygidez, fazendo excessos genitales, quasi sempre antes de ter sua natureza amadurecida para a nobilissima funcção reprodutora (Oliveira, 1924:.10).

Castidade e temperança tornar-se-iam palavras estratégicas no discurso do sexo, que mais do que interditar, visava conformar.

E, na tentativa de conformá-lo, os eugenistas brasileiros apelaram para os dispositivos que visavam disciplinar o instinto sexual, voltando suas baterias para a castidade e o casamento monogâmico (Marques, 1991).

Os higienistas paulistas foram bastante minuciosos na descrição das táticas de controle da sexualidade. Discutindo a repressão sexual entendiam que era chegado o momento de se empreender um esforço "verdadeiramente científico" "que tentasse remediar o mal, isto é, o instinto sexual em suas manifestações tempestuosas e desordenadas"(...). A ninguém havia sido dado, até muito pouco tempo, penetrar no amago do instinto, dissecal-o, dissocial-o nos elementos de que se compõe, analysar cada um destes elementos, estudar-lhes a essencia, as causas, o mecanismo de acção, as variações de sua actividade, conhecer, enfim, o inimigo a combater, saber como elle vive, quaes os seus habitos, seus pontos fracos, suas resistencias mais solidas, seus inimigos mais perigosos, seus alliados mais fortes"(Machado, 1925:66).

A psicanálise teria promovido uma "devassa do inconsciente" e estava iniciada a "psicologia dos atos instintivos". "A humanidade, sempre em evolução, e portanto sempre em período de transição passa, agora, por um destes, dos mais importantes", isto porque os instintos estariam perdendo o caráter misterioso que lhes emprestava força (Machado, 1925:67).

A aplicação da teoria à prática far-se-ia nas escolas através da educação sexual processada em "linguagem ao alcance da criança" onde seriam ministradas noções de morfologia e função do aparelho sexual. Esclarecida cientificamente a questão, tornar-se-ia o ato sexual menos desejado pois estaria diminuída sua carga afetiva através dos dois fatores preponderantes do instinto: a "força hereditária, multimillenar, que impelle ao acto sexual o individuo que attinge á puberdade, e o interesse que na creança desperta o character mysterioso e phantasista que seus iniciadores emprestam ao acto".

Outra tática recomendada seria o "culto da contemplação do nú". Aqui a carga afetiva do complexo sexual retiraria forças do "facto da forma humana ser tão furtada ao olhar" (Machado, 1925: 101).

Quanto à carga afetiva hereditária - "essa seria augmentada pela insistencia pertinaz, constante, incançavel, desse ideal, o bem social como o melhor a se desejar, apresental-o á creança, ao adolescente e ao adulto por todas as formas que a pedagogia recommenda como melhores para impressionar, por todos (esses) meios para-suggestivos, senão verdadeiramente suggestivos que fazem um espirito crer na bondade e conveniencia de uma cousa, qualquer que ella seja. Uma tal acção constante e pertinaz, formaria, com o succeder de gerações assim educadas, um complexo social de forte carga affetiva e de dominio representativo bastante impreciso, condições mestras para que um complexo se torne dos mais imperiosos e dos mais exigentes".

As sofisticadas táticas médicas não se esgotaram apenas nestas "recomendações". Havia ainda "a força do poder altamente suggestiva das religiões - "dar a um espirito um preceito moral qualquer envolvendo-o em um halo mystico é dar a esse espirito um potente propulsor, é garantir sua pertinencia nas luctas mais duras, nas renunciias mais penosas"(...). E, baseando-se em Comte afirmavam:"a

educação ha de ser mystica, ou não será educação" (Machado, 1925: 103).

O controle estrito sobre a sexualidade seria a forma mais acabada do bio-poder descrito por Foucault, que assujeitando os corpos promove o controle das populações, não através de um discurso meramente especulativo "mas na forma de agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder no século XIX" (1985a: 132) na Europa, e que passa a ser empregada no Brasil no século XX.

Para o autor, pela primeira vez o biológico - o saber sobre a vida - reveste-se de poder político. A "vida e seus mecanismos" entram no "domínio dos cálculos explícitos" - o "homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão". As normas médicas, principalmente, "preenchem o espaço" que anteriormente cabia à lei. O delito de contágio no que se refere às doenças sexualmente transmissíveis não deixou de existir mas se institucionalizou como normatividade moral através dos dispositivos da sexualidade que não reprime condutas sexuais mas conforma práticas sexuais. Normatividade esta que extrapolou as funções da mera manutenção da higidez saudável.

A educação física do corpo, como esteio da educação sexual, já vinha sendo desenvolvida, desde fins do século XIX, no Brasil, no claro intuito de prevenir e combater a masturbação dos filhos das elites brasileiras.

Freire chama a atenção para a preocupação dos higienistas acerca da organização interna dos colégios, a forma dos bancos na sala de aula de modo que, nenhuma compressão viesse a ocorrer e, também, que os contatos entre alunos fossem dificultados. Ressalta, ainda, a evasão que os internatos provocavam nos higienistas - "o internato é nulo para a educação e torna-se odioso para os pensionistas" - e a preocupação com as práticas que propiciassem vigilância, tais como, recreios - "aconselhamos que o número de recreios seja aumentado, e durante eles os exercícios

ginásticos postos em prática para distrair (da masturbação) esta gente (as crianças), que do contrário ficará de físico e moral estragados e a pátria iludida por ver suas esperanças malogradas; pois que é desta brilhante mocidade que ela espera sua salvação e prosperidade futura" (Portugal In: Freire, 1989: 193).

Seguindo o máximo da conformação do corpo e do espírito, desenvolveram-se as técnicas de poder modeladoras do instinto sexual esculpturadas de forma a tornar a criança psíquica e fisicamente higienizada.

4.2. Vigiar a infância

"No Brasil é difícil calcular a percentagem correspondente a um (minoria seleccionada) e a outro lado (grande pleiade improductiva e atrasada), podendo-se, entretanto admitir que cada brasileiro útil carrega com o peso morto de vinte ou mais parasitos, tendo em conta a nossa produção económica, comparada com a de Cuba, por exemplo, que com pouco mais de 3 milhões de habitantes exporta algumas vezes mais do que o Brasil, que conta cerca de 40 milhões de indivíduos!" (Kehl In: Boletim de Eugenia, 1929, n.12:1).

E estes "parasitas" segundo os eugenistas caracterizavam-se como "plebe feia, desengonçada e doente: - imagine-se 'caricaturizada' pintada com farinha ou cal e borrada com tinta vermelha, - vestida andrajosamente de trapos, a tremelicar e a saracotear-se pelas nossas ruas!" (Boletim de Eugenia, 1929 n.2: 3). (22)

Na medida em que a eugenia não conseguia exterminar "os parasitas", nem limitá-los a seu contento - não

(22) A citação foi extraída do artigo, "Scenas deprimentes", na qual salientava-se o espetáculo deprimente que o carnaval do Rio de Janeiro escancarava aos estrangeiros: "a fealdade física e a degradação moral aproveitam a oportunidade para se exhibirem com todo seu repugnante e verdadeiro aspecto".

conseguira aprovar legalmente suas medidas esterilizadoras - restava-lhe incorporar-se à rede de instituições educacionais filantrópicas e asilares que se articulavam na sociedade brasileira.

Acrescentou, todavia, novas malhas ao universo disciplinar já formado, através da puericultura eugenizada.

Os manuais de higiene, teses de eugenia, trabalhos e conferências apresentados em congressos dedicam extensas partes aos cuidados eugênicos necessários à criança.

Destacar-se-ia aqui, entretanto, a vigilância estabelecida pela Clínica de Eufrenia⁽²³⁾, inaugurada em 1932 - fora da demarcação de tempo estabelecida por esta dissertação - por tratar-se de um serviço exemplar de "acompanhamento" do psiquismo infantil, que viria ampliar sobremaneira os horizontes de gerenciamento da infância, estabelecidos até então pelos serviços destinados aos escolares.

A Clínica de Eufrenia foi criada no Rio de Janeiro, como "clínica de hábitos" cujo público-alvo seriam dos lactentes às crianças até doze anos de idade, através de um contrato estabelecido entre a Prefeitura Municipal e a Liga Brasileira de Higiene Mental - que inicialmente fundara o Gabinete de Psicologia Aplicada, no bairro operário de São Cristóvão, associados à Diretoria de Instrução Pública, do Distrito Federal (Schechtman, 1981).

As funções da clínica variavam conforme o público; nos lactentes restringia-se ao acompanhamento do desenvolvimento neurológico e mental da criança; nas crianças de 02 a 06 anos buscava auxiliar na adequada formação do psiquismo, da personalidade e do caráter - idade ideal para eufrenização; nos demais, intentava superar conflitos emocionais da segunda e terceira infância. Ampliou-se, sobremaneira, o público-alvo, quando passaram a

(23) Eufrenia teria por finalidade garantir a boa formação do psiquismo através da eufrenia genealógica - em estreita ligação com a eugenia - e da eufrenia médico-pedagógica, estudando a influência da educação no psiquismo da criança. (Mirandolino Caldas in Schechtman, 1981:39).

ser atendidos na clínica, todos os alunos da rede pública de ensino, independentemente do QI ser alto ou baixo (Schechtman, 1981). Campanha visando propagandear os serviços oferecidos pela clínica, foi empreendida através da imprensa, encarregada de entrevistar professores e médicos, afora a divulgação feita pela Liga Brasileira de Higiene Mental, através do folheto "Exortação às Mães" (em anexo, n^o V)

A atenção à infância, segundo Arthur Ramos⁽²⁴⁾, se verificou quando descobriu-se nas crianças o principal campo de atuação da higiene mental. "Se esta visa à prevenção das doenças mentais e ao ajustamento da personalidade humana, é para a criança que deve voltar suas vistas, pois aí estão os núcleos da vida adulta. Ajustar a criança ao seu meio, é o objetivo básico, o trabalho inicial, a ser continuado depois, no ajustamento do indivíduo aos seus sucessivos círculos de vida.(...)

A higiene mental infantil tem assim aspectos largos. O seu campo de ação é imenso. O seu trabalho é duplo: preventivo e corretivo. Ela estuda o desenvolvimento e formação de hábitos na primeira e segunda infância, acompanha o escolar no período da escola primária, assiste ao desabrochar da adolescência, prepara o jovem ser para a perfeita adaptação à vida adulta" (Ramos, s.d.: 20-1).

Anísio Teixeira, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal ao referir-se à Seção de Ortofrenia⁽²⁵⁾ e higiene mental acentua: "era um ensaio de educação moral científica. Era uma tentativa de controle da conduta humana" (Ramos, s.d.:9).

Esta tentativa de "controle" poderia ser resumida, segundo Ramos, como:

(24) Arthur Ramos fundou a Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, em virtude da Reforma "Anísio Teixeira, do Ensino Municipal, instalando clínicas de higiene mental nas escolas, as quais articularam-se às atividades pedagógicas. Fundou e dirigiu o serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, D.F.(s.d.:24)

(25) A ortofrenia - encarregar-se-ia dos casos anormais de desenvolvimento psíquico ou retardamento, no qual se fizesse necessário um trabalho de ortopedia mental.(Schechtman, 1981).

"a) Higiene Mental preventiva do pré-escolar. É o progresso educativo transportado ao lar. Correta formação dos pais. Círculos de pais. Educadores visitantes. Clínica de hábitos e de direção da infância. Serviços conexos - profiláticos e médicos.

b) Exame médico - psicológico do escolar, com o fim de joeirar os 'casos-problemas', os 'díficeis' em seus vários graus.

c) Orientar os psiquicamente sãos. Reajustar os mal ajustados. Clínicas ortofrênicas. Serviços conexos: médico, antropológico...

d) Correta formação mental do educador. Curso de férias. Cursos na Escola de Professôres. Frequência ao serviço central de Ortofrenia. Formação intensiva de educadores especializados.

e) Educar o público. Conferências públicas. Conselhos de Higiene mental. Divulgação pelo cinema, rádio, boletim, etc. Publicações de monografias.

f) Problemas conexos. Articulações com outros serviços: médico, 'testes', antropologia, etc. Planos de estudo. Trabalho de experimentação, originais e contra-prova de experiências estrangeiras. Psicologia da criança brasileira" (s.d.: 24-5).

Observa-se, assim, o largo espectro de ação da higiene mental ampliando sustentáculos sobre o universo infantil, sem descuidar, no entanto, dos pais nem dos mestres, numa verdadeira operação de esquadrinhamento social, no qual "o público" mantinha-se sob seu olhar.

Ramos é detalhista também ao descrever os problemas sexuais dos escolares como "tôdas aquelas manifestações ligadas indubitavelmente ao sexo, no registro direto de problemas de conduta entre os escolares." (s.d.: 264).

Em relação ao onanismo infantil esclarece "a pretensa nocividade do onanismo não reside na atividade fisiológica mas nos conflitos psíquicos provocados pelas

idéias morais e religiosas impostas pelos educadores. Acrescente-se pelos educadores ignorantes" (s.d: 278).

Quanto à homossexualidade: "Infelizmente, as nossas observações, neste particular ressentem-se pela falta de dados, em vista das dificuldades em observar os desajustamentos do caráter sexual na criança escolar". Na medida em que não era adotado o critério de interrogar diretamente as crianças, e os professores referiam-se a estas práticas como: "atos pouco dignos"; "práticas vergonhosas" e "criança imoral" (s.d: 282).

Evidencia a importância de educar sexualmente à luz da psicanálise, apontando para o processo de sublimação, como complementar àquela educação. Reafirma a educação física como a "válvula de segurança" para os instintos. Percebe-se nesta estratégia de controle do sexo, o quanto as teorias psicanalíticas foram "adaptadas" para que pudessem ser utilizadas em conformidade com o referencial que os eugenistas lhe queriam imprimir. O discurso acerca do controle do sexo das crianças leva a crer que uma vez disciplinados seus instintos abria-se caminho para o verdadeiro saneamento moral, que consolidaria a grande nação, afastando os perigos da barbárie do sexo anormal.

A sexualidade infantil sob controle redimiria o povo brasileiro.

CAPÍTULO IV

À GUIA DE CONCLUSÃO

"Entretanto o hábito que em todas as coisas exerce um império tão grande sobre todas as nossas ações, tem principalmente o poder de ensinar-nos a servir: é ele que, a longo prazo (como nos contam de Mitridates, que acabou habituando-se ao veneno), consegue fazer-nos engolir, sem repugnância, a amarga peçonha da servidão".

(Etienne La Boétie)

O percurso empreendido através das falas eugênicas de médicos, pedagogos, juristas e higienistas mentais suscita, fundamentalmente, um emaranhado de interrogações...

Constituíram-se os sujeitos eugênicos?

Talvez, seja esta indagação, aquela que primeiro salta aos olhos. É, ela, também, que suscita a preocupação de educadores acerca de tal "constituír-se". Esta inquietação parece provir de alguma coisa que se perdeu no meio do caminho - as escolas limpas, os prédios majestosos, as crianças "higienizadas e obedientes" - o universo esquadrinhado.

- Aquelas escolas eram melhores, afirmam alguns.

- As crianças até adquiriam hábitos sadios, arriscam outros.

- A escola teria perdido o poder de disciplinar, conformar?

Penetrar no imaginário atual, acerca das questões colocadas pela eugenia, nos anos 20, não se concebeu como objeto, desta dissertação. Todavia, comentários instigantes apontam para algumas reflexões.

Certamente, a estratégia de eugenzar o povo brasileiro revelou-se extremamente fecunda, se o foco da análise estiver dirigido para o disciplinamento que a eugenia impôs.

Imposição esta que, disseminada na sociedade civil pelos eugenistas, como autoridades máximas do saber eugênico, propiciou uma verdadeira cruzada de controle social amparada na administração dos corpos.

A escola constituiu-se como instituição exemplar nesta tarefa.

Para lograr tal façanha, os eugenistas valeram-se de todo o poder de dissuasão que as "verdades científicas" conferiam ao saber eugênico da época. Verdades científicas essas que os eugenistas professavam, do alto dos postos institucionais que ocupavam, na sociedade brasileira daqueles anos. Dalí disseminavam as regras de salubridade pública, os locais próprios para moradias, a desinfecção das casas, a localização dos logradouros e suas formas de ocupação, levando adiante a tarefa que os higienistas haviam iniciado.

Do espaço público, trasladaram-se para o privado e delinearão uma minuciosa operação diagnóstica, na qual o mundo operário foi totalmente desnudado, fosse através das pesquisas realizadas nas fábricas, fosse nas enquetes domiciliares, ou ainda, através das técnicas higiênicas que seus filhos vivenciavam nas escolas. Essas "pesquisas", revelaram-se fundamentais na medida em que propiciavam a elaboração de saberes sobre as formas de viver a vida destas populações. Saberes que, posteriormente, investiram-se como técnicas de poder sobre os tipos humanos e seus ambientes. Criaram assim, as estatísticas populacionais: calculava-se a natalidade, a longevidade, a mortalidade, a expectativa de

vida, enfim, construíram-se os controles reguladores sobre os processos biológicos. Juntaram-se a esses, o controle da espécie - o controle sobre o sexo das populações.

Os mecanismos de poder dirigiram-se, assim, para o corpo, naquele espaço no qual a vida prolifera, onde se reforça ou "degrada" a espécie.

Para atender aos designios da civilização e do progresso, afirmaram os eugenistas, sob argumento da necessidade premente do embranquecimento, a inferioridade dos não brancos, mantendo-os em plena república, como escravos dos seus próprios gens. A hierarquia social instituía-se, a priori, baseada na cor da pele. Os próprios eugenistas negavam em si mesmos qualquer traço miscigenatório.

Estabeleceram ainda, normas para a imigração, para os casamentos, para a educação das crianças tanto na família quanto na escola - santuário da aquisição de hábitos eugênicos moralizadores e disciplinares.

Articularam toda uma rede disciplinar que, calcada na determinação para o "clareamento", utilizaria a sexualidade como dispositivo político que tornava alguns superiores e outros inferiores, porém, a todos inseria em suas malhas.

Se o poder político escorava-se na sexualidade, no período em questão, e esse dispositivo assujeitava a todos, por que a eugenia teria funcionado como ardil?

A força que o discurso eugênico assumia parece ter tornado "cegos" toda uma geração de intelectuais. Médicos, educadores, juristas, dentre outros, "irmanados" nos ideais eugênicos - "fraternos no partido da eugenia brasileira" - não vislumbraram o atraso que o disciplinamento eugênico acarretaria, como custo social, mantendo marginalizadas amplas parcelas populacionais. A propriedade do discurso eugênico, o direito de falar, de enunciar, parece ter-lhes tirado a competência para compreender as relações de

dominação que se constituíam à medida que as normas eugênicas regulamentavam-se.

As justificativas eugênicas corroboraram padrões de dominação vigentes na sociedade brasileira desde longa data, porém conferiram cunho científico às desigualdades ditas "naturais" e postergaram para o futuro, os atributos da cidadania à maioria da população. Sim, porque as técnicas eugênicas descritas neste trabalho, parecem somente lograr a orientação das consciências para a subordinação, para a sujeição, para a renúncia. Enquanto o ideal eugênico não fosse atingido, restava à população "preparar-se" para um posterior ingresso na sociedade civilizada.

A construção da sociedade democrática plena de liberdades, direitos e igualdade ficava adiada para quando os brasileiros se tornassem superiores racialmente. E mais, ao reconhecerem e legitimarem os cidadãos como inseridos em diversas classes, a partir do sangue, abriram caminho para as empreendidas autoritárias e fascistas que se sucederam.

O tiro desses reformadores saíra pela culatra?

Os cidadãos ditos de "segunda classe", teriam vencido?

Servir teria se tornado a marca da "civilização brasileira"?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS:

1.1. LIVROS:

- AZEVEDO, F. A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.
- DOMINGUES, O. Eugenia, seus propósitos, suas bases, seus meios. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- DOMINGUES, O. A hereditariedade em face da educação. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo: s/d.
- FONTENELLE, O. Compendio de hygiene elementar. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, s/d.
- FONTENELLE, O. O flagelo da raça. Rio de Janeiro: Papeleria Mello, 1934.
- GOMES, H. Noções de hygiene. Para o curso complementar e o concurso de habilitação às Faculdades de Direito. Rio de Janeiro: Of. Gráficas do Jornal do Brasil, 1940.
- KEHL, R. Bíblia da saúde. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.
- KEHL, R. A eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: Sodré e Cia., 1929a.
- KEHL, R. Lições de eugenia. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929b.
- KEHL, R. Registro individual e arquivo genealogico de família. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Canton & Beyer, 1929c.
- KEHL, R. Livro do chefe de família. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Canton & Beyer, 1930.
- KEHL, R. A campanha da eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Athenaeum, 1931.
- MAGALHÃES, F. Discursos (1918 - 1923). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Basttos, Spicer & Cia, 1924.
- NISOT, N.T. La question eugénique dans les divers pays. Tome I e II, Bruxelles: Librairie Falks Fils, 1927.
- PEIXOTO, A. Minha terra e minha gente. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

- PEIXOTO, A. Higiene. Higiene geral. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- PEIXOTO, A. Higiene. Medicina preventiva. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.
- PEIXOTO, A. & COUTO, G. Noções de hygiene - Para uso das escolas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914.
- PENNA, B. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.
- PENNA, B. O clamor da verdade. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1921.
- PENNA, B. Saude e trabalho. São Paulo: Graphica Monteiro Lobato, 1924.
- PENNA, B. Hygiene para o povo. Amarellão e Maleita. São Paulo: Graphica Monteiro Lobato, 1924.
- RAMOS, A. A criança problema. A higiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s/d.

1.2. PERIÓDICOS:

- ACTAS E TRABALHOS. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929.
- ANNAES DE EUGENIA. São Paulo, 1919.
- ANNAES DO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO Á INFANCIA. Rio de Janeiro, 1922.
- ANNAES DO 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Belo Horizonte, 1924.
- ANNAES DO 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. São Paulo, 1926.
- ANNAES DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Recife, 1929.
- ANNAES DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. São Paulo, 1929.
- ARCHIVOS DE HYGIENE PUBLICA. Departamento Nacional de Saude Publica. Rio de Janeiro, anno I, n.1, 1927.
- ARCHIVOS DE HYGIENE PUBLICA. Departamento Nacional de Saude Publica. Rio de Janeiro, anno II, n.1, 1928.

- ARCHIVOS DE HYGIENE PUBLICA. Departamento Nacional de Saude Publica. Rio de Janeiro, anno V, n.1, 1935.
- BOLETIM DE EUGENIA. Instituto Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, V.1, n.1-12, 1929.
- REVISTA EDUCAÇÃO. Directoria Geral da Instrucção Publica e Sociedade de Educação, de São Paulo. São Paulo, v.2, n.1, 1928.
- SÃO PAULO NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA. São Paulo, 1933.

1.3. TESES

- ALMEIDA Jr. A. O saneamento pela educação. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1922.
- ANTUNES, P.C.A. Eugenia e imigração. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1926.
- BASILE, P. Inspeccão médica escolar. São Paulo, Tese inaugural. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1920.
- CABRAL, O.R. Problemas educacionaes de hygiene. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1929.
- CARVALHO, H.T. Hygiene das escolas e das prisões. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1917.
- CORTEZ, A. Centros de saúde de São Paulo. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1926.
- COSTA, P.G.M. Eugenia e selêção. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1927.
- COSTA, V.G. Contribuição ao estudo da hygiene das ruas. Salvador, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina da Bahia, 1925.
- GEYER, R.F. Das classes pobres no ponto de vista higiênico. Rio de Janeiro, Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1909.

- GUIMARÃES, F^a, A. Da hygiene mental e sua importancia em nosso meio. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1926.
- MACHADO, P.A. Um ensaio de moral sexual. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1925.
- MONTELEONE, P. Os cinco problemas da eugenia brasileira. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1929.
- OLIVEIRA, A.S. Educação e propagação sanitaria. Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina da Bahia, 1926.
- OLIVEIRA, V.A. Prophylaxia social. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1924.
- SOUZA, M.B. Valor da educação em hygiene. Salvador, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina da Bahia, 1917.
- TELLES, H.V. O medico e a politica. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1929.
- VAIRO, O. Os "vícios elegantes" particularmente em São Paulo. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1925.

2. FONTES SECUNDÁRIAS:

LIVROS, PERIÓDICOS E TESES.

- ADORNO, S. A gestão filantrópica da pobreza urbana. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, v.4, n.2, abr-jun, 1990a. p. 9-17.
- ADORNO, S. Educação e patrimonialismo. Caxambú, XIV Encontro Nacional da ANPOCS, 1990b (mimeo).
- ANTONACCI, M.A.M. A vitória da razão. O Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. São Paulo, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). 1985.
- AZEVEDO, F. A cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

- BLOUNT, J.A. Administração da Saúde Pública no Estado de São Paulo. O Serviço Sanitário, 1892 - 1918. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, v.12, n.4, 1972.
- BRAGA, J.C.S. & PAULA, S.G. Saúde e previdência. Estudos de política social. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1981.
- CANDEIAS, N.M.F. Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1918-1945. Revista de Saúde Pública. São Paulo, n.18 (n. especial). p. 2-60, 1984.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CARONE, E. A república velha I: Instituições e classes Sociais (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CARONE, E. A república velha II: Evolução política (1889 - 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.
- CARVALHO, J.M. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, M.M.C. Molde nacional e forma cívica. Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931). São Paulo, Tese de Doutorado. Faculdade de Educação (USP), 1986.
- CARVALHO, M.M.C. A escola e a república. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CORRÊA, M. As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues & antropologia no Brasil. São Paulo, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1982.
- COSTA, J.F. História da psiquiatria no Brasil. Um corte ideológico. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1981.
- COSTA, J.F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, N.R. Prática médica e pensamento autoritário. Notas de pesquisa. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, n.5, out-dez, 1977. p. 65-70.
- COSTA, N.R. Lutas urbanas e controle sanitário. Origem das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

- CUNHA, M.C. O espelho do mundo. Juquery, A história de um asilo. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- DECCA, M.A.G. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1927 -1934. Campinas, Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), 1983.
- DONZELOT, J. L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques. Paris: Fayard, 1984.
- DURKHEIM, E. La educación moral. Buenos Aires: Schapire, 1972.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1980.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade III. O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.
- FOUCAULT, M. Tecnologías del yo. Y otros textos afines. Barcelona: Paidós, 1990.
- GALTON, F. Herencia y eugenesia. Madrid: Aliança Editorial, 1988.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio. 1988.
- HUXLEY, A. Admirável mundo novo. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- KOWARICK, L. Trabalho e vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- LA BOÉTIE, E. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LABRA, M. E. O Movimento sanitarista nos anos 20. Da conexão sanitária internacional a especialização em saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública (FGV), 1985.
- LEITE D.M. O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LOBATO, M. Mr. Slang e o Brasil e problema vital. São Paulo: Brasiliense, 1946.
- LUZ, M. Medicina e ordem política brasileira. Políticas e instituições de saúde (1850 - 1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, R. et alii. Da(n)ação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARQUES, V.R.B. "Doenças sexualmente transmissíveis - a intervenção sobre a sexualidade. Revista Saúde em Debate. Londrina, n.32, jun 1991. p. 78-83.
- MASCARENHAS, R.S. Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo. São Paulo, Tese de Livre-Docência. Faculdade de Saúde Pública, 1949.
- MERHY, E.E. O capitalismo e a saúde pública: a emergência das políticas sanitárias no Estado de São Paulo. Campinas: Papirus, 1985.
- MORSE, R. Formação histórica de São Paulo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- NAGLE, J. A educação na primeira república In: Fausto, B. (Org.) História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. São Paulo, v.2, Difel, 1985.
- NISBET, R. História da idéia de progresso. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- OLIVEIRA, J.A.A. & TEIXEIRA, S.M.F. (Im)previdência social. 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ORTIZ, R. Cultura brasileira e a identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- PAIVA, V. Oliveira Vianna: Nacionalismo ou racismo? Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, n.3, set., 1978. p. 127-56.
- PRADO Jr., C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAGO, M. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- RAGO, M. Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- REIS FILHO, C. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1981.
- SCHECHTMAN, A. Psiquiatria e infância: Um estudo histórico sobre o desenvolvimento da psiquiatria infantil no Brasil. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social (UERJ), 1981.
- SCHWARCZ, L. Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCWARCZ, L. Pensando a sua "raça": Reflexões sobre a vigência das teorias raciais no Brasil de finais do século XIX. Caxambú, XIV Encontro Nacional da ANPOCS, 1990 (mimeo).
- SIMÃO, A. Sindicato e Estado. São Paulo: Ática, 1981.
- SKIDMORE, T. Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- STEPAN, N. El movimiento eugenésico brasileño y mundial. Quiqu. México, v.2, n.3 sep-dic., 1985. p.351-84.
- TENCA, A. Razão e vontade política. O IDORT e a grande indústria nos anos 30. Campinas, Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), 1985.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 LIVROS:

- ARAGÃO, H. de B. Alguns problemas relativos à prophylaxia das endemias ruraes no Brazil. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, 1919.
- AZEVEDO, F. Na batalha do humanismo. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1952.
- BARRETO, A.L.C.A.B. Organização sanitária urbana e rural na América do Sul. Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, 1929.
- BARRETO, C. Primeiro, saúde! Para o curso primário (3º, 4º e 5º annos) Rio de Janeiro: J.R. de Oliveira & C, s/d.
- BARRETO, J.B. Tratado de higiene. Saneamento e higiene. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.1, 1948.
- BARROSO, S. M. Hygiene para todos. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.
- BRIQUET, R. História da educação. Evolução do pensamento educacional. São Paulo: Ed. Renascença, 1946.
- BROWN, M. A. La Nueva enseñanza de la higiene. Madrid: Publicaciones de la Revista de Pedagogia. 1932.
- BURGERSTEIN, L. Higiene escolar. Rio de Janeiro: Atlantida Editora, 1934.
- CARLES, J. Problèmes d'hérédité. Paris: Bezuchesne et ses fils. 1845.
- CASTRO, A.R.G. de A medicina positiva. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo & Cia., 1924.
- DELOBEL, J. Hygiène scolaire. Paris: Gauthier-Villard, s/d.
- FONTENELLE, J.P. Hygiene. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, s/d.
- KEHL, R. Bio perspectivas. Dicionário filosófico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

- MYERS, A. F. et BIRD, O.C. La nueva educación física e higiénica. Madrid: Publicaciones de la Revista de Pedagogia, 1932.
- NASCIMENTO, A. O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1829 - 1929). Primórdios e evolução da Medicina no Brasil, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, s/d.
- PEIXOTO, A. Afrânio versus Afrânio. Discursos e conferências, Niterói: Typ. Jerônimo Silveira, 1922.
- PENNA, B. Exercito e saneamento. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1929.
- PRÉVOST, R.C. Código de saúde. Preceitos de hygiene. Rio de Janeiro: Typ. Metrópole, 1924.
- RADOT, P. V. Os grandes problemas da medicina contemporanea. Rio de Janeiro: Vecchi Editor, s/d.
- RICARDO, A. Biologia aplicada à educação. Hygiene Escolar. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1936.
- SÁ, C. Higiene e educação da saúde. Rio de Janeiro: 1943.
- SOARES, S. O novo medico ou a medicina simplificada. Pelotas: Typ. de Souza Soares & Irmão, 1937.
- TERREROS, C.S. Hygiene escolar. Biologia del alumno dentro y fuera de la escuela. Madrid: Libreria Española y Extranjera, 1933.
- TOLEDO, J. A escola brasileira. Desenvolvimento do programa de pedagogia em vigor nas escolas normaes. São Paulo: Livraria da Liberdade, 1929.
- TOLEDO, J. Planos de lição. Noções communs. São Paulo: Livraria da Liberdade, 1934.
- TURNER, C.E. In training for health. New York: D.C. Heath and Company, 1935.

1.2. PERIÓDICOS:

- ANAIS DO 1º CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR. São Paulo, Imprensa Oficial, 1942.
- ANNAES DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO.
3º Congresso Americano da Criança. Rio de Janeiro, 1922.
- DOMINGUES, O. A criança e a raça. Piracicaba, 1931.(mimeo).

DORIA, R. O Ministério da Instrução e saúde pública, A mensagem presidencial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

NASCIMENTO, A. et alii. Carlos Seidl. "In Memoriam". Revista Médico-Cirúrgica do Brasil, Rio de Janeiro, n.11, Novembro, 1929.

1.3. TESES:

BARRETO FILHO, J.P.M. Da educação activa nas escolas ao ar livre. Tese de concurso para provimento da cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1930.

CALDARELLI, A.. O clinico e a saude publica. São Paulo, Tese inaugural. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1927.

FRANCO, A.A.C. A posição do escolar. A Funccão do Mobiliário. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1923.

NUNES, V.F. As perversões sexuaes em medicina legal. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1928.

RIBEIRO NETO, J. Proteção dos interesses moraes e materiaes do Medico. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1928.

SOUZA, O.C. Considerações sobre o estudo medico legal da capacidade civil. Rio de Janeiro, Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1924.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

LIVROS, PERIÓDICOS E TESES:

ADORNO, S. Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo; Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, J.S. Formação de professores do Iº Grau: a prática do ensino em questão. São Carlos, Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas (UFSCarlos), 1991.

ANDRADE, M. Namoros com a medicina. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1972.

- ARENDDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância - Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.11, 1986.
- BRUZZO, C. Em nome da saúde... Da ordem e do progresso: Discurso e prática dos médicos do serviço sanitário paulista no final do século XIX. Campinas, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação (UNICAMP), 1989.
- CAPELATO, M.H. Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista 1920 - 1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARDOSO, I.R. A universidade da comunhão paulista. São Paulo: Cortez Editora, 1982.
- DECCA, E.S. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. Foucault. Lisboa: Vega, s/d.
- DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ERIBON, D. Foucault. Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAUSTO, B. Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KOWARICK, L.(Org.) As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- LENHARD, A. Sacralização da política. Campinas: Papyrus - Ed. Unicamp, 1986.
- LIMA, G.Z. Saúde escolar e educação. São Paulo: Cortez, 1985.
- MELO, J.A.C. A prática da saúde e a educação. Campinas, Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Médicas (DMPS) 1976.
- MICELI, S. Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920 - 1945). São Paulo: Difel, 1979.
- OLIVEIRA, L.L. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense - CNPq, 1990.

- PERROT, M. (Org.) História da vida privada. Da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1991.
- PINTO, M.I.M.B. Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1984.
- PÔRTO, A.A. As artimanhas de Esculápio: crença ou ciência no saber médico. Niterói, Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Centro de Estudos Gerais (UFF). 1985.
- PINHEIRO, P.S. (Org.) Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RIBEIRO, R.J. (Org.) Recordar Foucault. Os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SEGNINI, L. A Liturgia do poder. Trabalho e disciplina. São Paulo: Educ. da PUC - São Paulo, 1988.
- SENNETT, R. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TRONCA, I. (Org.) Foucault vivo. Campinas: Pontes, 1987.

ANEXO I

O PROJETO DO DR. AMAURY DE MEDEIROS

Apresentado á Camara Federal em 1928, assim estava organizado:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º - Além dos documentos mencionados no art. 180 do Codigo Civil para a habilitação de casamento, deverá figurar um certificado medico datado de cinco dias, no maximo, antes do acto, sempre que o pae, tutor ou curador de um dos nubentes menores, ou um delles directamente, notificar ao juiz o desejo de um "exame medico pre-nupcial", ou houver denuncia fundamentada por pessoa idonea de que um dos contrahentes tem defeito physico irremediavel ou doença transmissivel ao outro conjuge ou á prole.

1º - Consideram-se doenças transmissiveis ao outro conjuge ou á prole, para os efeitos do artigo supra: a tuberculose aberta, a lepra, a syphilis contagiante, a blennorrhagia, o cancro venereo, a epilepsia confirmada, a idiotia, a imbecilidade e a alienação mental sobre qualquer de suas formas.

2º - O juiz guardará reserva sobre o motivo que o levou a exigir o exame medico pre-nupcial ficando a seu criterio, no caso de denuncia, o julgamento da idoneidade do denunciante.

Art. 2º - O exame medico será realizado por um clinico indicado pelos nubentes e acceito pelo juiz e, na falta deste, por peritos escolhidos entre os clinicos dos serviços de Saude Publica.

1º - Para os nubentes do sexo feminino o exame se limitará ás praticas da clinica geral e ás provas de laboratorio, a menos que a gravidade da denuncia imponha a necessidade de provas gynecologicas.

2º - Deante de um certificado medico que implique no veto ao casamento, o nubente que se julgar prejudicado podera recorrer ao juiz que designará dois outros peritos para novo exame. Se o segundo certificado ainda fôr contrario ao casamento, novos exames poderão ser feitos com intervallos minimos de seis mezes.

Art. 3º - Quando o casamento se tiver realizado sem exame medico pre-nupcial, e um dos nubentes fizer prova de um dos motivos que o teriam impedido, o contracto será annullavel, nos termos do artigo 218 a 224 do Codigo Civil, e se tiver havido contaminação, o conjuge culpado será responsavel por uma indemnização correspondente ao tratamento da victima ou

passivel das penas constantes do artigo 304 do Codigo Penal, referente aos delictos corporaes, salvo se a isso se oppuzer a victima.

Art. 4º - Quando na jurisdicção da autoridade que tiver que realizar o casamento não houver medico o exame poderá ser dispensado, justificando-se no processo a impossibilidade de realizal-o. Se, porém, a doença fôr notoria, o exame será exigido.

Art. 5º - Quando o casamento se tiver realizado em face de um attestado medico favoravel e se verificarem as mesmas hypoteses previstas no artigo anterior, o medico attestante será passivel das disposições dos artigos 361, 262 e 306 do Codigo Penal referentes ao falso testemunho e á impericia.

Art. 6º - Fica o governo autorizado a organizar onde e quando julgar conveniente, nos seus centros sanitarios, consultorios gratuitos especiaes para realizar tratamento conveniente, fornecer certificados para effeito de casamento e redigir conselhos a serem distribuidos systematicamente pelos officiaes do registro civil ao candidatos ao matrimonio.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

ANEXO II

ESBOÇO DA LEI QUE PROPÕE MONTELEONE PARA O EXAME MEDICO PRE-NUPCIAL.

Art. 1º - Além dos documentos mencionados no art. 180 do C.C. para habilitação para o casamento, os nubentes deverão apresentar mais os seguintes documentos: o conjuge masculino deve ajuntar certificado medico datado de cinco dias, no maximo, antes do acto matrimonial, de que gosa perfeita saude, não apresentando molestia grave transmissivel, defeito physico: mais quatro attestados de laboratorio, espaçado um do outro tres mezes, com todas as reacções de Wassermann negativas: o conjuge feminino deve apresentar attestado medico datado, no maximo, de dois mezes antes do casamento, de que gosa perfeita saude, não havendo molestia grave transmissivel e mais um certificado de laboratorio de reacção de Wassermann negativa.

1º - (O mesmo da lei Amaury de Medeiros).

Art. 2º - O exame medico de que fala o artigo primeiro e mais attestados de exame de sangue sómente poderão ser fornecidos pelos departamentos officiaes da Saude Publica.

1º - Não terão valor, não podendo ser acceitos , os attestados e exames de laboratorio obtidos nas clinicas e laboratorios particulares.

2º - Todas as provas exigidas no artigo primeiro serão gratuitas e deverão ser requisitadas pelos interessados, paes ou tutores, mediante a apresentação de requerimento, aos departamentos da Saude Publica indicados para esse fim.

Art. 3º - (Identico ao artigo 4º da Lei Amaury de Medeiros).

Art. 4º - (Identico ao artigo 6º da Lei Amaury de Medeiros).

Art. 5º - Diante de um certificado medico que implique no veto ao casamento, o nubente que se julgar prejudicado poderá recorrer ao juiz que mandará o Departamento de Saude Publica proceder novo exame. Si o segundo certificado ainda fôr contrario ao casamento, novos exames só poderão ser feitos com intervalos minimos de seis mezes, sempre na mesma repartição official.

Art. 6º - Quando na jurisdição da autoridade que tiver que realizar o casamento não houver repartição de Saude Publica, o exame deverá ser feito na cidade mais proxima em que se achar localizada a repartição official.

Art. 7º - (Identico ao da Lei Amaury de Medeiros).

ANEXO Nº III

PROGRAMA DO CURSO DE "PEDAGOGIA SCIENTIFICA", PROGRAMA DO CURSO MINISTRADO PELO PROF. UGO PIZZOLI.

a) Exame anamnestic.

Hereditariedade - Nascimento - Familia - Phases da vida - Caracteres hereditarios adquiridos - Morbosidade da infancia - Ambiente familiar.

b) Exame physico.

Canones da normalidade physica: da belleza - Peso; aparelhos; systemas, orgams. Technica para o exame physico.

c) Exame anthropologico.

Cabeça; tronco; membros. Caracteres ethnicos. Desvios do normal. Estigmas da degenerescencia physica. Aplicações individuaes. Caracteres somoto-anthropologicos dos anormaes (idiotas, cretinos, phrensthenicos). Exame pratico dos deficientes.

d) Exame physiologico.

Coração - Pulso - Esphygmographia - Pulmões - Espirometria e espirometrographia - Força muscular - Dynamographia e dynametrographia: ergographia. Linguagem. Defeitos.

Sensações fundamentaes. Dôr e prazer. Sentimentos - Emoções - Temperamentos.

e) Exame psychologico.

Exame esthesiologico. - Sensibilidade externa e interna. - Vista - Potencia de visão - Campo visual - Senso chromatico - Poder de acomodação - Exercicios praticos para examinar a vista. Provas praticas para indagar a vocação esthetica dos alumnos para as artes figurativas.

Audição - Acuidade da audição - Qualidades dos sons - Orientação dos sons - Educação da audição.

Tacto e senso muscular - Discriminação tactil - Senso estereognostico - Baroesthesioscopia. - Myocinesioscopia - Graphismo. Seu exame. Exercicios praticos.

Gosto e olfacto - Acuidade e poder de discriminação - Sensibilidade á dôr.

Atenção - Suas leis - Provas (mental-tests) para estudar o grau e a natureza da atenção dos alumnos. Exercicios praticos.

Memoria - Poder de retentividade. Poder de evocação. Experiencias (mental-tests) para estudar a memoria. Imaginação e suas qualidades.

Associação - Typos de associação. Ideação. Provas, etc. Exercicios praticos.

Volições - Inibições - Caracter - Impulsivo-Reflexivo - Provas para o exame do comportamento e disposição.

ANEXO N° IV
Decreto n° 2141, de 14 de novembro de 1911.

Titulo II
Capitulo VI

INSPECÇÃO MEDICO-SANITARIA DAS ESCOLAS

Art. 66. A inspecção medico-sanitaria das escolas será feita na capital por quatro inspectores sanitarios especialmente destacados pelo diretor geral.

Art. 67. Este serviço fica organizado de modo a comprehender os estabelecimentos publicos e os particulares de ensino primario, secundario e profissional, tendo por fim:

1° A indicação de medidas hygienicas e administrativas quanto á situação e construção dos edificios escolares;

2° A escolha (de accôrdo com a direcção da instrucção publica) do mobiliario escolar, dos methodos e processos de ensino, das posições e attitudes escolares, bem como a distribuição das materias de estudo, das horas de classes, dos recreios e dos exercicios phisicos;

3° A prophylaxia das molestias transmissiveis;

4° O exame individual dos docentes, alumnos e empregados;

5° A vaccinação e revaccinação do pessoal das escolas.

TITULO III
CAPITULO VI

Art. 135. Os edificios para as escolas deverão ser construidos em local saneado de accôrdo com o que é prescripto para as habitações em geral.

Art. 136. Não deverão ser sombreados por outros edificios ou arvoredos e ficarão abrigados dos ventos prejudiciaes.

Art. 137. Sempre que fôr possivel, as escolas terão um só pavimento com um porão de um metro de altura, no mínimo, convenientemente ventilado.

Art. 138. As escadas deverão ser rectas ou quebradas em angulos rectos e seus degraus não terão mais de dezesseis centímetros de altura.

Art. 139. As dimensões das salas de classes serão proporcionaes ao numero de alumnos, que deverá ser de cincoenta no maximo, dispondo cada um de um metro e vinte e cinco centímetros de superficie, no minimo.

Art. 140. A altura das salas de classes deve ser, no minimo, de quatro e meio metros.

Art. 141. A ventilação das salas deverá ser a mais perfeita possivel, sem correntes de ar que possam prejudicar a saúde dos alumnos.

Art. 142. A iluminação das salas deve ser unilateral esquerda, sendo tolerada a bilateral, comtanto que não proceda de faces parallelas.

Art. 143. A electrica é a iluminação artificial preferida. São, entretanto, toleradas a iluminação a gaz ou alcool, quando convenientemente estabelecidas.

Art. 144. As janellas das salas de classes deverão ser abertas na altura de noventa centímetros a um metro sobre o soalho e se approximarão do tecto tanto quanto possivel.

Art. 145. A superficie util das janellas das classes deve ser pelo menos igual á quinta parte da superficie do pavimento.

Art. 146. A fórmula das salas de clases deve ser, de preferencia, a rectangular e a largura do rectangulo deverá ser calculada de modo que a iluminação satisfaça os requisitos hygienicos.

Art. 147. As classes terão angulos arredondados e superficie desprovida de saliencias e reentrancias.

Art. 148. O interior das escolas deve ser revestido com materia que permita lavagens frequentes, sendo adoptadas as cores cinzenta, azulada ou esverdeada.

Art. 148. O número de latrinas será de uma para quarenta alumnos nas secções masculinas e de uma para vinte nas secções femininas.

Art. 150. A mobilia escolar deverá ser escrupulosamente escolhida e de dimensões proporcionaes ao tamanho dos alumnos.

Também deverá ser cautelosamente escolhido o material de ensino.

Art. 151. A gymnastica educativa deverá ser obrigatória de accôrdo com o methodo que mais vantagem offerecer.

Art. 152. São interdictos os exercicios de gymnastica em seguida ás refeições.

Art. 153. As escolas deverão ter lugares abrigados para recreios.

Art. 154. Não serão admitidos à matricula os que não forem vaccinados ou revaccinados.

Art. 155. Será interdicta a frequencia dos affectados de molestias transmissíveis.

Art. 156. Nos internatos serão observadas as disposições referentes ás habitações coletivas.

Art. 157. As escolas, quer publicas, quer particulares só poderão funcçionar em predio julgado apto pela autoridade sanitaria.

Art. 158. As escolas superiores ficarão sujeitas a estas prescrições nos pontos que lhes forem applicaveis.

ANEXO N° V

EXORTAÇÃO ÀS MÃES:

"Estás certa de que teu filho não possui nenhuma predisposição nervosa?

A criança normal é geralmente alegre, sorridente, ativa, chora pouco e gosta de brincar.

Se o teu filho é tristonho e apático, ou excessivamente excitado e brigão, se chora muito e tem ataques de raiva, cuidado com a predisposição nervosa que o pode transformar, no futuro, em uma criatura doente e infeliz(...)

Teu filho é tímido, ciumento, desconfiado? É teimoso, pugnaz, exaltado?

Cuidado com esses prenúncios de constituição nervosa.

Teu filho tem defeito na linguagem, é gago?

Manda-o examinar para saber a sua verdadeira causa.

Teu filho tem vícios de natureza sexual?

Leva-o ao especialista para que te ensine a corrigi-lo.

Teu filho é mentiroso ou tem o vício de furtar?

Trata-o, sem demora, se não quiseres possuir um descendente que te envergonhe.

Teu filho tem muitos tiques ou cacoetes?

É um hiperemotivo. Procura evitar a desgraça futura do teu filho, que poderá ser um candidato ao suicídio.

Teu filho pouco progride nos estudos?

Antes de culpar o professor, submete-o a um exame psicológico. Conhecerás, então, o seu nível mental, o seu equilíbrio emotivo, e terás assim, elementos para melhor o encaminhar na vida.

Lê e reflete. A felicidade do teu filho está, em grande parte, nas tuas próprias mãos.

"Não esperes, portanto, o teu filho fique nervoso, ou atinja as raias da alienação mental; submete-o, quanto antes, a um exame especializado, afim de que, amanhã, não te doa, nem de leve, a consciência.

É esta exortação que te faz a Liga Brasileira de Higiene Mental, que somente deseja ver felizes todas as mães, para que felizes sejam também todos os filhos deste querido Brasil".

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EUGENIA DA DISCIPLINA - O DISCURSO MÉDICO-PEDAGÓGICO NOS
ANOS 20.

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

e aprovada pela Comissão Julgadora

em _____

Data: _____

Assinatura: _____